



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA – PPGLL

Diego Lacerda Costa

ARQUIVOS DE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS:
O DISCURSO SOBRE AS EXPRESSÕES SEXUAIS PERIFÉRICAS
NA TENSÃO ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Maceió

2020

DIEGO LACERDA COSTA

**ARQUIVOS DE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS:
O DISCURSO SOBRE AS EXPRESSÕES SEXUAIS PERIFÉRICAS
NA TENSÃO ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas, área de concentração em Linguística, linha de pesquisa em Discurso: sujeito, história, ideologia, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães

Maceió

2020

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C837a Costa, Diego Lacerda.

Arquivos de opressões e resistências : o discurso sobre as expressões sexuais periféricas na tensão entre espaços públicos e privados / Diego Lacerda Costa. – 2020.

139 f. : il. color.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.

Tese (doutorado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2020.

Bibliografia. f. 134-139.

1. Análise de discurso. 2. Periferias - Palavras e expressões - Sexo. 3. Resistência.
4. Ideologia. I. Título.

CDU: 81'42



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E
LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

DIEGO LACERDA COSTA

Título do trabalho: “ARQUIVOS DE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: O DISCURSO DAS EXPRESSÕES SEXUAIS PERIFÉRICAS NA TENSÃO ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS”

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Belmira Rita da Costa Magalhães

Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (PPGL/Ufal)

Examinadores:

Dantielli Assumpção Garcia

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia (PPGL/UNIOESTE)

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares (PPGL/UNIOESTE)

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGL/Ufal)

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGL/Ufal)

Maceió, 23 de setembro de 2020.

Campus A.C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n - Tabuleiro do Martins - CEP: 57072-900 Maceió/AL - Tel.(82) 3214-1640 / 3214-1463 / 3214-1707 E-mail:
ppgl.letras@gmail.com

Em memória de todas/os/es aquelas/es
que foram silenciadas/os/es pela
heteronormatividade violenta e
por todas as bichas que lutam por uma sociedade
mais justa e livre de opressões, para além
dos guetos e dos “armários”.

AGRADECIMENTOS

A todes que participaram juntas nesse processo de pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou esta pesquisa e com votos de que esta instituição honre com sua história e não deixe de investir nas pesquisas em ciências humanas e sociais, nem que interdite os estudos sobre sexualidades neste país.

A minha mãe, Virgínia Clara, pela força de sua presença em minha vida.

A minha orientadora, por acreditar em mim e pelas palavras de afeto, sendo sempre um exemplo de determinação.

Aos/Às/Es membros/as/es da banca: Prof. Dr. Helson da Silva Sobrinho, por tantos ensinamentos e orientações no doutorado e na qualificação; Prof. Dr. Sóstenes Ericson, pela leitura atenta e orientações pertinentes desde a qualificação; Profa. Dra. Dantielli Assumpção e ao Prof. Dr. Alexandre Ferrari, por terem aceitado fazer parte da banca e, mesmo a distância, contribuírem com esta tese.

A todas as amigas irmãs que me impulsionam a sonhar e a agir com seus superpoderes: Rute Pacheco (e seu poder da paciência por me aturar nesses 15 anos de amizade), Lígia Ferreira (pelo poder da generosidade a ponto de parar as milhares de atribuições para ler com competência, assertividade e afeto esta tese) e a Mercia Pimentel (pelo poder do diálogo, das afinidades, dos risos e da parceria).

A todes aqueles que compartilharam os trajetos do doutorado comigo e que quero sempre por perto, nas salas, corredores, auditórios, casas e sempre “por aí”: Luciano Araújo, Rachel Fiuza, Josefa, Dhiego Simões, Simone Naty Syssy, Simone Araújo, Ana Paula, Cinthia, Ana Luiza, Alexandre, Samuel, Silvana, Lídia Ramires, Sidiney, Heder, Fabiano Duarte, Rosane.

A todas/os docentes que contribuíram para minha formação como analista do discurso: Socorro Aguiar, Helson Sobrinho, Sóstenes Erickson, Virgínia Amaral, Lúcia de Fátima (pelas inesquecíveis aulas de Letramento).

A todos/as os/as meus/minhas colegas de profissão que, nas salas de professores, nos grupos do whatsapp, sempre me enviam energias positivas para que eu consiga defender: colegas e amigues que eu conquistei nas escolas municipais e estaduais pelas quais passei e sempre estarei.

Aos/as/es amigos/as/es do GEDON (Grupo de Estudo e Pesquisa Discurso e Ontologia)



Disponível em: <https://www.elo7.com.br/bandeira-lgbt/dp/F4BFB0>

Uma foto, uma foto,
estampada numa grande avenida.
Uma foto, uma foto,
publicada no jornal pela manhã.
Uma foto, uma foto,
na denúncia de perigo na televisão.
Uma foto, estampada na avenida.
Uma foto, publicada no jornal.
Uma foto, na denúncia de perigo na televisão.

A placa de censura no meu rosto diz:
não recomendado à sociedade.
A tarja de conforto no meu corpo diz:
não recomendado à sociedade.
A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade

Caio Prado (Música “Não recomendado”)

RESUMO

Esta tese tem o objetivo de analisar o discurso sobre as opressões e as resistências materializadas no jornal **Lampião da Esquina** (1978-1981) que, atualmente, constitui-se como arquivo digital, mas que circulou ostentando um lugar privilegiado de discussões e expressões da homossexualidade, concomitante à constituição do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). O paralelismo entre a publicação do referido periódico e a consolidação de um movimento social provocou conflitos nos espaços públicos de pautas politizadas, na medida em que os sujeitos homossexuais tomavam/pediam a palavra, e assumiam, também, a fala da militância. Esses conflitos eram instaurados numa base, marcadamente, machista e heterossexista que determinava o poder da liderança e de domínio da linha de frente nos grupos e partidos de esquerda. Como referencial teórico, adotamos a Análise do Discurso francesa de vertente pecheutiana, uma Teoria do Discurso com base no materialismo histórico-dialético que articula ainda teoria psicanalítica do sujeito e base linguística, pelas quais se materializam os processos discursivos. Para tanto, recorreremos aos trabalhos de Pêcheux (2009, 2010, 2012 [1975, 1983]), Orlandi (1996, 2007, 2011, 2012, 2017), analistas do discurso do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso e Ontologia (GEDON), cujas análises inspiram retomadas e atualizações da AD pecheutiana, entre outros/as autores/as. No âmbito do marxismo, assumimos a influência de uma leitura ontológica, especialmente a partir de Marx (2001, 2011), Lukács (2013) e Paulo Netto (2001, 2011). Registramos ainda, o vasto campo bibliográfico que compõe os estudos de gênero e sexualidade, sob diferentes perspectivas e vertentes teórico-metodológicas, de modo que assumimos uma orientação materialista dos estudos da sexualidade, tal como a posição teórica da consubstancialidade-coextensividade acerca de gêneros e sexualidades, explanada por Cisne-Santos (2018) e exercitada por Toitio (2017) e Quinalha (2014, 2016, 2018). No plano metodológico, constituímos um *corpus* de análise que toma como referência o jornal **Lampião da Esquina** (1978-1981), procurando abranger o período de circulação pública, com recortes que expressassem as tensões políticas e subjetivas de suas respectivas condições de produção e mobilizamos as categorias de análise, pertencentes ao quadro de dispositivos analíticos concernentes à base teórica deste trabalho. Por fim, ao analisarmos os discursos em tela, pudemos compreender os processos discursivos que materializaram os discursos opressores contra as chamadas “expressões sexuais periféricas”, no referido período, bem como refletimos acerca da produção ideológica de evidências subjetivas das resistências dos sujeitos, impelidos pela tensão entre as esferas política e do desejo. Essa tensão, portanto, é transferida para as contradições nos espaços públicos e privados de enunciação das sexualidades.

Palavras-chave: Discurso. Expressões sexuais periféricas. Opressões. Resistências. Ideologia.

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to analyze the discourse on oppressions and resistances materialized in the Brazilian newspaper *Lampião da Esquina* (1978-1981). It currently constitutes a digital archive, but back then it circulated as a privileged place for discussions and expressions of homosexuality simultaneously with the constitution of the Brazilian Homosexual Movement (MHB). This parallelism caused conflicts in public spaces with politicized agendas, insofar as homosexual subjects had/asked the floor and assumed the speech of the militancy. These conflicts were established on a markedly macho and heterosexist basis that determined the power of leadership and dominance of the front line in left-wing groups and parties. The French Discourse Analysis – specifically, Michel Pêcheux’s approach – is adopted as theoretical framework. This Discourse Theory is based on historical-dialectical materialism and articulates psychoanalytic subject and linguist basis theories, through which discursive processes materialize. This dissertation does it through the works of Pêcheux (2009, 2010, 2012 [1975, 1983]), Orlandi (1996, 2007, 2011, 2012, 2017), discourse analysts of the Group of Studies and Research Discourse and Ontology (GEDON) and other authors. Their analyses inspired retrieves and updates of the Pêcheux’s Discourse Analysis. In the context of Marxism, this research assumed an ontological reading, especially from Marx (2001, 2011), Lukács (2013) and Paulo Netto (2001, 2011). It also registers the vast bibliographic field that makes up gender and sexuality studies, under different theoretical and methodological perspectives. This dissertation adopts a materialistic orientation of sexuality studies, such as the theoretical position of consubstantiality/coextensivity about genders and sexualities, explained by Cisne-Santos (2018) and exercised by Toitio (2017) and Quinalha (2014, 2016, 2018). At the methodological level, this research takes a corpus of analysis based on the newspaper *Lampião da Esquina*, covering the period of circulation with cuts that express the political and subjective tensions of their respective production conditions. The study does it through the analytical devices that constitute the theoretical basis of this work. Finally, by analyzing the speeches, it was possible to understand the discursive processes that materialized the oppressive speeches against the so-called “peripheral sexual expressions” in that period, and it was feasible to reflect on the ideological production of subjective evidence of the subjects' resistance, driven by tension between the political and desire spheres. This tension, therefore, is transferred to the contradictions in the public and private spaces of enunciation of sexualities.

Keywords: Discourse. Peripheral sexual expressions. Oppressions. Resistances. Ideology.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar el discurso sobre opresiones y resistencias materializado en el periódico *Lampião da Esquina* (1978-1981) que, actualmente, se constituye como archivo digital, pero que circuló con un lugar privilegiado para discusiones y expresiones de la homosexualidad, concomitante a la constitución del Movimiento Homosexual Brasileño (MHB). El paralelismo entre la publicación del periódico mencionado y la consolidación de un movimiento social provocó conflictos en los espacios públicos con agendas politizadas, en la medida en que sujetos homosexuales tomaron/pidieron la palabra, y asumieron, también, el discurso de la militancia. Esos conflictos eran establecidos sobre una base, marcadamente, machista y heterosexista que determinaba el poder del liderazgo y el dominio del frente en los grupos y partidos de izquierda. Como marco teórico, se adoptó el Análisis del Discurso francés con enfoque pecheutiano, una Teoría del Discurso basada en el materialismo histórico-dialéctico que articula aún la teoría psicoanalítica del sujeto y la base lingüística, a través de la cual se materializan los procesos discursivos. Para eso, recurrimos a los trabajos de Pêcheux (2009, 2010, 2012 [1975, 1983]), Orlandi (1996, 2007, 2011, 2012, 2017), analistas del discurso del Grupo de Estudios e Investigación Discurso y Ontología (GEDON), cuyos análisis inspiran currículums y actualizaciones del AD Pecheutiano, entre otros/as autores/as. En el contexto del marxismo, asumimos la influencia de una lectura ontológica, especialmente de Marx (2001, 2011), Lukács (2013) y Paulo Netto (2001, 2011). Registramos, todavía, el vasto campo bibliográfico que conforman los estudios de género y sexualidad, bajo diferentes perspectivas teóricas y metodológicas, de manera que asumimos una orientación materialista de los estudios de sexualidad, así como la posición teórica de consustancialidad-coextensividad sobre géneros y sexualidades, explicadas por Cisne-Santos (2018) y ejercidas por Toitio (2017) y Quinalha (2014, 2016, 2018). A nivel metodológico, hemos constituido un *corpus* de análisis basado en el diario *Lampião da Esquina* (1978-1981), buscando cubrir el período de circulación pública, con recortes que expresan las tensiones políticas y subjetivas de sus respectivas condiciones de producción y movilizamos categorías de análisis, pertenecientes al marco de los dispositivos analíticos referentes a la base teórica de este trabajo. Finalmente, al analizar los discursos, pudimos comprender los procesos discursivos que materializaron los discursos opresivos contra las llamadas “expresiones sexuales periféricas”, en ese período, así como reflexionar sobre la producción ideológica de evidencia subjetiva de la resistencia de los sujetos, impulsada por tensión entre la esfera política del deseo. Esta tensión, por tanto, se traslada a las contradicciones en los espacios públicos y privados de enunciación de sexualidades.

Palabras clave: Discurso. Expresiones sexuales periféricas. Opresiones. Resistencias. Ideología.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Print da apresentação do arquivo Lampião da Esquina no <i>site</i> do Grupo Dignidade	44
Figura 2 – Print da disposição do arquivo Lampião da Esquina no site	44
Figura 3 – Indicação da fonte das edições do jornal Lampião da Esquina	45
Figura 4 – Matéria da Folha de São Paulo - 2019	62
Figuras 5 e 6 – Fotos do Ato do 1º de maio de 1980, em São Paulo	70
Figura 7 – Editorial de apresentação do Lampião da Esquina intitulado “Saindo do Gueto”, em sua edição de número zero, em abril de 1978	88
Figura 8 – SD4 – Primeira página da edição nº 14 do Lampião da Esquina (jul. 1979)	98
Figura 9 – SD7 – ABC do Lula	101
Figura 10 – Trechos de entrevistas da reportagem “Alô, alô operário: e o paraíso, nada?” ..	103
Figura 11 – Trecho da reportagem “Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?	106
Figura 12 – SD11 – Destaque da foto de Lula	108
Figura 13 – Moção em defesa dos direitos dos homossexuais	113
Figura 14 – Capa da edição de nº 19, ano 2, dez. 1979 – Lampião da Esquina	117
Figura 15 – Edição nº 27, ano 3, ago. 1980 – Lampião da Esquina	118
Figura 16 – Edição nº 37, ano 3, jul. 1981 – Lampião da Esquina	119

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Desenvolvimento histórico do Movimento LGBT no Brasil – 2019	77
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AAD	Análise Automática do Discurso
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AI-5	Ato Institucional nº 05
ATRAS	Grupo Gay Negro da Bahia Quimbanda Dudu, Associação de Travestis de Salvador
CBAA	Centro Baiano Anti-Aids
CDC	Centers of Disease Controls
CID	Catálogo Internacional de Doenças
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FD	Formações discursivas
FD-EC	Formação discursiva da esquerda conservadora
FD-EI	Formação discursiva da esquerda interseccional
FD-EIS	Formação discursiva da expressão individual da sexualidade
FD-MH	Formação discursiva da militância homossexual
FId-T	Formação ideológica do trabalho
GEDOM	Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais/Agêneros entre outras orientações sexuais e identidades de gênero
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPGLL	Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura

<i>Sars-CoV-2</i>	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
SD	Sequência Discursiva
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SEXUALIDADES E DISCURSO	20
2.1	Sexualidade – entre o efeito de naturalização e o reconhecimento das determinações sócio-históricas	21
2.2	Por uma perspectiva materialista histórica e dialética dos estudos das sexualidades	28
2.3	Discurso, opressão e resistência	33
2.4	Arquivos da opressão e da resistência	42
3	PROCESSUALIDADES CONSTITUTIVAS DOS MOVIMENTOS LGBTs DO BRASIL NO SÉCULO XX.....	50
3.1	Discurso e história – processos constitutivos do real.....	50
3.2	O/s movimento/s LGBTs – percurso histórico, contradições e resistências	56
3.3	A constituição do <i>corpus</i> de análise.....	79
3.4	Campo discursivo de referência	80
3.4.1	Lampião da Esquina (1978-1981)	80
3.4.2	A seleção das sequências discursivas	84
4	TRANSGREDINDO GUETOS E “ARMÁRIOS”: LUGARES E NÃO LUGARES DOS SUJEITOS LGBTs.....	86
4.1	Espaços de expressão e resistência – um lugar na mídia e na sociedade.....	86
4.2	Acontecimento discursivo, classes e expressões sexuais periféricas.....	93
4.3	A invisibilização/silenciamento dos/as/es homossexuais operários/as/es.....	97
4.4	Do sujeito politizado ao sujeito estereotipado – identificações e designações nas páginas do jornal	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Todo movimento social é um movimento constituído na história e pela história. Constitui-se como reflexo do real¹, na dinâmica das contradições sociais. Assim, o movimento que hoje se denomina LGBTQIA+² revela sua complexidade pela própria sigla instável e por estar, também, em movimento.

A repressão sexual tem seu funcionamento e fundamento em uma sociedade capitalista, pautada na divisão de classes, na instituição de uma ideologia patriarcal, que por sua vez determina valores e princípios reproduzidos pelo meio social. Dessa forma, o controle sobre as sexualidades carrega em si a função social da dominação. Nessas relações de dominação-subordinação-desigualdades, o processo de opressão/exploração capitalista encontra terreno fértil, haja vista que as formas de submissão ideológicas são reproduzidas nas relações sociais.

Esta tese analisa o discurso da opressão e da resistência, que circula nos espaços públicos e privados, envolvendo os sujeitos LGBTQIA+, ora como agentes (discurso de); ora como determinadas por esse binômio (opressão/resistência), tendo em vista que os discursos que circulam sobre as sexualidades são constituídos nas contradições do real sócio-histórico e são reproduzidos em diferentes meios.

Com isso, reunir em uma pesquisa domínios que se relacionam, mas que ocupam espaços de conflito e de contradições, como a Análise do Discurso (AD), o materialismo histórico-dialético e as relações de gênero e sexualidade, apresenta-se como um desafio para qualquer pesquisador/a. Esse desafio mostra-se presente nas dificuldades teóricas e metodológicas, pelas recentes discussões acerca das identidades sexuais, na perspectiva de leitura marxista das realidades sociais e humanas postas como fenômenos analisados.

A AD é a base teórica deste trabalho, é o lugar conceitual da análise e, conseqüentemente, da interpretação. Nela, fundamentamos nossas escolhas teóricas e metodológicas, ancoradas no materialismo histórico-dialético.

¹ Real aqui entendido como conceito que expressa as contradições sócio-históricas próprias da sociedade capitalista.

² Adotaremos neste trabalho a sigla LGBTQIA+, por representar de modo mais amplo no momento desta escrita o estado do movimento de defesa dos direitos e existências das minorias sexuais. Para o momento, esclarecemos que esta sigla se refere às expressões/denominações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (pessoas trans, por sua vez, podem se identificar como travestis, transexuais ou transgêneros), Queer, Intersexuais e Assexuais/Agêneros, o sinal de mais (+) indica a existência de outras expressões não explicitadas na sigla ou que possam ser incorporadas, tendo em vista a noção de identidades fluidas.

Quanto ao materialismo, o que podemos dizer é que se constitui como o espaço eminentemente metodológico, no qual buscamos a apreensão do real sócio-histórico, compreendendo a objetividade e o fenômeno em análise, para além da aparência.

No tocante às relações de gênero e sexualidade, especialmente desta, buscaremos estabelecer um diálogo teórico entre uma concepção e abordagens materialistas sobre as sexualidades e um fértil terreno de estudos (inclusive pioneiros) acerca dessa temática no campo das chamadas teorias pós-estruturalistas ou pós-modernas, tal como a Teoria *Queer*, os estudos culturais e os estudos decoloniais. Essa busca dialógica, visa compreender que há pontos de intersecção fundamentais que precisam ser melhor explorados.

Entretanto, compreendendo as relações de gênero e sexualidade, em intersecção com as relações de classe e raça, tomamos o trabalho como categoria fundante do ser social. Partindo, portanto, dessa concepção ontológica abrimos a possibilidade de análise, a partir de um lugar teórico-metodológico bem delimitado. Além disso, a posição teórica assumida neste trabalho tem a marca do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana (GEDOM), cujas discussões contribuem para a compreensão dos dispositivos analíticos deste trabalho.

Assim, é importante destacar os limites teóricos deste trabalho, como o diálogo entre as teorias sobre gênero e sexualidade, para que se possa assumir o espaço desta pesquisa no quadro das Humanidades, da Linguística e dos domínios de saber que aqui se fazem presentes de modo transdisciplinar, a saber: Análise do Discurso francesa pecheutiana, materialismo histórico-dialético, estudos das sexualidades, sujeito, história e ideologia.

Por conseguinte, tomando o significante “movimento” como o elemento que é constantemente retomado em nossas análises, aquilo que se repete e se ressignifica, vale estabelecer o entendimento do discurso também no sentido de movimento, tal como afirma Orlandi (2012, p.10), “[m]ovimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjugação e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra”.

No âmbito da AD, filiamo-nos a uma perspectiva de linha francesa, mais especificamente, a uma AD fundada por Michel Pêcheux, na segunda metade da década de 1960, em meio a uma agitação política e ideológica. Dito isso, reconhecemos que a AD que estudamos e praticamos, no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialmente no GEDOM, tem como peculiaridade a persistência no quadro teórico da AD de vertente pecheutiana, o que nos coloca numa posição peculiar diante de um quadro teórico atual desta linha de pesquisa no Brasil e no mundo.

O arcabouço teórico-metodológico próprio da AD fornece ao analista possibilidades de escolhas que são determinadas pelo objeto de análise. Dessa forma, o objeto que se configurou como o discurso da opressão/resistência no tocante às minorias sexuais, ou como trabalharemos mais adiante, em relação às expressões sexuais periféricas, determina o uso dos procedimentos necessários à análise, tais como as indagações iniciais que impulsionam a pesquisa e vão buscar na história seu instrumento de validação.

Como a pesquisa se dá a partir da delimitação temática das sexualidades, precisamos questionar a relação entre as expressões das sexualidades e as de gênero. Nesse sentido, questionamos se o processo de naturalização das sexualidades e da categoria gênero funciona em benefício de que classes ou categoria? Tendo em vista que tomamos, nesta pesquisa o trabalho como categoria fundante do ser social e que nele se encontram as leis e princípios de sua reprodução social, devemos considerar que o ser social interage por meio da linguagem e atribui sentidos ao corpo e as suas possíveis expressões.

Nesse sentido, com a divisão social e sexual do trabalho há uma separação binária que se processa entre homens e mulheres, sendo que estas categorias são socialmente construídas, determinando as funções de cada um no funcionamento e na estrutura do capital.

Essas tomadas de posição teórica e analítica que a AD mobiliza, de modo transdisciplinar, dispositivos teóricos e analíticos para que se busque apreender a totalidade do real sócio-histórico, isto é, da relação entre a essência e o fenomênico. Desse modo, os discursos de opressão/resistência sobre as minorias sexuais se compõem de contradições e de rupturas, de modo que o que se coloca como estabilizado nos verbetes dos manuais científicos, como disforia de gênero, homossexualidade, “opção sexual”, dentre outros, são desconstruídos nas relações sociais pautadas pela resistência e pela transgressão à ordem imposta de espaços pré-determinados.

Não há uma regra que obrigue o analista partir de uma ordem de categorias, haja vista que precisamos pensar em dois processos: o de análise e o da exposição dessa análise. Nesses dois processos implica-se em escolhas teóricas e metodológicas que os fundamentem.

Com isso, partimos da análise das condições de produção do discurso, as quais se apresentam como um fundamento histórico, possibilitando a análise da estrutura e do funcionamento do próprio modo de produção capitalista, em que se constituem e circulam os discursos analisados neste trabalho.

Para tal, tomamos por base a atualização feita por Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 169) do conceito de condições de produção apresentado na *Análise Automática do Discurso* (1969), AAD69. Dessa forma, condições de produção passa a se configurar como uma categoria

que diz respeito às determinações dos sujeitos e das situações empíricas que constituem os processos discursivos.

Por sua vez, Marx e Engels (1998) já expunham que,

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são, coincide, pois com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como eles produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 1998 [1845] p.11).

Assim, temos os sujeitos e sua relação com essa história que os determina e é transformada por eles. Além disso, as condições de produção do discurso analisado permitem compreender como essa relação entre objetividade e subjetividade se processa na constituição dos dizeres sobre as expressões sexuais periféricas, marginalizadas.

Pensando também no lugar de constituição dos discursos, temos as formações discursivas, nas quais há a determinação do que pode ou deve ser dito e onde ocorrem os processos de identificação, desidentificação e contraidentificação. As formações discursivas, por sua vez, configuram-se como um conceito/categoria que passou por transformações no decorrer dos estudos discursivos, sendo assim, o que entendemos hoje como Formação Discursiva (FD) implica num espaço heterogêneo de fronteiras porosas que possibilitam as rupturas e as derivas de sentido.

Sobre a FD como espaço de identificação dos sujeitos, tomamos como referência Pêcheux (2009 [1975], 2013 [1983]), mas especificamente em seu artigo “Ousar pensar, ousar se revoltar” em que ele disserta sobre o trabalho da ideologia nesse processo de determinação/identificação dos sujeitos e na relação com luta de classes.

A categoria da FD se estabelece em um espaço próprio de uma Formação Ideológica (FI), ou seja, as Formações Ideológicas abarcam diversas FDs. Isso justifica a determinação ideológica nos processos discursivos. A ideologia funciona, assim, como um amálgama, de maneira que, numa perspectiva ontológica, ela é práxis, atuando nas práticas dos sujeitos e possibilitando o convencimento para a ação em sociedade, com base na ordem de funcionamento e manutenção das relações de produção e reprodução.

Assim a FI tem caráter social e histórico, refletindo os antagonismos de classe, em especial, a dualidade Capital *versus* Trabalho, motivo pelo qual é preciso compreender o funcionamento e a estrutura de cada um desses espaços ideológicos de classes antagônicas, bem como ter a compreensão de que tais processos se dão de forma instável.

Após a breve exposição das categorias supracitadas, devemos lançar um olhar ao plano da linguagem e seu funcionamento, sobre como os discursos se processam na história e são materializados na superfície linguística. Assim, é necessário analisar os desdobramentos dos implícitos e do silêncio como constitutivos nos sentidos.

Entendemos, dessa forma, o silêncio como categoria fundante dos sentidos. O silêncio é necessário na (re)produção discursiva, porque não podemos dizer tudo a todo momento.

Além disso, pelo fato de lidarmos com um *corpus* de arquivo, no sentido dado por Courtine (2009) e considerando o arquivo como conceito importante de ser retomado por se tratar da forma como o *corpus* se encontra nos espaços digitais, devemos analisar as materialidades pelo viés da categoria da memória discursiva e como essa memória é retomada nos discursos contemporâneos sobre as sexualidades, especialmente na nossa análise sobre esse movimento histórico de avanços e retrocessos acerca da pauta LGBTQIA+.

Estabelecido o rol de categorias mobilizadas (Condições de Produção, Formação Discursiva, Formação Ideológica, Silêncio, Arquivo e Memória, Interdiscurso e Intradiscurso)³ em nossa análise, partimos agora para as etapas de exposição da análise neste trabalho.

Iniciamos nosso percurso analítico expositivo pela seção intitulada **Sexualidades e Discurso**. Nela, nos deparamos com a oposição elementar entre o natural(izado) e o social na constituição do que entendemos sobre as manifestações no âmbito das sexualidades dos sujeitos históricos e socialmente determinados. Para tal fim, tomamos como marco inicial a perspectiva ontológico-prática, segundo a qual o trabalho é categoria fundante do ser social. Nessa seção, expomos a discussão recente em torno de uma orientação materialista no estudo da sexualidade, considerando que, por muitos anos, essa perspectiva teórico-metodológica não se ocupou de estudos dessa natureza.

Na seção 3, **Processualidades constitutivas dos movimentos LGBTs do Brasil no século XX**, estabelecemos a relação entre os conceitos de história e discurso para percorrer os processos que constituíram o chamado movimento homossexual brasileiro até a emergência de demandas relativas às lutas dos grupos então invisibilizados pelo inicial MHB. Além disso, nesta seção demarcamos o *corpus* de análise, considerando as delimitações históricas no tensionamento entre os sujeitos e os discursos constitutivos do período analisado.

A seção 4, **Transgredindo guetos e “armários”**: lugares e não lugares dos sujeitos LGBTs, é constituída pelo desenvolvimento das análises e pela elaboração do conceito de

³ Tais categorias serão retomadas no decorrer da tese, tendo em vista a necessidade de se aprofundar em discussões mais recentes e/ou explicações necessárias na medida que as análises forem expostas.

“expressões sexuais periféricas”, bem como os espaços de significação dos sujeitos dos discursos analisados. Dos guetos aos palanques, esses sujeitos vão ocupando lugares de fala e de expressão no cenário político brasileiro, particularmente, de 1978 a 1981, momento de arrefecimento da ditadura civil-militar e consolidação dos movimentos sociais no país.

Por fim, nas considerações finais, corroboramos a tese de que os discursos de resistência e opressão são constituídos nos processos históricos contraditórios, determinados pelas relações desiguais de classe, raça, gênero e sexualidades. Sendo assim, ao passo em que os sujeitos resistem às opressões, tais opressões são reproduzidas nesses lugares de existência e resistências.

2 SEXUALIDADES E DISCURSO

Quem é esse rapaz que tanto androginiza?
 que tanto me convida pra carnavalizar
 que tanto se requebra do céu de um salto alto
 e usa anéis e plumas pra lantejoulizar
 que acena e manda beijos pra todos seus amores
 e vive sempre a cores pra escandalizar

A minha mãe falou que é um tipo perigoso
 que vive sorridente fazendo quá, quá, quá
 o meu pai me contou que um dia viu o cara
 num cabaré da zona dançando tchá, tchá, tchá

Quem é esse rapaz que tanto androginiza?
 que tudo anarquiza pra dissocializar
 com mil e um veados puxando seu foguete
 que lembra um sorvete pra refrescalizar

[...]

Kledir Ramil (“Androginismo”)

Com a alusão ao estranhamento, proposto pela música em epígrafe, discutiremos como os sujeitos e suas sexualidades contribuem para o funcionamento das relações de produção e reprodução capitalistas, ou seja, como as sexualidades precisam ser pensadas sempre em seu aspecto relacional no interior de condições materiais de produção e no que pode ou não ser expresso por esses sujeitos em seu fazer histórico e em suas relações sociais. Fato que evidencia a imprescindibilidade da sexualidade ser pensada para além do corpo e do essencialismo biológico, considerando que não apenas cromossomos e fisiologia determinam as formas com que os sujeitos se identificam e se expressam.

Partindo dessa concepção, as sexualidades se manifestam com base no entendimento do que venha a ser o sujeito e sua função dentro de uma determinada forma de sociabilidade. O funcionamento das sexualidades na lógica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, faz com que adotemos uma terminologia mais ampla de relações sociais de sexo, conforme desenvolvimento feito por Cisne e Santos (2018), com base nos estudos feministas francófonos.

2.1 Sexualidade – entre o efeito de naturalização e o reconhecimento das determinações sócio-históricas

Os estudos ligados ao gênero e à sexualidade são complexos, tendo em vista a tensão entre os aspectos sociais e o efeito discursivo da naturalização de toda abordagem relacionada às expressões sexuais.

Quando relações sociais são naturalizadas, apagam-se as especificidades de categorias sociais que sofrem com as opressões próprias de um sistema hétero-patriarcal-racista-capitalista (CISNE; SANTOS, 2018). Esta tese busca desvelar, na perspectiva da totalidade das relações sociais e a partir da teoria do discurso pecheutiana, os efeitos de sentido dos discursos que circulam sobre as sexualidades, considerando também as relações tensas entre “sociabilidade e individualidade”, “objetividade e subjetividade”.

Importante destacar que Cisne e Santos (2018) explicam a distinção entre duas importantes perspectivas sobre esse olhar para a relação entre as categorias de raça, gênero, classe e sexualidades.

Assim, temos como perspectivas a interseccionalidade e a consubstancialidade-coextensividade. Sobre a interseccionalidade, entende-se um modo de olhar para as categorias estruturantes da exploração capitalista, tais como: classe, raça, gênero, de modo que essas categorias são analisadas a partir de suas manifestações na sociedade, podendo ou não haver o entrecruzamento entre essas categorias. A interseccionalidade advém dos estudos das feministas negras, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, liderados por nomes como o de Ângela Davis⁴.

Já a consubstancialidade considera a dinamicidade do entrecruzamento dessas categorias, de modo que a análise leva em consideração as relações sociais estruturantes dos sistemas de exploração capitalista: classe, raça, gênero. Dessa forma, as autoras asseveram que:

Embora reconhecemos a importância da perspectiva da interseccionalidade, inclusive, não apenas como arma crítica, mas como instrumento de luta, entendemos que a consubstancialidade-coextensividade, do ponto de vista do

⁴ Militante do Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos, foi presa em 1972, o que provocou a campanha “Libertem Angela Davis”. Representante da luta pelos direitos civis, atualmente, é filósofa marxista, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia, e autora de, entre outras obras, **Mulheres, raça e classe** (1981), no qual destaca a importância da intersecção entre gênero, raça e classe para compreendermos as relações de opressão social. Tem participado dos movimentos *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), após o assassinato do afro-americano George Perry Floyd Júnior, em Minneapolis-EUA, no dia 25 de maio de 2020, que “permaneceu 8 minutos e 46 segundos tendo o pescoço pressionado pelo joelho do policial Derek Chauvin. Depois, morreu. Embora o homem negro tenha alertado em várias ocasiões que estava sem ar, o agente branco não recuou em nenhum momento” (VALVERDE, Jornal El País, 3 jun. 2020).

método de análise, oferece melhor correspondência ao materialismo histórico-dialético, tanto por não compreender as relações sociais estruturantes (sexo-raça, classe) em uma perspectiva geométrica, como por considerá-las de forma indissociável (CISNE; SANTOS, 2018, p. 87).

Dessa forma, a consubstancialidade-coextensividade nos permite partir da consideração de um conjunto de relações sociais que são estruturantes, complexas e dinâmicas, de modo que não podemos prescindir dessa perspectiva para uma análise discursiva que toma o materialismo histórico-dialético como base metodológica.

Por conseguinte, visando a percepção da totalidade, conforme dito anteriormente, tomamos o trabalho, como ponto de humanização do indivíduo. Assim:

Partimos da concepção marxista de que as relações sociais se fundam por meio do trabalho. O trabalho, nesta sociedade hétero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 25)

Nessa direção, as relações sociais de sexo constituem-se como relações de exploração-dominação, de modo que as funções de cada sexo em sociedade modernas/contemporâneas são determinadas para satisfazerem a lógica opressora e exploradora do capital.

É importante destacar ainda que as três relações estruturantes do trabalho na sociedade capitalista (relações de raça, sexo e entre classes sociais) evidenciam que a compreensão do real da história tem de levar em consideração essa totalidade, de modo que discutir gêneros e sexualidades nos leva a pensar os modelos de exploração que estão em funcionamento concomitante.

Nesse sentido, o entendimento do funcionamento da linguagem e do discurso como práticas sociais passa, necessariamente, pela compreensão do trabalho como categoria fundante do ser social. Sendo assim, devemos iniciar pela análise dessa categoria, para que, a partir dela, possamos entender o processo de reprodução das relações sociais e como os discursos a serem analisados circulam na sociedade.

Diante desse propósito inicial, devemos considerar que, dentro de um quadro evolutivo mais amplo, verifica-se que entre o ser humano e os animais há um processo radical de ruptura a partir de um salto ontológico, ou seja, o ser humano, por meio do trabalho, realiza um salto qualitativo, que rompe com a lógica da animalidade, como afirma Lukács (2013, p. 43):

É preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente. [...] as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo. [...] a descrição das diferenças psicofísicas entre o homem e o animal, por mais precisa que seja, passará longe do fato ontológico do salto (e do processo real no qual este se realiza) enquanto não puder explicar a gênese dessas propriedades do homem a partir de seu ser social.

Assim, considerando o salto ontológico e a constituição do ser social, ressalta-se o fato de o trabalho ser a categoria fundante, por ser este intermediário entre o ser humano e natureza, de modo que todas as outras categorias como a linguagem, por exemplo, desenvolve-se em um momento em que o ser social fora constituído.

A partir da compreensão do salto ontológico, é importante entender que o trabalho gera uma divisão na sociedade humana, que, por sua vez, cria as leis de sua própria reprodução. Essa reprodução social, a partir de pressupostos do próprio trabalho, predomina em relação à reprodução de cada ser existente, conforme podemos ver nas palavras de Lukács (2013, p. 46), para quem “[...] a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria [...] suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica”.

No trecho citado, Lukács (2013) ressalta a predominância da reprodução social em face da reprodução de cada um, de “cada existente”, que compõe o todo social, a sociabilidade. Assim, o filósofo húngaro enuncia a categoria ontológica central do trabalho, o pôr teleológico, a partir da constatação de que o ser humano, ao realizar o trabalho, emprega uma prévia ideiação, uma ideia e uma ação conectadas, de tal forma que cria uma nova objetividade.

Devemos ressaltar, ainda, que do trabalho emerge a sociabilidade humana e a linguagem, categorias ou complexos teleológicos pelos quais o discurso transita, na necessária relação entre essas duas estruturas. Desse modo, a linguagem tem sua origem, assim como qualquer complexo teleológico, no trabalho. A partir dessa assertiva, tem-se a linguagem como uma “práxis objetivada”, nas palavras de Coutinho (2010), para quem a linguagem deve ser compreendida como o resultado de um processo de interação necessária entre os sujeitos devido ao desenvolvimento do trabalho. Além disso, o autor assevera que,

Nessa determinação genética [a origem da linguagem no trabalho], podemos observar ao mesmo tempo, o *telos* originário da linguagem, sua função social como meio de fixação e de comunicação do pensamento (do “algo” que o trabalho fazia nascer nos homens). A linguagem, em suma, é **uma práxis objetivada**. Ocorre nela, como em toda a práxis que visa à dominação da natureza, a junção de dois complexos causais com um complexo teleológico: o complexo causal dos fatos naturais (que determina a diversidade dos sons)

é utilizado por um complexo teleológico proveniente da vida social (necessidade de comunicação e de fixação do pensamento), o qual, por sua vez, origina-se de um complexo causal de tipo econômico-social (universalização e socialização do trabalho) (COUTINHO, 2010, p. 89, grifo nosso).

Esse processo genético-ontológico de constituição da linguagem se dá porque a teleologia não exclui os complexos causais, muito pelo contrário, a realização da teleologia implica a existência e a consideração de leis causais que venham a possibilitar a constituição dessas categorias. Para melhor entendimento do que acabamos de enunciar, Coutinho (2010) nos explica que a linguagem se constitui como realizações teleológicas (finalidades) em relação estreita com complexos causais, provenientes de fatos naturais (como todo suporte físico, acústico e óptico, que permitem a interação verbal e não verbal entre os indivíduos).

Para o/a analista do discurso, a linguagem deve ser compreendida em seu funcionamento, de modo dinâmico, a partir de uma concepção de língua e de linguagem inscrita na história e sujeita às conformações ideológicas, que podem implicar em falhas, deslizamentos de sentidos, deslocamentos e inversões. Sendo assim, é preciso entender que discutir a categoria do trabalho, bem como discorrer acerca da categoria discursiva das condições de produção significa compreender que o funcionamento da linguagem se dá dentro de uma processualidade histórica.

Esse movimento teórico de discutir a relação entre trabalho e linguagem é importante para a compreensão de como os processos discursivos atuam no sentido de reproduzir o efeito ideológico da naturalização das diferenças entre gêneros e sexualidades. Portanto, quando dizemos que há um efeito ideológico é no entendimento da ideologia como práxis que determina o agir do ser em sociedade. E, ao se referir à ideologia, deve-se estabelecer a relação necessária entre as formas ideológicas e sua função social.

Com isso, estabelece-se a primeira característica do que se tem por ideologia, a de que ela não é individual, mas seu funcionamento se dá no interior da práxis social.

Nesse sentido, Lukács (2013, p. 464) ressalta que,

Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. (LUKÁCS, 2013, p. 464).

Partindo desse pressuposto lançado pela perspectiva ontológico-marxiana de ideologia e considerando que o discurso é práxis social, tem-se que o discurso é materialização de formas ideológicas.

Por conseguinte, Lukács (2013) desenvolve uma concepção de ideologia a partir de uma perspectiva ontológico-prática, segundo a qual, a questão do ser está intimamente ligada à práxis social. Rompe-se, assim, com a lógica gnosiológica⁵, conforme aponta Vaisman (2010, p. 45):

a recuperação da ontologia na perspectiva lukacsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular, desse modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade.

A partir dessa citação, observa-se que Vaisman (2010) ressalta o comprometimento da teoria lukácsiana com a transformação do real e, nesse sentido, a ideologia assume seu viés prático, real e ontológico. Sendo assim, sob a premissa fundamental de que o ser humano é um ser que responde, Lukács (2013) dá um novo sentido à apreensão da realidade, de modo que a concepção de ideologia aqui adotada está carregada de um comprometimento com sua função como instrumento de luta.

[o] homem é um ser que responde ao seu ambiente e, ao fazê-lo, ele próprio elabora os problemas a serem respondidos e lhes dá as respostas possíveis naquele momento. Essas respostas podem, no momento subsequente, transformar-se em novas perguntas, e assim sucessivamente, de tal modo que tanto o conjunto de perguntas quanto o conjunto de respostas vão formando gradativamente os vários níveis de mediações que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam a sua existência (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Com isso, ressalta-se o caráter prático do ser social, cuja relação com a realidade se dá por meio de posições teleológicas por ele assumidas, de tal forma que tais posições teleológicas podem ser primárias, na base do trabalho e expressando a relação do ser humano com a natureza. As posições teleológicas primárias, por sua vez, implicam nas secundárias, que refletem as posições assumidas pelo ser humano em sua relação com os outros em determinado

⁵ A concepção gnosiológica da ideologia está relacionada a uma leitura estruturalista feita por marxistas como Althusser, de modo que para esta perspectiva, a ideologia é concebida com base na epistemologia ou estudo do conhecimento. Assim, a ideologia está relacionada à ideia ou falsa ideia, além de haver a centralidade do sujeito, em detrimento da ideologia como práxis (Cf. TONET, 2013).

contexto social, colocando em evidência a própria divisão social do trabalho. Com isso, as posições teleológicas secundárias, expressando as relações sociais mais complexas entre os sujeitos, advém de uma posição teleológica primária, que é a transformação da natureza pelos seres humanos.

É preciso considerar que as diversas ocorrências do pôr teleológico representam para o ser social uma tomada de decisão entre alternativas. Assim, destacam-se as determinações ideológicas no discurso e nas demais práticas sociais dos sujeitos, mas deve-se tomar o cuidado de levar em consideração que a ideologia, como práxis, manifesta-se como um complexo e produz efeitos de evidência de modo dinâmico e também complexo.

Diante do exposto, cumpre definir a ideologia em sua concepção ontológico-marxiana a partir da afirmação de Lukács (2013, p. 465) de que “[a] ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”. Nesse sentido, a ideologia tem sua origem na própria prática social humana, de modo que “toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Destaca-se ainda, que, na perspectiva ontológico-marxiana, toda expressão humana pode se tornar ideologia, da mesma forma que o complexo ideológico não deve ser analisado por si só, mas por meio de sua função social, no sentido de orientar a prática social. O que significa dizer que a ideologia não é um atributo inerente a toda expressão humana. Assim, só há ideologia na medida de sua atuação na sociedade como agente de transformação ou manutenção das relações sociais.

Adota-se, aqui, uma perspectiva ontológico-marxiana e isso se deve à necessidade de assumir uma posição em face dos conflitos teóricos que se colocam dentro da própria área na qual se insere este estudo. No interior de um dado domínio do conhecimento sempre existirão confrontos de materialidades e de teorias que venham a sustentar tais análises.

Pela necessária configuração de um referencial teórico e da tomada de posição em relação à ontologia marxiana é preciso ter em conta que o termo “discurso” deve ser visto como práxis social, logo, passível de uma análise sob essa perspectiva.

Partindo do pressuposto de que o discurso é “feito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2012, p.21), e que os efeitos de sentido são efeitos ideológicos, os sujeitos em suas relações sociais, como (inter)locutores, atribuem sentidos para silenciar determinações sociais e econômicas complexas. Um desses efeitos é o da naturalização, de tal forma que as relações

sociais de sexo são naturalizadas e, devido a isso, o efeito de naturalização provoca o apagamento das determinações sociais, históricas e ideológicas.

Um exemplo muito presente ainda na sociedade atual é a naturalização do machismo, do sexismo e do patriarcalismo. Os sujeitos tomam como naturais as relações machistas de opressão contra as mulheres e as pessoas LTBTQIA+. Os comportamentos sociais instituídos pela razão patriarcal (defensora da superioridade do poder masculino branco sobre todos os outros gêneros) como de homens e de mulheres são rigidamente transmitidos por meio das instituições do Estado e da sociedade. Por meio de uma moral conservadora, a violência patriarcal que faz vítimas diárias no país e no mundo (é importante esse destaque entre o Brasil e os outros países do mundo, pela necessidade de refletir sobre os números elevados de violência contra mulheres e LGBTQIA+) é colocada sob a óptica da naturalidade, ou seja, “espera-se” que os homens héteros sejam fortes, traiam, sejam vorazes e não respeitem a vida e a liberdade alheias que não estejam de acordo com a sua vontade.

Portanto, o efeito de naturalização das relações sociais de sexo é ideológico, tendo em vista que o trabalho, e o salto ontológico por ele determinado, provoca o afastamento das barreiras naturais, tal como ressalta Cisne e Santos (2018, p. 27):

A centralidade que o trabalho assume na vida social refere-se ao fato de ocorrer, por seu intermédio, o salto ontológico, que permite a formação do ser social, uma nova esfera que se afasta de modo processual das determinações meramente biológicas. Por isso, em face de suas características centrais, em cada momento histórico, torna-se possível apreender como se estruturam de forma concreta, objetiva e subjetivamente, a sociedade e os indivíduos por meio do trabalho e de um sistema amplo de mediações. Além disso, o trabalho constitui a via para a produção de bens que geram a riqueza social.

Dessarte, a relação entre o natural e social fica bem delimitada, pois parte da noção de que o ser social deve ser compreendido como um complexo que se afasta das barreiras naturais e biológicas e se encontra numa forma específica de sociabilidade. Devemos ressaltar, por conseguinte, que afastar as barreiras naturais não significa extingui-las. Visto que não podemos desprezar as determinações biológicas na constituição dos indivíduos, nem mesmo entrar no terreno do essencialismo social, tal como adverte Saffioti (2008, p. 156):

O ser social, dotado de consciência, é responsável pelas transformações da sociedade, permanecendo, entretanto, um ser natural. A sociedade tem, pois, fundamento biológico. É exatamente este fundamento biológico o elemento perdido, logo, ausente do conceito de gênero. Sua perda representa um empobrecimento conceitual da própria vida social. Além de desfigurar a realidade em que se vive, ou seja, procedendo à eliminação do caráter processual que torna as três esferas uma realidade una, funda o essencialismo social. Isto é grave, por múltiplas razões. Uma diz respeito à desfiguração do

ser social, cujos seres humanos são dotados de consciência e, por conseguinte, teleológicos, buscando realizar fins desejados e dando respostas sempre novas às novas situações que a vida lhes apresenta. Em segundo lugar, pode-se manifestar a enorme tristeza provocada pela observação, numa vertente do pensamento feminista, que fugia do essencialismo biológico, seu mergulho no essencialismo social.

Com isso, temos de buscar uma posição teórica que não caia em nenhum dos extremos (essencialismo biológico e essencialismo social). Assim adotamos o entendimento de que os sujeitos devem ser considerados como indivíduos biologicamente determinados em seus corpos (substrato material) e adquirem sentidos em sociedade, dadas pelos processos histórico-discursivos.

2.2 Por uma perspectiva materialista histórica e dialética dos estudos das sexualidades

Para iniciarmos nossa reflexão sobre uma orientação materialista dos estudos das sexualidades, devemos retomar o conceito de materialismo histórico-dialético e sua importância para a análise de discurso que aqui se pratica.

O que se coloca, neste momento, é um problema de natureza metodológica. Os primeiros estudos ligados às manifestações das sexualidades humanas, remetem, em sua maioria, a uma visão subjetivista e individualista dos sujeitos, suas sexualidades e seus comportamentos em sociedade. Em contrapartida, quando buscamos apreender a dinâmica e funcionamento das chamadas relações sociais de sexo, temos uma representação mais ampla do objeto de pesquisa. Por isso, a importância de partir de uma perspectiva materialista histórica e dialética para analisar os discursos de resistência das minorias sexuais e os da opressão contra as pessoas LGBTQIA+.

Assim, podemos, na tentativa didática do Paulo Netto (2011), compreender que o trabalho teórico do/a pesquisador/a, pelo método marxista, não pode se resumir a um olhar sobre a aparência, mas deve avançar para a apreensão da essência, ou seja, da estrutura e da dinâmica do objeto de pesquisa. Dessa forma, “[a] teoria é para Marx, **a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa**: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (PAULO NETTO, 2011, p. 21, grifo do autor).

Para compreendermos melhor, o teor dos estudos sobre sexualidade humana anteriores à perspectiva materialista histórica e dialética, podemos citar o estudo inicial, estruturado sob o discurso médico do século XIX, que instituiu a denominação “homossexualidade” e os

primeiros estudos e dizeres sobre a sexualidade, de um modo institucionalizado. Assim, vale destacar que

No século XIX, afirma Foucault, a formulação discursiva sobre o sexo sofre uma mudança centrada no deslocamento do olhar médico. A sexualidade define-se, nesse contexto, como uma questão individual. Em contrapartida, a sua condição de enunciabilidade reside nos prazeres individuais, secretos e perigosos. Nesse terreno, a sexualidade torna-se progressivamente o núcleo da identidade pessoal, ao qual o indivíduo tem acesso graças primeiramente aos médicos, depois aos psiquiatras e a todos aqueles a quem compete confiar o os segredos do pensamento e dos atos. (SOUZA, 1997, p. 32).

A partir do contexto supracitado, nota-se o esvaziamento das condições históricas e sociais para o estudo e entendimentos dos comportamentos individuais. Isso resulta de uma visão positivista e essencialmente biológica para justificar/explicar os fenômenos apenas pelo viés do indivíduo, ou seja, as expressões sexuais não refletem ainda para os estudos sobre as sexualidades as determinações da objetividade. O sujeito ocupa, então, um lugar central nos estudos sobre a sexualidade até então.

Com o amadurecimento dos movimentos sociais LGBTQIA+, a partir da articulação de uma pauta de luta mais ampla com questões sociais latentes, como o debate constitucionalista, a partir do movimento de abertura política no Brasil (1987-1988), bem como com a defesa de causas atreladas aos estereótipos de homossexualidade, como a epidemia do HIV/AIDS no mundo, as determinações da história e das relações sociais de cada sociabilidade para a constituição dos sujeitos possibilitaram um olhar mais amplo às bandeiras de luta, outrora identificadas apenas como individualistas e subjetivistas.

Nesse deslocamento entre o individual e o social, houve um avanço nos estudos sobre sexualidades, em particular com contribuições expressivas das feministas francófonas e do desenvolvimento de pesquisas voltadas a uma perspectiva pós-estruturalista, como a Teoria *Queer* e os estudos posteriores.

No entanto, atualmente, vivemos um momento de retomada de uma memória de opressões, embora essas formas de opressão sempre fizessem parte da sociedade capitalista. Referimo-nos ao fato de que alguns discursos estão sendo retomados e essa interdiscursividade configura as condições de produção contemporâneas dos estudos de sexualidade que contemplem uma perspectiva materialista histórica e dialética, ou seja, que busque a apreensão do real sócio-histórico, de modo que nos deparemos com esse real, nas contradições da sociedade capitalista que determinam as expressões sexuais consideradas centrais e a exclusão das expressões sexuais periféricas ou minoritárias.

Os estudos de gênero foram predominantemente pautados pela orientação teórica embasada na noção de binariedade, ou seja, a dicotomia rígida dos conceitos de homem e mulher⁶. Com isso, os trabalhos voltados para as sexualidades encontram obstáculos nessa concepção binária de existência do homem e da mulher, do masculino e do feminino, como se esse binarismo fosse suficiente para abarcar todas as possibilidades de manifestação humana de sua sexualidade.

No decorrer de nossas pesquisas, deparamo-nos com dizeres, tanto dos movimentos políticos de esquerda quanto dos de direita, que não olhavam para a pauta LGBTQIA+ com a atenção necessária, nem mesmo com um olhar mais crítico e sério sobre tal assunto.

Entretanto, como ressaltamos, com o passar dos anos e a consolidação de uma bandeira ampla e heterogênea LGBTQIA+, os grupos minoritários, os partidos políticos e movimentos sociais, em geral, passaram a se interessar pelos estudos relacionados à diversidade sexual e de gênero, especialmente no Brasil.

Mais adiante veremos que a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil se dá de modo consolidado a partir do final da década de 1970⁷. Com a consolidação desse movimento, em consonância com a efervescência de um movimento feminista em ascensão, a bandeira de luta pela diversidade sexual passa a assimilar as orientações teóricas do movimento feminista tradicional (cujas bandeiras são das/pelas mulheres brancas heterossexuais e de classe média), além da forte influência do movimento afro-americano como o *Black Power*.

Entende-se, no entanto, que tais movimentos nem sempre se coadunam em modelos teóricos e metodológicos, de modo que o que se sobressai inicialmente é a luta pela igualdade de direitos e pela vida, haja vista que a violação de direitos humanos atingia os movimentos sociais vigentes.

Houve, com isso, o espaço para o desenvolvimento de atuação política pautada, especificamente, por uma orientação pós-estruturalista, com representantes significativos como os filósofos Michel Foucault e Judith Butler. Destaca-se ainda que, atualmente, vêm encontrando espaço nos meios acadêmicos, estudos sobre diversidade sexual que se baseiam

⁶ Cabe destacar, entretanto, que, atualmente, as estudiosas feministas têm se permitido ao estabelecimento de um diálogo teórico, sem entretanto, abandonar a essência metodológica dos estudos que levam em conta as determinações sócio-históricas das questões de gênero na sociedade capitalista.

⁷ O chamado movimento LGBTQIA+ tem sua instituição e desenvolvimento relativamente recente na história do Brasil, segundo ativistas e estudiosos, o movimento, inicialmente chamado apenas de movimento gay ou movimento homossexual, data de 1978 com a fundação do grupo SOMOS, de afirmação homossexual em São Paulo. Sobre essa questão histórica do movimento, vale a leitura de Trevisan (2018), Green (2019) e Green *et al.* (2018a).

em uma perspectiva materialista e permitem ainda um diálogo teórico com as chamadas perspectivas pós-modernas, naquilo que for possível e pertinente de ser dialogado.

Cabe aqui destacar apontamentos de Toitio (2017, p. 63) sobre essa questão:

Aqui, cabe indicar que tanto o marxismo quanto o pós-estruturalismo não são abordagens teóricas monolíticas ou facilmente redutíveis a estereótipos e a classificações rasteiras. Ambas são teorias complexas, com várias correntes muito diferentes entre si e, por isso, devem ser entendidas em sua pluralidade: como não existe marxismo no singular, também não existe pós-estruturalismo no singular.

Esse diálogo teórico é importante, mas deve ser feito com o devido cuidado para que não ocorra a injustiça de distorções de uma ou de outra perspectiva. Além disso, as leituras do marxismo precisam estar abertas ao surgimento de novas pautas de lutas, como vem ocorrendo com os “novos” movimentos sociais desde a década de 1960.

Durante muito tempo, os movimentos por igualdade e respeito à diversidade sexual foram rotulados de movimentos meramente identitários, cuja pauta era centralizada numa luta individualista e pequeno-burguesa. Para contestar tal concepção, podemos nos valer da discussão em torno do conceito de indivíduo em oposição à de sociabilidade, de coletividade.

[...] por seu intermédio [do trabalho] desencadeia-se a reprodução social e simultaneamente se reproduzem, também, o gênero humano e a individualidade. Nesse processo, buscaremos o entendimento da diversidade humana que é central para a apreensão das expressões concretas dessa diversidade, a exemplo da vida das mulheres, da população negra e LGBT, considerando as particularidades oriundas da dimensão étnico-racial, das lutas sociais contra o racismo, o patriarcado e o heterossexismo, [...]. É importante termos agora que considerar o indivíduo como um ser diverso não significa necessariamente fragmentá-lo em dimensões, partes e marcadores, ou destituí-lo das determinações classistas e isolá-lo da vida social. A diversidade humana articula-se à concepção de indivíduo social como uma característica própria da individuação (CISNE; SANTOS, 2018, p. 27-28).

Com isso, pretendemos demarcar nossa posição de que o indivíduo é um sujeito historicamente determinado e que também determina os processos históricos. Desse modo, a posição de que a luta LGBTQIA+ se constitui como mera luta individualista e pequeno-burguesa torna-se reducionista e tal equívoco pode ser decorrente de uma visão centrada nesse sujeito.

Por isso, é necessário assumirmos uma posição teórica pela perspectiva histórica e dialética por considerarmos os indivíduos como determinados pela história, no processo de individuação, e por entendermos que a consubstancialidade-coextensividade dos estudos de gênero e diversidade sexual, além das pautas de luta, constitui-se numa abordagem ampla com

vistas à totalidade social. Tal orientação política e metodológica deve assumir uma luta anticapitalista, classista, antirracista e antipatriarcal, ampliando pautas e incorporando vozes excluídas e oprimidas.

Mas afinal, o que significa assumir uma perspectiva materialista histórica e dialética? Sabemos que nos estudos discursivos, especialmente na AD francesa pecheutiana, apoiamos metodologicamente no materialismo histórico-dialético. Por isso, há a necessidade de uma retomada da história para desvelar os sentidos dos discursos analisados. Entretanto, é preciso explicar que o conceito de história que usamos é o da história considerada a partir das relações sociais, isto é, das relações estabelecidas entre os indivíduos em sociedade, de modo que esses sujeitos determinam a história e por ela são determinados.

Nos termos de Marx (2011, p. 25): “[o]s homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Dessa forma, o materialismo histórico-dialético encontra na história a sua base de validação. Assim a relação entre sujeito e objeto é de proximidade e pertencimento, tendo em vista que os sujeitos que pesquisam fazem parte da sociedade pesquisada. Para que se possa operar uma análise sob essa perspectiva é preciso um trabalho de ida à história para depois fazer um trabalho de retorno, juntando as peças do “quebra-cabeça” na constituição da teoria. Esse movimento de ida e volta, de retomadas e análises é complexo e busca apreender o real sócio-histórico proposto por Marx (2008 [1859]), tal como Paulo Netto (2011) explica como método das duas vias:

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo de conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um **processo**), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é **fundamental** no processo de pesquisa (PAULO NETTO, 2011, p. 25, grifo do autor).

Como vimos, o sujeito tem um papel fundamental no processo de pesquisa, pois para o método marxista histórico-dialético, esse sujeito que pesquisa tem o papel de apreender o real. Dessa forma, estudar sexualidades numa perspectiva materialista é buscar a apreensão das contradições que compõem a sociedade capitalista e como, no decorrer da história, essas

contradições reverberaram no controle sobre corpos e sexualidades, bem como nos processos de liberação sexual ou reconfiguração de estereótipos.

Como o sujeito assume esse papel fundamental na pesquisa, é importante dedicarmos a ele um espaço em nossa análise, haja vista que na AD o sujeito também ocupa um espaço essencial. Além disso, considerando que o sujeito tem seu corpo como substrato material, portanto, materialidade significativa, daí os dizeres sobre as sexualidades perpassam principalmente os dizeres sobre os corpos sexuados, cujos sentidos são atribuídos pelo mesmo processo de constituição desses sujeitos.

2.3 Discurso, opressão e resistência

Partindo da objetividade material e seu papel fundamental na constituição de sujeitos e sentidos, ocupamo-nos da exposição de categorias que são usadas neste trabalho para as análises discursivas. Para isso, consideramos o discurso como práxis, marcada pela relação entre língua e história, pelas determinações ideológicas em dadas formações sociais e, nos dizeres de Pêcheux (2012, p. 56),

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...].

Muito importante, destacar que esse conceito de discurso dado pelo Pêcheux (2012) reconhece o discurso como efeito e como trabalho (objeto do/a analista de discursos), sendo também o/a analista determinado/a por essas filiações sócio-históricas e sendo essas determinações inconscientes e ideológicas. Ademais, constituindo-se como objeto de análise, o discurso deve ser analisado por meio de um percurso metodológico que leve em consideração os chamados dispositivos de análise, ou dispositivos teórico-analíticos, que dão o suporte para que o gesto de leitura do/a analista seja dotado de objetividade, embora a subjetividade esteja marcada pela tomada de posição ética e política do sujeito que pesquisa. Nesse sentido, Pêcheux (2012) marca o trabalho esperado no processo de análise quando diz que,

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos

que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (PÊCHEUX, 2012, p. 57).

Partindo, então, do que Pêcheux coloca como efeitos de identificação, pensamos nos lugares de enunciação dos “sujeitos homossexuais” no decorrer da história do movimento no Brasil e nos deparamos com um deslocamento determinado pela história e pela ideologia. Daí, temos a articulação necessária para se refletir sobre a categoria das condições de produção do discurso, que colocam em destaque a relação entre história, circunstâncias históricas de constituição, formulação e circulação de discursos.

As condições de produção do discurso articulam as noções de sujeito e suas situações de interação social. Analisar discursos sob essa categoria, significa buscar o elo com a história e investigar o entrelaçamento entre os sujeitos com uma dada formação social.

Nesse viés, temos as condições de produção amplas, que se constituem como configurações históricas, políticas, econômicas e institucionais de uma dada formação social, em suas relações de produção e suas forças produtivas. No caso do discurso analisado, as expressões de gênero e sexualidade na sociedade capitalista são marcadamente desiguais e, como já vimos anteriormente, fazem parte de um espectro amplo de opressões.

No tocante às condições de produção estritas, temos a conformação dos discursos a um quadro político, social, econômico, cultural, que determinam, de modo imediato, as possibilidades de produção e reprodução dos discursos analisados. A partir do trabalho de constituição do *corpus* de análise, o/a analista se depara com o tempo e o espaço de produção desses discursos. Em que momento histórico, esse discurso foi produzido? Quais são as circunstâncias políticas, econômicas e culturais que possibilitam a produção/reprodução desses discursos? Quais os lugares de constituição, circulação e formulação desses discursos?

Questões como essas, colocam o/a analista numa posição inquietante de investigação da história e das possibilidades que o próprio objeto de análise determina. Assim, as condições de produção de um dado discurso destacam a primazia da objetividade sobre a subjetividade do/a analista, marca metodológica do materialismo histórico-dialético.

Assim, por meio das indagações acerca das determinações das práticas sócio-históricas, buscamos chegar às condições de produção dos discursos, bem como à formação social, que nos discursos ora analisados, trata-se da Formação Social (FS) capitalista, com todas as estruturas de opressão, desigualdades e explorações que lhes são próprias.

Essas configurações sociais contraditórias nos colocam em face aos lugares em que os sujeitos e os sentidos são constituídos, a partir de determinados domínios de saber, a esses

lugares de determinação dos dizeres e de constituição dos processos de identificação, desidentificação e contraidentificação⁸, denominamos Formação Discursiva (FD).

As FDs determinam os dizeres e não dizeres nos seus respectivos domínios discursivos e assim como outras categorias de análise, o conceito de FD passou por um processo de ressignificação, segundo a qual a noção de contradições sociais interferiu numa perspectiva de que as FDs detêm fronteiras porosas com aspectos de heterogeneidade. Daí, que uma FD tal como era concebida, como um espaço fechado e bem definido, deixou de ser pensado na AD pecheutiana.

Isso possibilita ao/à analista compreender movimentos discursivos e deslocamentos de sentido de uma FD a outra. Dessa maneira, quando os/as ativistas LGBTs atuantes especialmente no meio virtual, denominam-se “bichas”, há um deslocamento do “bicha” numa FD de opressão para um “bicha” de uma FD de resistência.

A partir da objetividade, em que os sujeitos e os sentidos são constituídos em uma dada FD e do entendimento de que essa constituição implica em um processo de individuação, analisaremos agora como se constitui a noção de sujeito para a AD pecheutiana.

A questão do sujeito é fundamental para a Análise do Discurso, isso significa dizer, que a compreensão do processo de constituição do sujeito passa pela mobilização das categorias articuladas pela AD, quais sejam, ideologia e inconsciente.

É preciso compreender inicialmente a posição tomada por Pêcheux acerca da subjetividade e a relação que esta tem com a AD. Ao desenvolver teoria sobre a forma-sujeito do discurso, Pêcheux (2009) assevera as evidências subjetivas como efeito ideológico, em que o sujeito se reconhece como si mesmo, ou seja, a evidência do “eu sou realmente eu”.

Nessa perspectiva, Orlandi (2001) discorre sobre a questão do sujeito, inscrito na história e no simbólico, e propõe a discussão acerca da subjetividade, da constituição do sujeito e do sentido, e a determinação da ideologia como elemento constitutivo do sujeito. De início, ela ressalta que a subjetividade tem lugar fundamental para o objeto da AD, que é o discurso ou acontecimento significante. Dessa forma, a noção de subjetividade na AD permite a compreensão de como a língua acontece no homem, de modo que a língua deve ser vista sempre em sua relação com a história.

⁸ Esses conceitos se referem às possíveis posições do sujeito em relação aos discursos (re)produzidos. Quando há identificação dos sujeitos a uma dada Formação Discursiva (FD), eles reproduzem de modo relativamente estável esses discursos. Vale notar que aqui também podemos remeter às noções de esquecimento nº 01 e esquecimento nº 02. Na desidentificação, os sujeitos “se afastam” daquela FD porque deixam de se identificar com aquele discurso. Já na contraidentificação, entendemos que assim como na desidentificação, há um processo de resistência do sujeito, mas que o coloca em uma posição mais radical de contradição e oposição ao discurso de dada FD.

Deve-se destacar também que na AD é a posição-sujeito e não o sujeito individualizado, o foco das análises, ou seja, há um deslocamento necessário que vai da situação social empírica à posição-sujeito, que é histórica.

Além disso, Orlandi (2001), apoiada em Pêcheux (2009), considera que um ponto em comum entre as estruturas-funcionamentos denominadas de ideologia e inconsciente é de que elas produzem evidências, dissimulando sua existência no interior de seu funcionamento.

Há, portanto, uma relação necessária entre língua e história e, dessa relação, Orlandi (2001) destaca a distinção entre duas categorias que estão presentes no processo de constituição dos sujeitos, qual seja, falha e equívoco, sendo que a “língua é capaz de falha”, enquanto que o equívoco é produzido pela inscrição da língua na história, sendo por isso, um fato do discurso.

Ademais, compreensão dessa ideia se dá a partir do entendimento do conceito de discurso como práxis humana. Sendo assim, o discurso deve ser compreendido como a subjetividade objetivada, isto é, a materialização da subjetividade a partir da apreensão da objetividade, feita pelo atravessamento do inconsciente e da ideologia.

Deve-se a partir de agora, discutir o fato de que o sujeito se identifica com determinada FD, que, pela definição de Orlandi (2001, p. 103), constitui-se como “lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito”. Mas essa identificação abre espaço também para a contradição inerente ao caráter ideológico e histórico do sujeito.

Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites.

[...] praticando a “semântica discursiva” – concebemos o fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares (ORLANDI, 2001, p. 103).

A respeito desse processo dinâmico de constituição de sujeitos e sentidos por meio do ideológico e do simbólico, um espaço importante deve ser dado à contradição e à resistência desse sujeito. Assim, é na e pelas contradições sociais que o sujeito (re)produz o discurso, dentro das limitações de sua subjetividade, que, por sua vez, é determinada pela objetividade. A resistência se constitui como um processo de ruptura que produz sentidos outros, segundo Orlandi (2012, p. 231):

Na falha, ela [a ideologia] se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. É a isto que chamo resistência. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam

à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar.

Pensando na resistência do sujeito, pode-se analisar a condição dos sujeitos cujas expressões sexuais são excluídas e consideradas desviantes dos padrões impostos pela sociedade, conforme os ditames heterossexistas e patriarcais. A resistência pode ser vista como uma ruptura a esses rótulos, do binarismo e da heterossexualidade, especialmente, das pessoas que não apenas recusam esse enquadramento, como lutam pelo reconhecimento de sua identidade, desvinculada de qualquer categoria que a limite.

Além desse processo de resistência, devemos considerar que a própria ideologia, através da produção de evidências, dissimula a luta de classes, com isso, o sujeito de direito (supostamente livre) e o direito ao consumo, criando a situação de que o consumo é para todos e essa é a exigência feita por todos os que procuram satisfazer os desejos do mercado, a esse respeito Orlandi (2011, p. 42) diz que:

As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo livre e responsável, dono de sua vontade. É o sujeito individuado de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. A noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais. Mas se, face à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, não há como resistir, caso contrário não nos constituiríamos em sujeitos, entretanto, no modo de individuação do sujeito pelo Estado há rupturas e, na falha da ideologia, o indivíduo pode resistir. E, muitas vezes, resiste.

Nesse sentido, deve-se considerar as FDs, as quais os sujeitos se inscrevem, como uma categoria heterogênea, instável e que comporta a contradição própria das formações ideológicas as quais elas se inserem. Dito isso, constata-se que nessa relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito do discurso é que acontece a identificação ou resistência do sujeito a uma determinada formação discursiva.

Sobre o sujeito da e na AD, Magalhães (2003) ressalta a necessidade de se avançar na discussão acerca da subjetividade, considerando a relação desta com a objetividade. A objetividade e a subjetividade, embora autônomas, mantêm uma estreita relação entre si. Isso porque a constituição dos sujeitos parte da realidade concreta em um processo de apreensão do

objeto real, das coisas em si. Esse processo de apreensão da realidade é atravessado pela ideologia, que na perspectiva ontológico-marxiana, surge das relações sociais, desse caráter gregário e concreto intrínseco ao ser social. Nesse sentido, não há como conceber a ideologia como um ente dissociado da práxis humana.

Contribuindo com tal entendimento, Magalhães (2003, p. 76) afirma:

[...] a materialidade expressa em um discurso traz a marca da subjetividade que a produziu, mas não no sentido de ser apenas a expressão da individualidade do autor, pois o que está ali expresso é a relação entre uma individualidade, posta em um tempo e espaço definidos historicamente e uma realidade que está sendo representada por essa individualidade, com consciência do que está fazendo, mas sem domínio de todas as alternativas postas por essa mesma realidade.

Dessa forma, os limites da subjetividade estão nas leis que regulamentam a objetividade, por isso, quanto maior for o conhecimento que o sujeito tem da realidade objetiva, maior será sua possibilidade de intervenção sobre ela (MAGALHÃES, 2003).

Seguindo o pensamento luckacsiano, Magalhães (2003) destaca duas finalidades da linguagem que constituem a capacidade do ser social de percepção da generalidade, que são: a comunicação entre os seres e a possibilidade de se pensar a objetividade, com espaço para a criação do novo. E, sobre a possibilidade de criação do novo, Magalhães (2003, p. 79) afirma que “[q]uanto mais a subjetividade tender para o descobrimento e revelação do novo, tomando uma posição a favor das novas possibilidades que surgem, tanto mais terá condições de promover o movimento dialético necessário a uma interferência efetiva do real”.

Pensando nessa relação entre o ser social e a linguagem, bem como a relação entre objetividade e subjetividade, compreende-se como os sujeitos acabam atribuindo sentido aos seus corpos, de modo que podemos pensar nos processos discursivos de resistência das pessoas trans, por exemplo, que subvertem seus corpos em contraposição aos padrões impostos pelo binômio homem-mulher.

Vejamos, a sociedade capitalista institui um imaginário de corpos masculinos e corpos femininos, essa configuração engessada por uma parcela conservadora da sociedade, não pode ter seus padrões reestruturados ou desestruturados. A esses corpos, rigidamente conformados em sociedade, são atribuídos sentidos, inclusive pelo que se apropria do que é do homem/masculino e da mulher/feminino e seus respectivos corpos. A transgressão a essa imposição societária sobre os corpos constitui-se como resistência ao dado, ao socialmente posto.

Por isso, os discursos produzidos pelas pessoas que se denominam não binárias, reestruturam todo um mercado para atender a essa parcela, como nos sites de *e-commerce*, comércio realizado por meio de plataformas virtuais de venda, que passaram a disponibilizar produtos considerados “sem gênero”. Dessa forma, grandes *sites* e aplicativos de venda vêm tomando conta do mercado atualmente. O fato que podemos remeter a essa ideia de uma adequação do mercado ao consumo para pessoas agêneros é a venda de roupas “sem gênero”, o que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 2018, com a tomada do poder por forças políticas conservadoras.

Essa reestruturação, embora seja possível e necessária para a adequação do mercado e, por consequência do consumo, confronta-se diretamente com o conservadorismo, expressado pelo patriarcalismo, que se assenta em um padrão rígido da divisão sexual do trabalho. Mas essa subversão/resistência apenas aparentemente tem origem no sujeito, tendo em vista que o corpo como materialidade significativa vem significado no próprio processo de constituição desses sujeitos. O sujeito e seu corpo têm em si uma relação pautada pelos sentidos de um para outro. Esses sentidos são determinados ideologicamente, inscritos na história e no simbólico. Os sujeitos e seus corpos são opacos e essa não transparência é própria dos processos discursivos e das evidências ideológicas que camuflam esses processos. Nesse sentido, cabe destacar que

Relacionando sujeito/corpo/linguagem/sociedade, visamos compreender como o corpo, pensando-se a materialidade do sujeito, sua historicidade, é significado em um ou outro espaço de existência, considerando que o espaço significa. Como se constituem seus processos de significação (interpelação, individuação, identificação) concebendo os homens como seres simbólicos e histórico-sociais, pensando-se o interdiscurso e sua relação ao espaço. Como, em sua materialidade, os sujeitos textualizam seu corpo pela maneira mesma como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história: corpos segregados, corpos legítimos, corpos tatuados. Corpos integrados. Corpos fora do lugar. O comum, o normatizado, o hegemônico. O corpo do rico e o do pobre. Temos observado as distintas formas como o corpo significa, se textualiza, circula pela existência de significantes distintos, sendo o homem um sujeito que interpreta e é interpretado. (ORLANDI, 2012, p. 87).

Depreende-se da citação acima que o corpo significa de diferentes modos em relação a diferentes momentos históricos e espaços. Assim, na construção histórica da exclusão, para os sujeitos LGBTQIA+ sempre foram reservados os espaços marginalizados, como veremos mais adiante na significação dos espaços como “guetos” e “armários”, destinados a esses grupos.

Tais espaços de significação são reais e interferem nos sentidos dados aos sujeitos segregados ou marginalizados. Interferem na imagem que se tem desses sujeitos e de seus corpos. Precisamos estar atentos às pistas que a história nos fornece para compreendermos

como os sentidos do corpo são afetados pelo desenvolvimento e transformações do capitalismo, haja vista que os chamados corpos segregados, marginalizados, devem ser incluídos para consumirem e serem cooptados pela lógica capitalista, que torna os sujeitos de direito em sujeitos do consumo.

Há uma memória retomada na constituição dos sujeitos, dos corpos e dos sentidos, de modo que pensando a relação entre corpo e ideologia, Orlandi (2012, p. 92) assim corrobora:

Como sabemos nem os sujeitos, nem os corpos, pensando-se a significação, são evidentes. Ainda é sempre a opacidade, a não transparência da linguagem, que se apresenta quando pensamos discursivamente. Ou, dito de outra forma, o corpo da linguagem e o corpo do sujeito não são transparentes. São atravessados de discursividade, efeitos de sentidos constituídos pelo confronto do simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. O que redundaria em dizer que, assim como as nossas palavras, nosso corpo já vem sendo significado, antes mesmo que não o tenhamos, conscientemente, significado. (ORLANDI, 2012, p. 92).

Assim, é nesse confronto entre o simbólico – em que o sujeito se inscreve na língua e na história – e o político – que trata das relações de poder em sociedade – que os sujeitos/corpos são constituídos, bem como é a partir da regulamentação do Estado nas sociedades de classes que esses sujeitos são individualizados, em sua forma histórico-social, no trabalho determinante da ideologia. Dessa forma,

[...] quando digo que o corpo já vem significado, penso ideologicamente, ou seja, na imagem que fazemos de um corpo ocidental ou oriental, ou como pobre ou rico, como homem, mulher ou homossexual etc. Sentidos já dados. Estabelecidos e estabilizados. Ou seja, estou pensando que “os modos de produção da vida material condicionam o conjunto dos processos da vida social e política”. (ORLANDI, 2012, p. 93).

Nesse sentido, precisamos pensar o corpo, que é primeiro visto como natureza, e o corpo do sujeito como um corpo social, que carrega em si as marcas das instituições que o determina. Por isso, vale destacar que

O corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social (E. ORLANDI, 2002) e também isto não lhe é transparente, porque as instituições com seus discursos silenciam isto, tratando o social individualizado. O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas em que vivemos, parte do corpo social tal como ele está significado na história. Isto quer dizer, entre outras coisas, que o sujeito relaciona-se com o seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza. No entanto, sempre há a incompletude, a falha, o possível. E os sentidos, como tenho repetido, sempre podem ser outros. (ORLANDI, 2012, p. 93).

Pensando essa relação dialética de corpo/sujeito e corpo social, devemos avançar na discussão e exposição de outras categorias fundamentais para a análise, tais como as Formações

Discursivas que se encontram atreladas e constituídas em uma dada Formação Ideológica (FI), para a qual ratificamos que se relaciona ao conceito de ideologia, além disso, atribuímos uma noção ontológica de ideologia, como práxis social.

Cabe destacar ainda que uma FI é constituída por diversas FDs e estas, por sua vez, encontram como amálgama de sua constituição o Interdiscurso. Assim, vale destacar o entendimento expresso de que

A noção de interdiscurso é introduzida para designar “o exterior específico” de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para construí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como resultado paradoxal da irrupção de um “além” exterior e anterior (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 310).

Na relação entre o intradiscurso (o que está sendo dito) e o interdiscurso (o já-dito) se dá o processo discursivo, de modo que num plano cartesiano, como pensado e exposto por Courtine (2009), os discursos são produzidos necessariamente nessa relação.

Assim, a memória discursiva constitui-se do já-dito, do pré-construído. Dessa forma, a memória discursiva é retomada na constituição de novos dizeres dentro de determinadas FDs. O processo discurso, portanto, é um processo mediado por ressignificações no decorrer da história. Cabendo também neste processo, os deslocamentos e rupturas de sentido.

No discurso sobre a “homossexualidade”, no momento da instituição de um movimento social LGBT, em 1978, a conotação política era necessária, embora os sentidos de política refletem os sentidos de classe, raça e gênero, na perspectiva da consubstancialidade, como foi exposto anteriormente.

Diante disso, vale ressaltar a necessidade de analisarmos os espaços de significação dos sujeitos e dos corpos no Estado capitalista, especialmente as conformações dadas aos corpos dos sujeitos na constituição de um arquivo da opressão e da resistência dos sujeitos homossexuais. Muito embora a mídia não seja *locus* de constituição de sentidos, mas espaço privilegiado de formulações e circulação de discursos, o nosso *corpus* de análise se sustenta no jornal **Lampião da Esquina**, considerando-o como um lugar “privilegiado” de circulação de diferentes discursos sobre a homossexualidade.

2.4 Arquivos da opressão e da resistência

Em 2018, houve vários eventos de comemoração aos 40 anos do movimento LGBT no Brasil, no mesmo ano em que foi eleito para presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, até então um candidato que representava parcela conservadora e com ideias de extrema direita no país. Tais acontecimentos lançaram holofotes sobre a atuação dos movimentos sociais e a prática de criminalização destes, bem como a retomada de um discurso opressor de apagamento das lutas pelos direitos e liberdades civis de negros/as, indígenas, pessoas LGBTQIA+, dentre outras minorias.

Diametralmente oposta às opressões, têm-se os processos de resistência dos sujeitos. Assim, podemos compreender as posições desses discursos numa perspectiva da reciprocidade dialética. Essas contradições, portanto, devem ser consideradas na análise do arquivo, enquanto objeto de análise. Outrossim, o arquivo tomado como constituinte do *corpus* de análise é objeto também de uma luta política que se processa nas redes, nos diversos espaços virtuais de circulação dos discursos de resistência. A retomada de uma memória de opressão passou então a corresponder a uma memória das resistências.

Isso posto, a leitura do arquivo deve levar em consideração as contradições decorrentes da luta de classes e das forças de resistência às opressões próprias do modo de produção capitalista (Formação Social Capitalista) que produz, por sua vez, além do antagonismo de classes, rupturas nas relações sociais pautadas na divisão social e sexual do trabalho.

Logo, nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica. (PÊCHEUX, 2010, p. 54).

Sobre essa leitura do arquivo como “nova divisão do trabalho de leitura”, Pêcheux esclarece em seu artigo “Ler o arquivo hoje” (1982), que há um risco de que a leitura do arquivo passe por um “policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica [...]” (PÊCHEUX, 2010, p. 55).

Com a abertura de um espaço virtual, os movimentos de resistência puderam dispor seus arquivos, enquanto o poder público silencia a resistência, a partir do apagamento de textos que fazem parte da memória de um movimento. Além disso, a leitura do arquivo deve ser tão dinâmica quanto o próprio arquivo, de modo que o reconhecimento das instâncias ideológicas

determinantes para aquilo que pode ou não ser exposto, o que pode ou não ser dito e lembrado, faça parte dessa leitura. Nesse sentido, cabe ressaltar que,

Pelo efeito ideológico, fica parecendo óbvio que alguns dados sejam expostos e outros fiquem à margem ou silenciados, que certos documentos recebam prestígio e outros sejam descartados, que áreas do arquivo sejam reservadas apenas para alguns e fiquem impedidas de acesso para tantos outros (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 11).

Exemplificando essa reflexão sobre o arquivo, o **Jornal Lampião da Esquina**, durante muito tempo, pertenceu enquanto materialidade aos arquivos particulares de colecionadores. Na Universidade de Campinas, as trinta e oito edições que compõem o histórico do jornal fazem parte de um arquivo dedicado à memória e à história do movimento LGBT no Brasil. Essa mesma materialidade, no entanto, conquista um alcance maior quando se tornou disponível em formato PDF⁹ no site do Grupo Dignidade¹⁰, grupo de apoio às pessoas LGBTs com sede em Curitiba, estado do Paraná. Temos, então, um arquivo constituído por ação de representantes do movimento, possibilitando um acesso mais amplo à parte da história do próprio movimento.

No referido *site*, o arquivo encontra-se disponível em seção intitulada “O que fazemos”. Dentre outros projetos e ações do grupo, consta o projeto de digitalização do **Lampião da Esquina**. Há, no entanto, a disposição do arquivo e um pequeno texto sobre o arquivo, mas não há elementos verbais que indiquem como se deu o trabalho de digitalização e composição do arquivo, deixando abertas as possibilidades de leitura do arquivo.

A organização do arquivo, no *site*, deu-se de forma cronológica. Foram apresentadas as primeiras páginas de cada edição, seguida, abaixo da indicação do número da edição e da data em que foi publicada. Todas as trinta e oito edições estão dispostas em uma ordem direta (esquerda para direita de cima para baixo) crescente de edições.

⁹ PDF (Portable Document Format) – significa um arquivo em formato portátil. Consideramos que essa portabilidade de arquivos vem impondo ao meio virtual discussões que refletem no conceito de autoria e dos direitos dela decorrentes. A partir desse formato, os arquivos passaram a ser mais bem transportados no espaço virtual, podendo ou não ser protegidos como arquivos.

¹⁰ Consta no *site* do Grupo Dignidade breves informações sobre sua história: “O Grupo Dignidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo pioneiro no Paraná por ser o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+). Em seu primeiro estatuto constava entre as finalidades ‘promover a organização dos grupos homossexuais do Brasil em uma Confederação’. Desde o início, foi atuante neste sentido e, junto com outros grupos da época, ficou à frente do processo de formação de entidades LGBTI+ locais e nacionais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995 e a rede que passaria a ser a Aliança Nacional LGBTI+ em 2009. Foi a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial em 05 de maio de 1997, e sua atuação sempre ocorreu tanto no nível local como no âmbito nacional”. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-historia/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

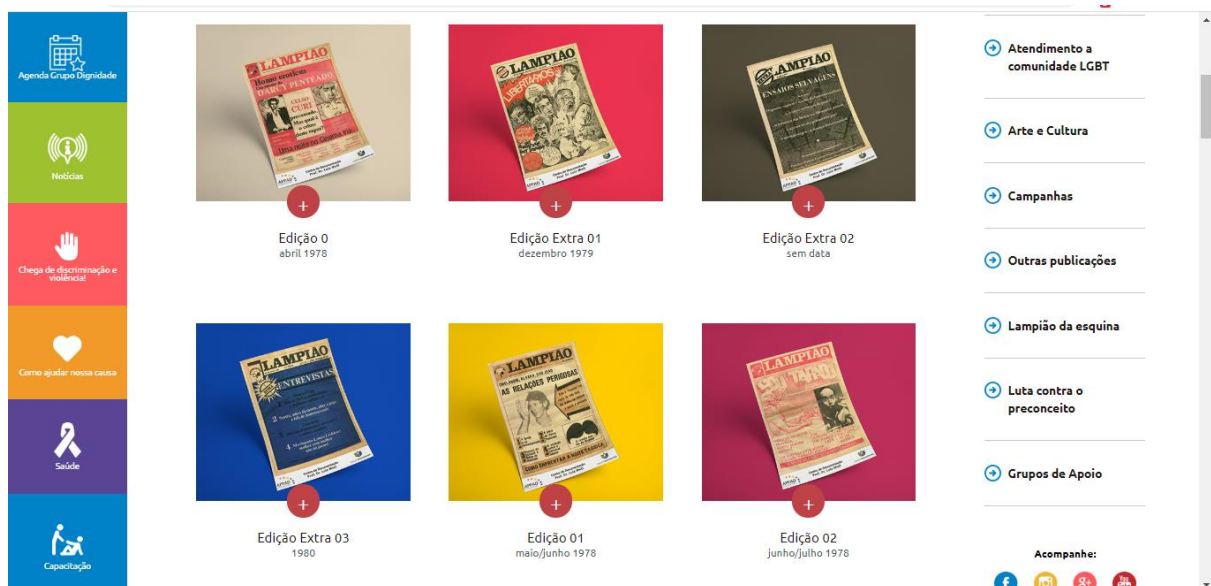
A única edição em que não há identificação de data é a edição extra nº 02, em que consta a informação “sem data”. Essa falta de informação se dá em virtude de não aposição da data, neste número, do próprio jornal. Assim, a disposição do arquivo no *site* encontra-se como na figura abaixo.

Figura 1 – Print da apresentação do arquivo **Lampião da Esquina** no site do Grupo Dignidade



Fonte: Site do Grupo Dignidade, 2020.

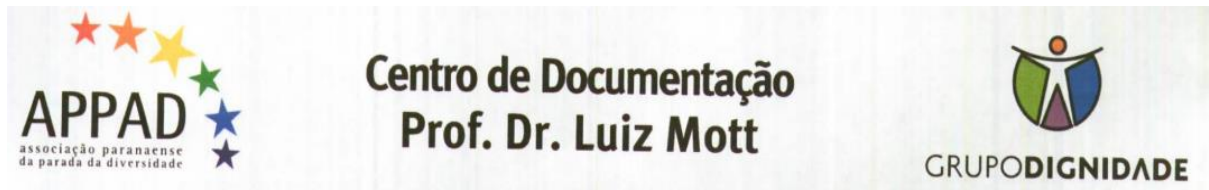
Figura 2 – Print da disposição do arquivo **Lampião da Esquina** no site



Fonte: Site do Grupo Dignidade, 2020.

Ao clicar no sinal de +, localizado abaixo de cada imagem de edição, o visitante da página tem acesso ao arquivo automaticamente. Ressalta-se, ainda, que no final de cada página digitalizada do jornal, há uma marca que identifica a “origem” (pertencimento original) do arquivo, como se vê na figura a seguir.

Figura 3 – Indicação da fonte das edições do jornal *Lampião da Esquina*



Fonte: Grupo Dignidade. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso: 13 jun. 20.

A memória do movimento depende de seus ativistas e isso se torna mais factível quando se pesquisa sobre o que restou de relatos do movimento LGBT no Brasil, o qual faz parte de um quadro que vem se ampliando nas pesquisas nacionais sobre o tema. Documentários, livros, artigos, *sites* e arquivos têm se mostrado importantes instrumentos de preservação de uma história de lutas e desafios do movimento num país com tantos avanços e recuos no que diz respeito à garantia de direitos.

Além disso, cabe aqui uma discussão sobre a mídia, tendo em vista que o arquivo, em análise, é constituído por materialidades recortadas de suportes midiáticos do jornalismo impresso.

No decorrer dos 40 anos de história do movimento LGBTQIA+¹¹, as mídias de diferentes suportes vêm ocupando espaços ora como coadjuvantes, ora como protagonistas, transgredindo ao que está posto/imposto ou reforçando estereótipos. Se pensarmos sobre a representação de homossexuais, lésbicas e pessoas trans na televisão brasileira, podemos notar a presença predominante de um padrão cômico (humor caricato, patético) no tratamento dessas minorias.¹²

¹¹ Importante ressaltar que há registros de reuniões de caráter predominantemente recreativo, como o da Turma OK, mas esse mesmo grupo não assume até hoje um viés político, embora esse traço esteja na própria expressão artística/recreativa dos grupos. Portanto, só em 1978 é que houve registro de instituição de um grupo de afirmação homossexual que, influenciado pelo movimento gay estadunidense, passou a lutar pela pauta da conquista de direitos e liberdades individuais aos homossexuais. Considerando, aqui, homossexualidades no plural, haja vista que não havia o reconhecimento de outras expressões sexuais em suas especificidades.

¹² O jurista Adilson Moreira, em **Racismo Recreativo** (2019), discute o quanto o Estado brasileiro é permissivo com as reproduções de trejeitos, imagens símiás e caricatas como representações raciais não hegemônicas, as quais são constantes em diversas formações culturais que se apresentam sob a égide de manifestações humorísticas mas são, efetivamente, manifestações de estereótipos com conteúdos racistas a respeito de grupos minoritários.

Dessa forma, nas mídias hegemônicas, a pessoa LGBT deveria cumprir com uma função de entretenimento sem que houvesse espaço para debates mais sérios, ainda hoje esses espaços se restringem ao meio acadêmico e a alguns canais virtuais de discussão, em torno de sua condição como sujeitos, numa sociedade que os exclui do espaço de debate.

A partir da consolidação do movimento LGBT, com o grupo SOMOS, em 1978, a chamada mídia alternativa passou a exercer um papel fundamental na divulgação de eventos, estabelecimento de identidades em afirmação, abertura de espaços políticos de debates e reivindicações, além de espaço de denúncias sociais contra a violência sofrida por esses grupos estigmatizados em sociedade.

Precisamos aqui fazer um esclarecimento sobre a mídia alternativa, mais especificamente à chamada “imprensa alternativa nanica”. Esse tipo de mídia do jornalismo impresso permitiu dar voz aos grupos minoritários e também possibilitou a visibilização de causas que não eram objeto de pauta por um jornalismo impresso hegemônico. Assim, comunidades e grupos sociais passaram a ter espaço nesses jornais de pouca tiragem e de publicação mais rudimentar. São exemplos desse jornalismo: **O Pasquim** (1969-1991), **Lampião da Esquina** (1978-1981), **Em Movimento** (1975-1981), **Opinião** (1972-1977).

Política, cultura, história e expressões da questão social serviram de ingredientes importantes para que a mídia alternativa viesse como *locus* de formulação e circulação de sentidos na sociedade em torno do que se compreendia sobre a homossexualidade e outras sexualidades consideradas desviantes do padrão heterossexista da sociedade.

Quando usamos a terminologia “questão social” tomamos o devido cuidado de situá-la no terreno dos estudos relativos à sociedade capitalista, ou seja, no que se refere à questão social, corroboramos a conceituação feita por Paulo Netto (2001, p. 45), para quem

o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (PAULO NETTO, 2001, p. 45).

No tocante à homossexualidade masculina, predominante no referido meio a ponto de o movimento emergente ser chamado de movimento gay (ou como era expresso no **Lampião da Esquina** “movimento guei”), a representação na televisão de figuras como estilistas, carnavalescos, apresentadores, quando passavam pelo crivo dos censores, eram apresentados de forma excêntrica e nada séria.

Além disso, na ficção, seja no cinema ou na teledramaturgia, as relações homoeróticas sempre foram retratadas de modo velado na segunda metade do século XX. Sobre essa forma de abordagem, a respeito do homoerotismo, fala-se atualmente no termo *Queerbaiting*, do inglês *queer* (termo que foi ressignificado pela comunidade LGBT) e *bait* (isca). Esse termo é usado para designar a ação de trazer à história ficcional uma relação afetiva entre dois personagens de mesmo sexo, mas sem que haja representatividade, pois se usa a história apenas como “isca” para agradar ao público LGBT sem que desperte incômodos no público mais conservador.

Na teledramaturgia brasileira há diversos casos de práticas de *queerbaiting*, em que as relações homoafetivas são representadas de forma velada. Em contrapartida, no cinema, os roteiros com temáticas LGBTs vêm abandonando as formas estereotipadas de representação do/a LGBTQIA+, de modo que as histórias tendem a focar em conflitos sentimentais que não estejam diretamente relacionados à expressão sexual das personagens.

Em relação ao jornalismo impresso alternativo, também chamado de “mídia nanica”, devido ao número restrito de tiragens, pode-se refletir sobre o papel dessas mídias na consolidação e desenvolvimento de um movimento social como o LGBTQIA+.

Sobre esse discurso jornalístico, Mariani (1998) provoca a reflexão de que

A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política (MARIANI, 1998, p. 60).

O **Lampião da Esquina** circulou em forma de tabloide, com poucas tiragens (entre 10 a 15 mil) e um conteúdo político alinhado aos movimentos sociais no decorrer da história, ao mesmo tempo em que cumpre essa função de “informar”, propõe o debate nas lacunas deixadas pela mídia televisiva.

Um aspecto que precisa ser elucidado é que os sujeitos que ocupam as redações e conselhos editoriais desse jornalismo mais panfletário são sujeitos que se identificam com a causa. No caso do **Lampião da Esquina**, os editores eram artistas, intelectuais, escritores, jornalistas que se dedicavam à causa do movimento LGBT, que acabava de se consolidar no cenário nacional e se declaravam como membros do movimento.

Sobre essa questão do sujeito que escreve na mídia jornalística, devemos refletir sobre a produção/reprodução do discurso jornalístico a partir da análise de Mariani (1998, p. 60, grifo da autora):

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de **discurso sobre**. Um efeito imediato do **falar sobre** é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se envolveu com a questão.

Os **discursos sobre** são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os **discursos sobre** são discursos intermediários, pois ao **falarem sobre um discurso de** ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que ao **falar sobre** transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com o campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

Considerando a análise feita por Mariani (1998) em relação ao discurso jornalístico e, muito embora, tal análise seja pertinente a essa formação discursiva, no caso das publicações (jornalísticas) da chamada mídia alternativa, há um apelo pela militância política e os que escrevem e fazem os referidos jornais, são sujeitos atuantes nessa militância, motivo pelo qual falamos também de um discurso de, na medida em que a militância traz à tona a identificação explícita dos sujeitos que escrevem nos jornais com as causas sobre as quais escrevem.

Além disso, entendemos que o discurso de (militância) também atua na “institucionalização dos sentidos”, mas ocorre, em contrapartida, uma agitação nas filiações sócio-históricas, embora assumam uma posição de linearidade e homogeneização da memória em relação ao que é dito sobre as sexualidades, tendo em vista o comprometimento ideopolítico desses sujeitos.

Devemos entender a mídia como um conceito amplo de espaço de circulação de discursos, bem como de formulação de sentidos. No caso da mídia jornalística de militância, da mídia panfletária, nanica ou alternativa do final da década de 1970, entendemos como um importante veículo de consolidação de um movimento social e político que se formava naquele momento histórico.

Hodiernamente, com uso em larga escala dos espaços virtuais, como o YouTube, há um maior acesso a espaços alternativos que fomentam manifestações de diferentes níveis e fins. Atualmente, lidamos com manifestações artísticas que rompem com os padrões de gênero e sexualidade e expõem os conflitos e questões que necessitam ser discutidas em sociedade.

Se os espaços antigos e atuais são limitados pelas políticas repressoras do Estado, hoje, os espaços virtuais são aparentemente democratizados. Entretanto, essa aparência de acesso democrático encontra obstáculos nas exigências do mercado, cujos critérios de exibição de vídeos e postagens passam pelo crivo dos interesses ditados por algoritmos¹³ que determinam o que estará em evidência ou não nas redes.

Logo, embora as novas plataformas deem mais visibilidades às diferentes causas sociais e mais possibilidades de representatividade, há interesses comerciais, cuja lógica acaba por invisibilizar ou apagar determinados grupos do chamado interesse social midiático, ou seja, assuntos que não ocupem os *trending topics* ou o topo dos interesses naquele momento ficam com poucas visualizações e, conseqüentemente, discussões deixam de ser feitas em espaços maiores.

Essa discussão em torno das novas plataformas digitais serve para um cotejamento acerca dos avanços e recuos apresentados na sociedade no que se refere à representação midiática das opressões contra as expressões sexuais periféricas e resistências dos sujeitos homossexuais.

¹³ Algoritmo é um conceito polissêmico relacionado às áreas da matemática e da computação. Refere-se basicamente a sequências finitas de ações que devem ser tomadas por determinado programa para executar e solucionar problemas. De modo geral, o termo algoritmo vem sendo utilizado para se referir a uma lógica de programação que evidenciam, nos espaços virtuais, determinados assuntos, temas e pautas. Com isso, plataformas de vídeos, notícias e redes sociais sofrem interferências dessas ações que podem destacar algumas mídias e materialidades em detrimento de outras.

3 PROCESSUALIDADES CONSTITUTIVAS DOS MOVIMENTOS LGTB DO BRASIL NO SÉCULO XX

não sou filho
 nem sou filha
 sou falha da pátria
 carne & aço
 ferro & osso
 sou o fracasso das suas teses.
 sou o transtorno do sistema
 eu vinguei
 estou me vingando por
 aquelas q vieram antes
 que estão
 agora
 & que virão depois.
 eu sou uma legião.
 & nós, somos ou não
 a revolução?

Linn da Quebrada (*Twitter*, 2020)

Nesta seção, o delineamento de um *corpus* de análise passa antes pela discussão necessária em torno da relação entre história e discurso. Para isso, partimos da noção marxiana da indissociabilidade entre história e relações sociais. Por isso, devemos considerar a Formação Social Capitalista, tendo como pressuposto o entendimento de que essa forma de sociabilidade possui características intrínsecas que precisam ser refletidas para uma melhor compreensão dos processos de opressão e resistência no discurso sobre a homossexualidade.

3.1 Discurso e história – processos constitutivos do real

Para desenvolver sobre a relação entre discurso e história, na AD pecheutiana, é importante compreender a noção de história na perspectiva materialista, tal como constatamos na obra marxista. Com isso, o materialismo histórico-dialético nos impõe o entendimento de que as relações sociais materiais determinam a história. Por isso, devemos falar em história real, concreta, partindo da objetividade e não da subjetividade.

Essa noção é importante para uma teoria do discurso que se pretende materialista, pois, não devemos partir do idealismo para estabelecer a relação entre discurso e história, tendo em vista que, na acepção aqui desenvolvida, o discurso é práxis sócio-histórica.

Dessa forma, nos dizeres de Marx (1998 [1845]), os seres humanos fazem história e são determinados por ela. Daí a necessidade de observar que assim como os processos discursivos, a história se constitui pelo real, logo, pelas contradições. Desse modo, empregar o método do

materialismo histórico-dialético implica em buscar o real e se deparar com sua não linearidade e sua não transparência.

Cumprе ressaltar ainda, que o antagonismo de classe é determinante para o desenvolvimento da história, de modo que a “história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2011, p. 39). Daí o movimento da história se dá pelas contradições sociais, pelas desigualdades. Não é o Estado que determina a história, mas as relações entre os seres humanos, relações contraditórias e antagônicas. Esse movimento histórico é feito, então, de rupturas, retomadas, avanços, pactos e fragmentações.

Por isso, analisar os discursos sobre a homossexualidade no recorte de um determinado período do desenvolvimento histórico do movimento gay no Brasil, corresponde a apreensão dessas contradições materializadas no discurso desses sujeitos que, em dado momento, passaram a se organizar, de certa forma clandestinamente, em confronto com o Estado repressor.

Ademais, metodologicamente, o trabalho com a história desse ser feito com atenção às evidências produzidas pela ideologia, de que os sujeitos homossexuais da militância política, ao se considerarem sujeitos de seu dizer (dizer que reflete uma luta política), são impelidos ao Esquecimento nº 01 (PÊCHEUX, 2009), da ilusão do sujeito como origem de seu dizer, sem considerar as determinações exteriores e anteriores. Essa categoria funciona no plano do inconsciente e na relação necessária entre o fio do discurso, o dito (intradiscurso) com o já-dito, o anterior, o exterior que atravessa esse sujeito militante em seu discurso de antagonismo ao Estado.

Esse exterior, ressaltado anteriormente, encontra-se na história dos movimentos sociais, na influência histórica dos movimentos iniciados nos EUA, na década de 1960, com o movimento feminista, movimento *Black Power* e o Partido *Black Panthers*, com passeatas contra a Guerra do Vietnã e episódios como a Rebelião de *Stonewall*, ocorrida em 28 de junho de 1969, no bar que deu nome ao acontecimento, localizado em Manhattan, Nova York.

Por esse motivo, o percurso histórico que antecede o movimento nos permite observar as condições materiais que possibilitaram a instituição de um movimento gay¹⁴ aqui no Brasil, em 1978. Antes do grupo SOMOS¹⁵, outros grupos já tinham se organizado na América Latina,

¹⁴ Usamos a terminologia movimento gay como alusão à forma de como os militantes da época se autoproclamavam. Além disso, a denominação LGBTQIA+ é relativamente recente na história do movimento de militância no Brasil.

¹⁵ O grupo SOMOS de afirmação homossexual surgiu em São Paulo, no ano de 1978, houve forte influência do movimento estadunidense, tendo inclusive como um dos membros fundadores o então militante e atual professor

como no Chile e na Argentina. Entretanto, quando um encadeamento de golpes militares ocorreu na América do Sul, esses grupos tiveram que lutar na clandestinidade, aliando-se aos movimentos revolucionários de esquerda.

Seguindo o pensamento de Marx sobre história e historicidade dos sujeitos, ele afirma em **18 Brumário de Luís Bonaparte** que os “homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não há quem faça sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25).

Com isso, devemos pensar essa noção de não controle da história em relação ao não controle do dizer. Assim, mesmo os sujeitos que assumiam uma militância política, não conseguiram escapar das determinações do capital em seus discursos, ou seja, os mesmos militantes que falavam em direitos e garantias podem depois falar em consumo e direito ao pertencimento a padrões conservadores da sociedade patriarcal. Tais contradições estão presentes na sociedade capitalista, porque tal modo de produção se sustenta delas.

Dessa maneira, atualmente, temos diversos exemplos de sujeitos que, mesmo se identificando como homossexuais não assumem a militância e chegam até a apoiar dizeres contra homossexuais e LGBTfóbicos, especialmente, neste atual momento de acirramento das disputas políticas pelas falas públicas sobre diferentes pautas controversas.

Por isso, o conceito de história que adotamos neste trabalho para o desenvolvimento de nossas análises é fundamental, haja vista que a subjetividade é determinada pela objetividade. Nesse sentido,

Para não se ter apenas uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade – reduzindo o homem ao ser natural – é preciso procurar compreendê-la através de sua historicidade. E aí podemos compreender essa ambiguidade da noção de sujeito que, se determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos, [...] (ORLANDI, 2012, p. 50).

Assim, Orlandi (2012) discute sobre o sujeito em sua forma histórica, motivo pelo qual a relação entre língua e história sempre permeou os estudos da AD, desde seu primórdio. No entanto, essa relação precisou ser esclarecida, tendo em vista a necessidade de se trabalhar em torno do conceito de história que mais se adequasse ao domínio do conhecimento que foi constituído em torno de uma teoria materialista do discurso. A autora também assevera a relação do sujeito historicamente determinado com a Formação Social Capitalista, de modo que

da Brown University, James Naylor Green. O nome do grupo fazia referência a um jornal de temática homossexual que circulava na Argentina, no ano de 1973.

A forma-histórica do sujeito que estamos analisando é a forma-história do sujeito capitalista. Por outro lado, mesmo havendo um deslocamento nas formas como o capitalismo se pratica e estabelece suas relações de poder, ainda assim continuamos no domínio ideológico do capitalismo [...]. Não supomos também que temos de um lado o sistema capitalista e de outro agentes/sujeitos/posições-sujeitos inertes. Para nós, tanto uns como os outros estão em movimento e se transformam. Interessa-nos pensar nos sentidos que a dominação e a resistência tomam nessa relação, já que tanto a estruturação como a desestruturação dela levam ao movimento da sociedade na história (ORLANDI, 2009, p. 15-16).

Destaca-se, então, que a relação entre o sujeito e as formas de sociabilidade capitalista permite a compreensão de um complexo de relações dinâmicas que se movimentam e se adequam aos novos tempos e às novas necessidades criadas pelo capital. Assim, as pautas de luta do movimento LGBT vão se ampliando, na medida em que os sujeitos que outrora lutavam por reconhecimento de direitos, passam a lutar pelo direito ao consumo e ao pertencimento.

Sobre essa relação instável, Henry ([1984] 2010, p. 25) assevera que

Então poderia ser que essa tomada de posição das ciências humanas e sociais frente à história fosse uma condição de sua possibilidade enquanto ciência. Poderia ser que tivesse sido necessário a essas ciências adotar tal posição para ganhar seus diversos terrenos, definir seus objetos próprios enquanto objetos de ciência, que essa posição fosse a condição de constituição dos saberes que elas representam, mas também, em consequência, o limite delas.

O que o autor discute, refere-se às práticas sócio-históricas que se constituem como critério de validação das ciências humanas e sociais, pois os sujeitos, ao tempo em que são agentes da história, também são produtos dela.

A discussão em torno da relação entre discurso e história adquire importância devido aos conceitos e categorias mobilizados pela AD. Dessa forma, se pensarmos conceitos como condições de produção, memória, sujeito, interdiscurso, formação social, dentre outros, há um entrecruzamento necessário e inevitável com a história.

Entretanto, precisamos destacar que, neste trabalho, o conceito de história não implica num domínio estável, estático e meramente cronológico. Essa visão limitada e reducionista da história é dada pelo sistema educacional, que trata do ensino de uma historiografia cronológica que não dá conta da articulação entre passado e presente. É o efeito de estabilização que também interfere em nossa concepção de língua na sociedade. A conveniência da estabilidade e do apagamento dos conflitos e contradições são inerentes ao modo de produção capitalista.

Um viés que precisa ser discutido é o que impõe a história e à linguagem um caráter coletivo, de modo que não podemos pensar em um sujeito que tenha o domínio de si, de sua

história e de seu dizer, sem que pensemos as determinações sociais, históricas, econômicas e, especialmente, ideológicas. Nesse sentido,

Quando foi dito que não são os homens, mas as “massas” que fazem a história, essas massas foram colocadas aqui e ali, elas também, em posição de “sujeito da história”. Mas Marx não se ateve a isso: colocando que a história é a história da luta de classes, ele introduziu uma noção teórica, não subjetiva da história. [...] Não é menos verdade que o marxismo foi também uma base teórica e prática de crítica e de questionamento das ciências humanas e sociais, confrontando-as à questão da história de uma forma crucial. (HENRY, [1984] 2010, p. 35).

Com isso, depreende-se que nos espaços de movência e instabilidade das ciências humanas e sociais, os objetos de estudo impõem um confronto com o real, de modo que a história atua como elemento validador dos estudos e análises. Há, também, a não transparência da história, de tal forma que o sujeito do discurso, inscreve-se na história e no simbólico, transitando pelos lugares de significação.

É preciso avançar na discussão da constatação de que tanto história quanto discurso precisam ser analisados a partir de suas respectivas processualidades, ou seja, o processo discursivo é realizado por sujeitos determinados e situados historicamente. Dessa forma,

A crítica marxista, para além da denúncia dogmática das ciências humanas enquanto forma do “idealismo burguês” ou enquanto “ciências burguesas”, teve mais importância, porque ela trazia consigo, ainda que tenha ocorrido de o marxismo descartá-la, a base de uma concepção não subjetiva, não reducionista e não teleológica da história, de seu “**processo**” (HENRY, [1984] 2010, p. 36, grifo nosso).

A partir disso, infere-se que a história, vista na perspectiva de sua processualidade e dos sentidos que ela (re)produz, acaba por combater uma espécie de idealismo que silencia as contradições e as manifestações do real no discurso. Para nós, analistas, a compreensão dos movimentos da história é fundamental para o desvelamento dos sentidos no movimento do discurso.

Henry ([1984] 2010), então, conclui seu esforço teórico retomando à pergunta inicial acerca do papel da história nas ciências humanas e sociais e nos dá um interessante encaminhamento para nossas análises.

É verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. Em se tratando de ciências humanas, se nós não nos

contentamos com uma historiografia que fingiria ignorar esse sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a nuançar, é preciso admitir que não podemos não ser levados a reabrir essas questões fundamentais que as ciências humanas não cessaram de tentar evitar, que lhes retornam através da crítica interna ou externa e que fixam os limites dos saberes que elas nos apresentam (HENRY, [1984] 2010, p. 47).

Nesse sentido, o confronto que a história nos coloca em todo o processo de análise discursiva é indispensável para a compreensão do processo discursivo, dos sentidos e dos efeitos de sentido, de modo que podemos também falar de uma postura mais crítica relação à história e ao discurso.

A partir desse entendimento, vale destacar a importante posição do analista-historiador, ressaltada por Fonseca (2013, p. 58):

[...] o analista-historiador do discurso busca compreender como as regularidades do fazer sentido se constituem (se bifurcam, se encontram, se sobrepõem, se interditam, [...]) nos textos e deste modo fazem história. Mais do que mapear efeitos de sentido e efeitos-sujeito, atenta-se assim para os modos de subjetivação no interior das conjunturas do dizer. (FONSECA (2013, p. 58).

Com isso, compreendemos que a história determina os sentidos e são estes são determinados historicamente, de modo que os sujeitos são subjetivados a partir da objetividade e, assim, as relações sociais são estabelecidas no decorrer do processo histórico e determinam as formas do dizer e do não-dizer, materializando os discursos.

Nesse sentido, Mazière (2007, p. 100) afirma que “[c]om a história, a AD encontrou um campo privilegiado. Mais ainda, parece que a AD pensa o sentido linguístico como sendo história, produto da história, constitutivo da história”. Essa relação, pois de imbricamento entre AD e história já é pacífica na Teoria do Discurso aqui adotada.

Diante dessas considerações, em nosso trabalho, a história assume um papel central, tendo em vista que nosso *corpus* é formado por materialidades de mídia jornalística impressa, mais precisamente de uma chamada imprensa alternativa, ou “nanica”, cujo arquivo foi resgatado a partir da digitalização e disponibilização em um espaço virtual, no caso, o *site* do Grupo Dignidade. Com isso, o que antes circulava como imprensa nanica, adquire uma proporção maior na esfera do virtual.

Além disso, o movimento LGBT, espaço de formulação e circulação de sentidos, cujo discurso se constitui como objeto de nossas análises, possui uma história própria, num país dominado pela repressão, o movimento surge nas brechas de uma “abertura política” que se anunciava. Por isso, buscamos na história respostas sobre as determinações e condições de surgimento do chamado movimento gay e de uma imprensa que se coloca como panfletária de

tal movimento. Mais que isso, o **Lampião da Esquina** assume um papel de manifesto, de estatuto de um movimento então emergente.

A história desse movimento social e o movimento da História atuam, então, nos espaços de significação, nos dizeres dos sujeitos militantes (ou não) sobre os corpos e as expressões/manifestações da sexualidade. Por esse motivo, é necessário não considerar apenas a história de um movimento social de forma estanque das “conjunturas do dizer”, mas de ir além dos espaços herméticos e, possivelmente, sectários de um movimento e articulá-los à sociedade capitalista, com sua estrutura complexa de opressão/exploração/desigualdade (patriarcalismo – heterossexismo – racismo), e ao modo de produção determinante para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.

3.2 O/s movimento/s LGBTs – percurso histórico, contradições e resistências

A proposta desta seção é de analisar as condições de produção do discurso sobre a resistência dos sujeitos homossexuais, especialmente no período de emergência do então chamado movimento homossexual brasileiro (MHB). Não cabe ao nosso propósito percorrer toda a história do movimento LGBT brasileiro que completa, neste ano de 2020, 42 anos de existência, mas nos interessa, em particular, reconhecer a existência de uma história de resistência também nos momentos anteriores à fundação do grupo SOMOS e do jornal **Lampião da Esquina**, tendo em vista que cometeríamos grave injustiça em não considerar que a própria existência dos sujeitos, com seus corpos e desejos das sexualidades dissidentes, no espaços públicos já representavam processos de resistência ao que era posto como normal e como a ordem a ser cumprida.

Assim, é importante frisar que o termo “homossexualidade” nem sempre existiu, mas foi atribuído a partir do discurso médico, no século XIX, tal como nos relata Pedro de Souza (1997):

Se o discurso médico, no século XIX, é apenas o embrião do que vai ser posto mais tarde como a **forma-sujeito do homossexual**, em que momento pode-se recuperar aqui o processo que descreve a emergência das diferentes modalidades de enunciação do sujeito homossexual? Vale aqui vasculhar seus vestígios na história contada por seus próprios militantes (J. Lauritsen e D. Thorstad, 1974). Estes dão conta de que o aparecimento do ativismo da afirmação homossexual tem lugar na carta aberta escrita por Benkert, médico húngaro, que, no contexto da Alemanha do século XIX, se rebelou contra a intolerância em relação ao comportamento homossexual.

Nesse manifesto, datado de 1869, **o médico exigia do então ministro da justiça a supressão do parágrafo 175 do código penal, que enquadrava como delitos os atos sexuais praticados entre homens**. Benkert é referido pelos historiadores do movimento homossexual como o médico que cunhou o termo homossexualidade para designar os atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A esse fato seguiu-se a formação do Comitê Científico e Humanitário, em 1897, cujo lema era “pela justiça através da ciência”. (SOUZA, 1997, p. 33, grifo nosso).

Na citação acima, podemos constatar que há um deslocamento na determinação dos enunciados sobre a homossexualidade, do discurso legal para o discurso médico¹⁶, ou seja, esse acontecimento constitui-se como um marco no dizer sobre a homossexualidade, a partir do discurso médico, que categorizou e denominou os sujeitos que se enquadravam nas prescrições médicas.

Podemos, então, fazer menção à carta aberta, escrita em 1869, por Benkert, como um acontecimento discursivo¹⁷ que desencadeou o surgimento do ativismo homossexual, determinando com isso, a forma como os sujeitos homossexuais passou a se identificar e a pautar as lutas pela afirmação de si e sobre si, enquanto sujeitos de direito. Assim,

Proponho que esse seja o momento fundador do ativismo gay tal como pode ser definido hoje, segundo suas variantes sociológicas e geográficas. Quero dizer que o grito de protesto lançado pela carta de Benkert em 1869 é referência para o movimento homossexual na sua versão contemporânea. Emprego aqui o termo referência para designar o horizonte de sentido que norteia as formulações do discurso de afirmação homossexual. Trata-se do plano de relações interdiscursivas que postula a Análise do Discurso de escola francesa (SOUZA, 1997, p. 34).

Vale ressaltar, a partir da fala de Pedro de Souza, que assim como surge o termo “homossexualidade”, numa relação binária, surge a necessidade de se denominar o outro, de modo que o conceito/rótulo de sujeito heterossexual surge como o outro do sujeito homossexual, o oposto. Dessa forma, o discurso sobre o homossexual é pautado sempre nessa relação binária, que a partir do discurso médico se estende para o discurso da normalidade.

Importante ressaltar ainda que a carta aberta se constitui como um gênero textual-discursivo que torna pública uma causa, um ponto de vista, uma visão específica da realidade e do sujeito. Ao publicar uma carta aberta (aberta no sentido contrário da carta pessoal,

¹⁶ Esse deslocamento de uma FD a outra decorre de um deslocamento da voz de autoridade em dado momento histórico. Embora o discurso jurídico-legal continue, no Estado capitalista, como um discurso hegemônico de produção dos dizeres, o discurso médico se apoia na base científica, que fundamenta como um discurso validado não apenas pela força da lei, mas pelo rigor de uma pesquisa científica.

¹⁷ De um modo geral, podemos definir o acontecimento discursivo como uma atualização na rede de memórias. Há, portanto, no acontecimento discursivo uma ruptura com o já-dito.

confidencial) o sujeito médico enuncia de um lugar de militância, enuncia para um possível interlocutor público, não privado, um interlocutor que na história das opressões poderá até mesmo exercer uma escuta autoritária.

Sobre esse conceito de “escuta autoritária”, explorado por Orlandi (2019), pensamos como a circulação de discursos de militância encontra barreiras nas vozes do autoritarismo e dos preconceitos, como ideias e opressões pré-concebidas. Há, assim, um efeito ideológico de que a naturalização das sexualidades e a reprodução de uma forma-sujeito heterossexual, como ideal para uma sociedade que se sustenta na opressão patriarcal, possibilite aos/às possíveis interlocutores/as difusos/as da carta aberta uma escuta autoritária, cuja definição é apresentada, pela autora, nos seguintes termos:

Penso a escuta autoritária como um efeito-leitor, produzido ideologicamente, que se caracteriza por uma padronização de sentidos, já antecipados, que barra a escuta do ouvinte/leitor para sentidos não estritamente atribuídos (em termos de imaginário para M. Pêcheux (1969, p. 20), seria a I(b Ia(r)). Como toda espécie de silenciamento, é uma forma de censura: não permite a circulação de sentidos por diferentes formações discursivas. Trabalha com sentidos fixos. (ORLANDI, 2019, p. 21).

A partir desse conceito de “escuta autoritária”, devemos refletir sobre os espaços de formulação e circulação dos discursos autoritários sobre as sexualidades dissidentes no Brasil das décadas de 1960-1970, em que a repressão política encontrou apoio no discurso conservador que pregava a moral e os bons costumes.

Ademais, ao tempo em que emerge a noção de um sujeito de direito homossexual, acentua-se o espaço da patologização desses sujeitos, fato que acompanhou a luta pela afirmação homossexual no decorrer da história do movimento por grande período de tempo, de modo que o “homossexualismo” só foi retirado do catálogo de doenças pela OMS (Organização Mundial da Saúde), em 1990.

No Brasil, o movimento LGBT surgiu de modo gradual, em diferentes momentos históricos e que determinaram os limites e possibilidades de expressão dos grupos de afirmação homossexual. No início da década de 1960, mais especificamente em 1961, surge o primeiro grupo, considerado o precursor do movimento LGBTQIA+ no Brasil, trata-se da Turma OK¹⁸.

A Turma OK é uma agremiação para fins recreativos, que surgiu com o intuito de proporcionar um espaço para a manifestações artísticas de homens transformistas. Seus

¹⁸ A Turma OK existe até hoje, no *site* da organização, há dizeres que expressam os objetivos da referida agremiação. Para mais detalhes, consultar a redes sociais da referida confraria.

membros relatam que se reúnem com o objetivo de se divertirem, “não de fazerem militância LGBT”. Essa confraria se constitui como o grupo de interesse LGBTQIA+ mais antigo do país ainda em funcionamento e tem como fundadores Agildo Bezerra Guimarães e Anuar Farah.

O mais interessante sobre a Turma OK é que seu funcionamento, antes de ter uma sede própria, ocorria nos apartamentos da zona sul carioca e da Lapa, nos momentos de maior repressão do regime civil-militar, as reuniões aconteciam e os membros, para aplaudirem os/as transformistas que se apresentavam, estalavam os dedos, para não chamarem a atenção da vizinhança e não serem denunciados por perturbação da ordem, além de poderem ser acusados de atentarem contra a moral e os bons costumes da época.

Um aspecto que merece destaque é o fato de que os/as membros/as¹⁹ do grupo nunca quiseram assumir uma postura de militância, atribuindo as suas manifestações apenas um caráter recreativo (entretenimento), chegando a levantar como bandeira um espaço de liberdade, expressão e um ambiente familiar.

A essa fase do movimento, podemos considerar a constituição de espaços reservados, escondidos, considerando-os como guetos ou espaços fechados que realçavam a resistência a um momento de repressão aos que desejavam se manifestar, rompendo com os padrões de gênero mais rígidos na época. Essa dicotomia entre “coisas de homens” e “coisas de mulher” determinou, naquela época, a necessidade de espaços específicos para que os sujeitos homossexuais pudessem exercer sua liberdade de serem o que desejavam ser, em termos de expressão ou identidade de gênero.

Além disso, as atividades da Turma OK colocam em destaque a discussão em torno da relação público e privado. Enquanto a enunciação sobre as sexualidades e sobre os corpos travestidos era realizada em espaços herméticos e “secretos”, privados e familiares, ainda era aceitável, o que não se podia tolerar naquele período eram os homossexuais se exporem nas esferas públicas da sociedade. Esse é um entendimento expresso por Quinalha (2018) no sentido do que ele chama de “dessexualização” dos espaços públicos, de modo que,

[...] o cerne da política sexual da ditadura não era exterminar fisicamente estes grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em

¹⁹ A marca de gênero referente à Turma OK corresponde à identificação binária da confraria.

reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades (QUINALHA, 2018, p. 36).

Esse processo de invisibilização dos corpos e coletivos minoritários foi um “empreendimento” de opressão, cujos efeitos ideológicos, políticos e sociais são sentidos até os dias atuais. Assim, nos fios discursivos, o interdiscurso da opressão aos corpos invisibilizados promove a institucionalização do silenciamento institucional para com as pessoas LGBTQIA+.

A Turma OK, como espaço privado “permitido”, teve grande importância na difusão dos primeiros periódicos voltados para o público LGBTQIA+, como o jornal **Okeizinho**. O editor dessa publicação, Agildo Bezerra Guimarães também foi responsável por editar outras publicações alternativas voltadas para esse público como **O Snob** (1963-1969), **Darling** (1968) e **Gente Gay** (1976-1978).

Como consequência desse momento inicial, das primeiras manifestações de grupos LGBTQIA+ no Brasil, tem-se a contribuição para a circulação de uma linguagem própria, o estabelecimento e manutenção de estereótipos relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero dos/as/es membros/as/es associados/as/es ou de todos/as/es aqueles/as/es que simpatizavam com o movimento, mesmo não fazendo parte dele.

Com o Golpe Civil-Militar de 1964 e o período repressivo que o seguiu por 21 anos, o desenvolvimento de movimentos de militância homossexual se viu estagnado, de modo que todo o ensaio realizado pelos/as/es LGBTs para afirmarem seus direitos em um grupo organizado, precisou ser recuado e ser retomado posteriormente no momento mais oportuno. Por esse motivo, o movimento que estava em pleno vigor nos Estados Unidos, iniciado pela Rebelião de *Stonewall*, em 1969, só veio influenciar decisivamente no Brasil, já no final dos anos de 1970.

No movimento gay norte-americano, havia uma cisão entre os gays conservadores moderados e os radicais revolucionários, sendo que os militantes mais radicais denominavam seu movimento de *Gay Power*, com forte influência do movimento *Black Power*, utilizando-se, inclusive do mesmo slogan *Gay is beautiful*, imitando o *Black is beautiful*, do movimento afro-americano, as ideias e estratégias do movimento *Gay Power* vão, mais tarde, influenciar no surgimento do movimento gay institucionalizado aqui no Brasil, especialmente com o grupo SOMOS: grupo de afirmação homossexual.

James Naylor Green, militante citado anteriormente como um dos membros fundadores do grupo SOMOS, em sua obra **Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**, traz a tradução de um artigo escrito pelo jornalista norte-americano,

Allen Young, relatando sua visita ao Brasil em 1972. Cabe ressaltar que Young assumira sua homossexualidade em uma primeira visita ao Brasil em 1964, e retornou em 1972, como principal representante do movimento homossexual norte-americano e testemunhando o estado em que se encontrava o Brasil, em relação às expressões da homossexualidade.

Embora seja um texto extenso, vale destacar alguns trechos para que possamos compreender como os dizeres sobre a homossexualidade se estabilizam nas relações sociais, reforçando estereótipos sexuais e estigmatizando os gays no imaginário social.

Se alguém decidir fazer um botão da liberação gay no Brasil, não precisará nem mesmo de palavras, apenas a imagem de um veado. Por razões que ninguém parece conhecer, a palavra para veado em português é o equivalente para a palavra inglesa *faggot*. As cidades do Rio de Janeiro (quatro e meio milhões de habitantes) e de São Paulo (seis milhões de habitantes) são provavelmente as mais gays do continente, mas a sociedade brasileira encontra suas palavras de desprezo mais fortes no vocabulário usado para descrever homossexuais. Esse é um fator, como em outras sociedades, que ensina a população gay a se auto-odiar e é básico para a opressão gay (YOUNG *apud* GREEN, 2006, p. 164).

O que podemos refletir a partir do trecho anterior é que as formas de designação dos sujeitos homossexuais e os dizeres sobre as homossexualidades – LGBTs de um modo geral –, fazem parte de um processo de depreciação, que só mais adiante começa a ser ressignificado para que possam se constituir enquanto marcas identitárias desses sujeitos. O olhar de um estrangeiro para o funcionamento discursivo das designações, no sentido de estereotipar determinados grupos e interferir na imagem que esses sujeitos têm de si e do/a/e outro/a/e é importante para que possamos compreender as determinações sociais de uma estrutura patriarcal, cujo funcionamento se dá em torno da exclusão e da marginalização de determinados grupos.

Young (1972 *apud* GREEN, 2006) também analisa o uso do termo “veado” para designar os homossexuais no Brasil.

Tomemos a palavra veado. No Brasil, há um jogo muito popular com números chamado jogo do bicho. As apostas são feitas na base de números de um a vinte e cinco, com cada número correspondendo a um animal de A a Z. Isso ajuda as pessoas analfabetas – mais da metade da população do Brasil não sabe ler ou escrever – a participar do jogo. No jogo do bicho, o número um é o avestruz, e o número vinte e cinco é a zebra [sic]. O número vinte e quatro é o veado e conseqüentemente esse número tem mesma conotação – *faggot*. Quando um jovem tem vinte e quatro anos, é provável que ele diga que ele tem vinte e três ou vinte e cinco. Muitos edifícios vão do vigésimo terceiro para o vigésimo quinto andar (YOUNG *apud* GREEN, 2006, p. 164).

Aqui temos um processo de designação de determinado grupo, a partir de um processo metafórico, de modo que os signos “veado” e “24”, remetem aos sujeitos homossexuais de modo pejorativo. Essa metáfora é constitutiva do sentido. Assim,

[...] a definição de efeito metafórico situa a questão do funcionamento na relação do discurso com a língua. M. Pêcheux (1969) vai chamar efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y. Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. (ORLANDI, 1996, p. 80).

Logo, a discursividade se apresenta a partir de um processo metafórico em que há um deslize entre um animal (veado) e um número (24) para um sentido pejorativo de homossexualidade. Ainda segundo Orlandi (1996, p. 81), nesse deslize de sentidos a historicidade está presente, de modo que “Fala-se a mesma língua, mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico. Esse deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”.

A retomada desse discursivo, a repetição e a regularidade na sociedade em que esse discurso se apresenta pode ser destacado por uma notícia atual a respeito desse imaginário em torno do número 24. Vejamos a manchete a seguir:

Figura 4 – Matéria da Folha de São Paulo - 2019



Fonte: Folha de São Paulo, 2019.

Na materialidade acima, há a retomada de um interdiscurso que se constitui a partir do sentido pejorativo atribuído ao número 24 e que permanece até os dias atuais. O fato que se coloca como agravante da situação apresentada na materialidade é que esse fenômeno ocorreu num espaço público estatal, o Senado Federal, cuja função é de legislar e representar a sociedade. As marcas de estereótipos LGBTQIA+ são constantes nas instâncias de poder, no qual o patriarcalismo ressoa como representação legislativa e executiva no Estado brasileiro.

Mesmo que diluído entre os poderes e as esferas da federação, o discurso do preconceito que estabelece estigmas aos sujeitos invisibilizados reproduz efeitos de uma repressão sexual que se apresenta sob o manto do cômico, do inusitado, do exótico, cujos fatos noticiados pelo jornalismo ressoam como o inusitado, “sem explicações”. A ausência de registros oficiais sobre o “sumiço” do gabinete de número 24 silencia as práticas políticas da homofobia, do preconceito e do discurso de uma moral heterossexista.

Young (1972 *apud* GREEN, 2006) relata ainda a relação entre sexualidade e raça. Vale a pena destacar esse relato pelo fato de que as noções de consubstancialidade-coextensividade, relações sociais de sexo e relações sociais de raça estão imbricados no processo de opressão na formação social capitalista.

O mundo gay no Brasil reflete o racismo na sociedade brasileira, ainda que eu deseje em princípio salientar que o racismo no mundo gay não seja pior que entre os heterossexuais; o racismo permeia a sociedade brasileira. Virtualmente, todos os meus amigos brasileiros são brancos e de classe média, o que é talvez culpa minha, mas eu prefiro pensar que isso tem mais a ver com circunstâncias do que com consciência. Durante minha primeira visita ao Brasil, havia um mulato chamado Renato que conviveu algum tempo com meus amigos, e o modo como meus amigos viam Renato era, “Ele é mulato, mas é um cara bonitinho”. Às vezes, em vez de chamá-lo de mulato ou preto, eles podiam chamá-lo de moreno, como se isso fosse preferível. Agora, estas são pessoas que pensam a si mesmas como sendo opostas à discriminação racial, que se classificam como de algum tipo de esquerda. Uma vez eu contei para meu amigo que eu tinha transado com um cara negro, e ele fez uma careta, confessando para mim: “Eu sou racista quando se trata de sexo”. (YOUNG *apud* GREEN, 2006, p. 166).

O excerto anterior traz à discussão o imbricamento entre questões relacionadas às opressões sociais brasileiras: racismo e sexualidade. Pensando a relação dos sujeitos com os corpos (negros, gays, trans, lésbicos...) consideramos que as designações e, portanto, a enunciação de si e do/a/e outro/a/e, como sujeitos históricos, acabam por marcar tais sujeitos por aspectos estruturais da sociedade, numa formação social capitalista, e a ideologia racista-heteropatriarcal se coloca como dominante e hegemônica. Assim, na porosidade das Formações

Discursivas, tais discursos escapam nos dizeres dos sujeitos que se colocam como militantes, de esquerda, gays, minorias, negros/as/es, entre outros/as/es.

Nessa relação ainda cabe uma reflexão em torno do discurso polêmico que se instaurou sobre a possível homossexualidade do líder negro Zumbi dos Palmares, tal como já declarou o professor Luiz Mott e teve reação negativa por parte de alguns/algumas/algumes militantes do movimento negro.²⁰

Atualmente, alguns *youtubers*, como Spartakus, tratam a questão da solidão do gay negro²¹. Os estereótipos que são atribuídos aos/as/es negros/as/es, com sua virilidade e dotes físicos revelam que, quando articulados aos estereótipos impostos aos homossexuais provocam uma forma diferente de opressão.

Para encerrar as remissões ao texto do Allen Young (1972 *apud* GREEN, 2006), considerando ser um texto revelador, um importante registro narrativo de uma época e a partir de um olhar de fora para dentro do país, não podemos deixar passar a oportunidade de trazer outra narrativa, haja vista que mais adiante, na exposição das análises, retomaremos as questões que aqui foram pontuadas.

[...] um grupo gay, entretanto, poderia ter problemas com a esquerda brasileira tradicional, se essa esquerda pudesse ser autorizada a funcionar novamente. Um amigo gay, um enrustido que menospreza sua homossexualidade, pensa em si como um marxista-leninista e me disse que a liberação gay é “fascista”. (YOUNG *apud* GREEN, 2006, p. 167).

Temos aqui um segmento textual que relata a difícil relação entre a esquerda e as questões da sexualidade. Por se tratar de um tema que implica em aspectos próprios da subjetividade e da individualidade, embora não se limite apenas ao subjetivo, conforme anotam os estudos mais recentes em torno da sexualidade, a militância de esquerda no Brasil entendia que a luta pela afirmação homossexual era uma luta menor, pequeno-burguesa. Além disso, relatos de militantes revolucionários/as/es que tiveram que esconder sua homossexualidade dão conta de que muitos/as/es membros/as/es de grupos militantes tiveram que esconder sua orientação sexual para que pudessem ser aceitos/as/es nos grupos. Sobre essa questão a biografia do militante Herbert Daniel, escrita por Green (2018b), que precisou omitir sua homossexualidade para ser aceito na militância armada, é bastante elucidativa.

²⁰ Sobre esse fato, ver notícia com o título “Negros e homossexuais ‘disputam’ Zumbi”, de Pascoal Gomes, da Agência Folha, em Salvador, no ano de 1995 (Cf. Referências).

²¹ “A solidão do gay negro – desabafo e mensagem para bichas pretas” (jul. 2018) e “A solidão do gay negro – sobre autocritica” (2019), títulos de vídeos do *youtuber* Spartakus Santiago, disponíveis no canal dele. (Cf. Referências).

Aos poucos, a esquerda foi compreendendo que a luta por uma sociedade justa e igualitária passa, necessariamente, pela luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, ou seja, uma luta maior que possa abarcar a compreensão de totalidade rumo à emancipação humana.

Esse resquício de conservadorismo que circulava pelas organizações de esquerda, foram se dispersando no decorrer do fortalecimento da luta dos/as/es homossexuais por direitos e pela desconstrução de estereótipos opressores, de modo que hoje a luta se estende para ampliar o conceito de família, abarcando a possibilidade de reconhecimento de famílias a partir da noção de laços afetivos. Neste contexto, muitos casais homoafetivos ainda encontram dificuldades nos processos de adoção de crianças e adolescentes, cujo pátrio poder de famílias supostamente heteroafetivas foi destituído.

Assim, conforme leciona Cisne e Santos (2018, p. 25),

Basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. (CISNE; SANTOS, 2008, p. 25).

Por isso, não há de se falar em luta, na contemporaneidade, sem que se abarque as possibilidades de luta contra todas as opressões que funcionam de modo articulado no modo de produção capitalista.

A narrativa do jornalista norte-americano Allen Young (1972 *apud* GREEN, 2006) é importante para que possamos vislumbrar como estava no Brasil da década de 1970, o movimento homossexual brasileiro, ou o não movimento, tendo em vista que o processo de estigmatização desses sujeitos tinha se consolidado de modo opressor, atribuindo os guetos como *locus* de existência e resistência, para que as ruas fossem “higienizadas” e a sociedade pudesse viver sob a lógica conservadora da “moral” e dos “bons costumes”.

Avançando nesse percurso histórico, a partir da segunda metade da década de 1970, o movimento homossexual brasileiro ensaiou sua organização, até que, em 1978, foi criado o grupo SOMOS de afirmação homossexual, aproveitando-se de um momento de abertura política.

Anterior ao surgimento do grupo SOMOS, em 1977, o editor do jornal americano *Gay Sunshine*²² visitou o Brasil a procura de escritores gays que pudessem participar de uma antologia de contos de temática gay, organizado por ele. Trata-se do jornalista Winston Leyland, que foi entrevistado por um grupo de jornalistas ligados ao **Pasquim**, entre eles o João Silvério Trevisan, que decidiu reunir um grupo de jornalistas, artistas e intelectuais em torno de um projeto de um jornal voltado ao público homossexual e que pudesse discutir a homossexualidade com seriedade.²³

Eis que surge o jornal **Lampião da Esquina**, cuja primeira edição foi publicada em abril de 1978. A importância de se começar relatando o surgimento do **Lampião** é de que ele foi um periódico que contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento do Grupo SOMOS. Paralelo às atividades jornalísticas dos redatores do **Lampião**, havia uma intensa atividade política em articulação a outros grupos, como na presença do jornalista do referido periódico entre 24 e 30 de abril de 1978, ocasião em que foi realizada a Semana do Movimento Convergência Socialista. A ideia desse evento era lançar as bases do Partido Socialista Brasileiro e discutir com diferentes setores da esquerda brasileira.

Uma das pautas do evento era discutir com representantes da imprensa alternativa, dentre esses estava a representação do recém-criado **Lampião da Esquina**, entretanto, a organização resolveu boicotar a participação e a fala dos homossexuais representados pelo jornal, por considerarem que não caberia naquele evento a defesa da causa gay.

Essa situação provocou reações por parte dos/as/es membros/as/es do **Lampião da Esquina** e dos/as/es demais homossexuais que viram ali a necessidade de também se organizarem politicamente.

Em final de agosto de 1978, o grupo de homossexuais de São Paulo começou a sentir uma necessidade urgente de algum tipo de reestruturação. Esta, além de permitir a entrada de novos integrantes ao grupo, também deveria procurar alguma forma de reconciliar todos os interesses contraditórios que ele abrigava, já que sua convivência se tornava cada vez mais difícil. Para tanto, foi convocada uma reunião dos integrantes do grupo e demais interessados (MacRAE, 2018, p. 175).

As primeiras reuniões e a constituição do Grupo Somos esbarravam nas contradições e heterogeneidades do movimento. A oposição entre interesses individuais e coletivos se

²² Sobre o periódico, *Gay Sunshine*, e o trabalho do jornalista, escritor e ativista Winston Leyland, consultar o *site da Gay Sunshine Press*.

²³ Esse episódio é relatado como importante por diversos autores que tratam da história do movimento LGBT no Brasil, como Green (2006, 2018a), Okita (2015), Trevisan (2018).

colocava em debate por meio de uma dicotomia formada entre o político e a sexualidade. O relato do antropólogo Edward MacRae (2018), que foi testemunha do surgimento do grupo SOMOS, inclusive como objeto de pesquisa sua, é fundamental para entendermos o clima que se instaurava nas reuniões iniciais:

As conversas pareciam se restringir a assuntos puramente pessoais, relacionados aos veteranos do grupo, e eu, como recém-chegado, sentia-me excluído. A única discussão concreta que parecia se dar girava em torno da escolha de um novo nome [até então se chamava Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais] e, talvez, de um logotipo para o grupo. Atarefadíssimo com outros assuntos, logo deixei de frequentar o grupo, propondo-me a, talvez, retomá-lo depois das férias de verão, quando teria mais tempo disponível. Consequentemente, perdi dois acontecimentos de importância crucial: a adoção do nome Grupo Somos de Afirmação Homossexual e a sua primeira participação em um debate público realizado na Universidade de São Paulo (USP), em fevereiro de 1979. (MacRAE, 2018, p. 177).

Aos poucos, o grupo ia se constituindo e as divergências dando lugar às convergências, a concepção de luta foi tomando corpo, a partir de uma aparição mais intensa perante o público. Entre eventos, debates, seminários e guetos, o SOMOS foi ocupando um espaço de luta e de representação homossexual, embora ainda não possamos afirmar sua abrangência de luta, tendo em vista a invisibilidade promovida contra outras minorias sexuais pela predominância do homossexual masculino. Eis o risco de se reproduzir na luta homossexual um paradigma sexista e até mesmo machista.

A constituição do grupo SOMOS nos leva a uma questão importante para a AD, o espaço de significação em que os sujeitos são impelidos a adotarem formas de enunciação de si e dos/as/es outros/as/es. Esse espaço criado pode se articular aos guetos ou aos lugares não enquadrados e libertos dos estigmas. Assim,

Historicamente, o que se diz estabelecer como movimento homossexual pode ser descrito como um complexo campo de discursos. Nesses, a formulação do direito de expressão da homossexualidade manifesta uma modalidade de sujeito que faz dela o projeto referenciador de sua identidade social (SOUZA, 1997, p. 34).

Portanto, o movimento homossexual se constitui como um lugar de enunciação, cujas divergências, heterogeneidades e contradições são determinadas pelas contradições sócio-históricas. Por esse motivo, ao analisarmos o grupo SOMOS devemos compreender que todos esses obstáculos relacionados à ausência de um “consenso” ou “convergência”, são próprios de todo e qualquer movimento social.

Considerando, então, o movimento LGBTQIA+ como um lugar de enunciação, devemos ter a dimensão de como esse lugar de significação afeta os sujeitos que a ele se identificam. Como assevera, Zoppi Fontana (2017), é no processo de identificação que reconhecemos o lugar de enunciação como uma dimensão de posições-sujeito. Assim,

Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um eu ou um nós, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 66).

Nesse sentido, os sujeitos, ao se identificarem com determinado lugar de enunciação, no nosso caso, ao então movimento homossexual brasileiro (MHB), constituem-se como sujeitos que resistem e se contraidentificam ao que é imposto como normativo. As relações de força entre movimentos e entre indivíduos e movimentos se articulam de modo contraditório e oposto, de tal maneira que nos processos de identificação ao MHB houve tentativas de despolitização das pautas de luta, bem como o sentido contrário, com tentativas de alianças políticas, a exemplo da participação de alguns/algumas/algumes membros/as/es do MHB à Convergência Socialista.

Vale ressaltar, ainda, que, com a emergência do grupo SOMOS houve um deslocamento no discurso sobre a homossexualidade, de modo que os dizeres sobre a homossexualidade que faziam parte de uma FD médica ou FD legal, passou a circular também constituído como discurso político.

Embora fosse um grupo de minorias sexuais, a dominância do homossexual masculino imperava nas atividades iniciais do SOMOS. De certa forma, com isso, as vozes do movimento ainda estavam centradas numa perspectiva machista. Para sanar essa questão, as lésbicas passaram a atuar de modo relativamente autônomo dentro do movimento, principalmente a partir de 1979, quando elas formaram dentro do SOMOS um grupo lésbico-feminista, que discutia questões específicas delas e se aproximaram mais intensamente do movimento feminista, resultando na saída delas do SOMOS, no ano de 1980.

O SOMOS representou um importante instrumento de luta política contra o período de repressão que ainda perdurava no Brasil. Manifestou-se, por meio de um abaixo-assinado, contra a ação estatal-policial que atingia de forma repressiva o jornal **Lampião da Esquina**.

Em 1980, o **Lampião da Esquina** convidou os grupos de luta em defesa da causa homossexual para participarem de um evento chamado I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais, cuja realização foi em São Paulo durante a Semana Santa daquele ano.

Hiro Okita (2015) relata, com detalhes, como se deu esse encontro e como esse evento pode ser considerado um divisor de águas para o movimento homossexual brasileiro:

O I Encontro foi fechado aos grupos nos dois primeiros dias. No terceiro dia, teve uma plenária aberta ao público com mais de 800 participantes. Na abertura da plenária foi lida uma moção de apoio aos metalúrgicos do ABC, em plena greve, que foi muito aplaudida.

[...]

Uma proposta de participação no 1º de maio, Dia do Trabalhador, foi levada à votação, perdendo por um voto. Foi um divisor de águas dentro do movimento homossexual, enquanto se questionava os rumos que o movimento tomaria.

[...]

Formou-se, então, uma comissão de homossexuais pró 1º de Maio para organizar o primeiro contato do movimento homossexual com os trabalhadores do ABC.

Havia certa apreensão por parte dos ativistas quanto à reação dos operários a essa atuação inédita na história do país. Mas, quando os 50 homossexuais, homens e mulheres, entraram no Estádio de Vila Euclides, a reação dos 100 mil operários ali reunidos foi das mais inesperadas. Aplaudiram vivamente o grupo que portava duas faixas: “Contra a intervenção nos sindicatos” e “Contra a discriminação do Trabalhador(a) homossexual”. Enquanto isso, os membros do Somos que se opuseram à participação no ABC faziam um piquenique no Zoológico (OKITA, 2015, p. 79).

Nesse relato, podemos observar as contradições que se instauraram desde o primeiro momento do MHB, em relação a uma moção de apoio aos metalúrgicos do ABC, que estavam em greve, houve aplausos em plenária, mas a participação direta com faixas e cartazes durante os atos do movimento paredista não foi unânime. Esse fato revela uma cisão no MHB e a já retratada tentativa de despolitização da pauta do MHB, naquele momento histórico. Tal fato, entretanto, não se mostra isolado de toda a história do MHB que é marcada por cisões, contradições e rupturas. Há um deslocamento no espaço que esses sujeitos ocupavam para um espaço em que o papel do Estado, como regulador de políticas públicas, passava a ser questionado a todo momento, residindo aí a “pedra no sapato” dos que rejeitam a noção de Estado e de controle estatal sobre os sujeitos que se desejavam “plenamente livres”.

O episódio relatado anteriormente coloca em destaque a relação entre grupos minoritários e a identificação de determinados grupos com outras causas. A respeito disso, ao citarmos Cisne e Santos (2018), propomos pensar uma luta que seja articulada. Esse foi o grande conflito na instituição de um movimento LGBT no Brasil, pois o acirramento da luta de classes pode colocar em lados opostos trabalhadores/as, que deveriam lutar juntos/as/es. Há um efeito

ideológico do apagamento da luta de classes, em virtude das condições socioeconômicas em que os sujeitos podem se encontrar.

Apoiar os/as/es trabalhadores/as poderia, para alguns/algumas/algumes membros/as/es do SOMOS, representar o abandono à causa específica da homossexualidade. Esse pensamento não é exclusivo de membros/as/es do grupo, mas de muitos/as/es militantes de outras causas que se colocam como únicas, mas que acabam por se revestirem de um sectarismo que os/as/es separa da noção de totalidade e da coextensividade a outros movimentos sociais.

Para analisarmos esse momento e, mais especificamente, o discurso da relação entre classes sociais e sexualidades tomaremos como base as imagens abaixo:

Figuras 5 e 6 – Fotos do Ato do 1º de maio de 1980, em São Paulo



Fonte: BBC Brasil, 2020.

Nessas duas materialidades multimodais anteriores, as faixas trazem dizeres de luta política, palavras de ordem, sendo as duas sequências introduzidas pela preposição “contra”. Posicionarem-se “contra” pode delimitar espaços de oposição.

Considerando ainda as condições de produção desses discursos materializados nas duas faixas, ou seja, a situação de acirramento das divergências dentro do movimento homossexual representado pelo grupo SOMOS, a oposição a esses militantes/manifestantes não é explícita, tendo em vista que a exibição de tais faixas foi contrária ao posicionamento de parte dos/as/es membros/as/es do referido grupo.

Seguindo nossas análises, devemos definir sequências discursivas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p. 25). Mais do que isso, a seleção das sequências discursivas remete-nos a um movimento de constituição do *corpus* discursivo de análise. A seguir tomamos para análise, duas sequências discursivas que estão no bojo de um *corpus* que, desde o início da pesquisa, anuncia-se como um *corpus* de arquivo.

Tomemos, então, como sequências discursivas os seguintes enunciados:

SD1 – Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual

SD2 – Contra a intervenção no ABC/Comissão de homossexuais pró 1º de maio

Na **SD1** há uma qualificadora/identificadora que materializa um processo de identificação desses sujeitos (homossexuais) não apenas a uma causa, mas a uma classe como um todo. Ao dizer “trabalhadores homossexuais”, a palavra homossexual vem como uma qualificadora, um determinante, enquanto a palavra/conceito trabalhador/a/e vem como determinado, termo núcleo de um sintagma nominal.

Com isso, ser trabalhador/a/e (não apenas no segmento textual) vem antes de ser homossexual. Trata-se, pois, de um “**processo do significante na interpelação-identificação**” (PÊCHEUX, 1975 [2009], grifo do autor), ou seja,

[...] sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de *shifting*, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” no sentido espinosano da expressão. É de fato, a existência dessa contradição (produzir como resultado uma causa de si), e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os “objetos” que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si. (PÊCHEUX, 1975 [2009], p. 143).

Diante desse processo descrito por Pêcheux (1975 [2009]), cabe-nos analisar como a designação de si como trabalhador/a/e homossexual implica naquele momento histórico a retomada de uma cisão, uma divisão no interior da própria classe trabalhadora, de tal forma que o movimento homossexual, ali representado, estava dividido em virtude deste episódio em específico.

Há, portanto, a reprodução de evidências subjetivas, produtos ideológicos, provocando o efeito de que esses sujeitos se autodenominem trabalhadores/as homossexuais, como causa de si, como sujeito livre das determinações ideológicas. Esse efeito está no plano do esquecimento nº 1, de modo que as estruturas-funcionamento, ideologia e inconsciente, trabalham na constituição dos sujeitos, mas forjam sua ausência. Ademais, as agitações nas filiações sócio-históricas em que esses sujeitos enunciam sobre si e sobre o/a/e outro/a/e mostram-se no processo discursivo que se desenrola no decorrer da processualidade histórica.

Quem é esse outro/a/e que discrimina os/as/es trabalhadores/as homossexuais, sabemos que dentre os/as/es operários/as/es, contemplados/as/es e apoiados/as/es pela faixa, havia

aqueles/as/es que se colocavam contra o movimento homossexual, de modo que não há o controle sobre tais sujeitos e sobre de que lado se fala ou é falado.

A identificação à Formação Ideológica do Trabalho e à luta dos/as/es trabalhadores/as implica num deslocamento de sentidos na oposição entre a luta, até então considerada pequeno-burguesa e individualista, das minorias sexuais para uma luta que já se colocava como ampla e coletiva, embora excluísse determinados grupos.

O fato é que a identificação dos/as/es homossexuais à classe trabalhadora, naquele momento, constituiu-se como um acontecimento discursivo, no sentido da atualização de uma memória, da ruptura com um movimento que se declarava individualista e despolitizado, de tal forma que, apesar do SOMOS se enfraquecer enquanto movimento, devido às divergências políticas e ideológicas em seu interior, essa articulação ou coextensividade, entre as lutas de grupos de defesa pelos direitos das minorias, passou a ser refletida dali em diante. Algo ficou em termos de atenção por parte dos grupos.

Esse acontecimento discursivo, ao tempo em que representou a cisão de um movimento, foi responsável pelo amadurecimento do movimento homossexual brasileiro como um todo. Nessa autodenominação como trabalhadores/as homossexuais houve um imbricamento das lutas, embora essa articulação apagasse os conflitos inter e intramovimento.

Em relação à **SD2**, o que trazemos para análise é a questão da autoria. No enunciado “Contra a intervenção no ABC” quem assina é a “Comissão de Homossexuais pró 1º de Maio” o que já revela por si só a existência de homossexuais que foram contrários/as/es a esse apoio aos operários. Quem assina essa faixa e assume essa autoria não é mais o grupo SOMOS, que já estava dividido em virtude desse apoio, materializado nessa faixa, mas é essa divisão/cisão do grupo, camuflada por um efeito de unidade, quando não é o todo que se apresenta ali, mas uma parte, uma comissão constituída para tal fim.

Para Orlandi (1996), a questão da autoria deve ser pensada em relação à noção de sujeito de modo que,

A nosso ver, a função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico. Ou seja, o autor, embora não instaure discursividade (como o autor “original” de Foucault), produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. (ORLANDI, 1996, p. 69-70).

Com isso, há um implícito que se processa na autoria dada à faixa. Essa autoria esconde uma divisão, um conflito que se dá pelo que foi formulado, enquanto agitação nas filiações do movimento homossexual brasileiro. A causa operária foi deslocada de uma causa estranha aos/às/aes homossexuais para uma causa apropriada pelo movimento.

Ao tempo em que a faixa se coloca contra a intervenção do ABC, o movimento sofre contra a interdição de sua causa, de seus corpos e de sua sexualidade. Os espaços de interdição contra as minorias sexuais não são apenas físicos, geográficos como o ABC, mas a metonímia que se instaura no signo ABC é a de um lugar de exploração e opressão do capital contra todos/as/es aqueles/as que se identificam e se enunciam como trabalhadores/as, homossexuais ou não.

Após esse episódio do grupo SOMOS, as divergências políticas e ideológicas foram ficando cada vez mais insustentáveis para o grupo. Ao tempo em que outros grupos iam surgindo no eixo Rio-São Paulo, no nordeste brasileiro e em outras regiões, o grupo SOMOS ia perdendo força.

Um fato, no entanto, veio alterar os rumos desse movimento, tanto no Brasil como no mundo, a eclosão da epidemia da AIDS. Esse fato contribuiu para que a causa homossexual adquirisse mais uma bandeira, tendo em vista que a epidemia da AIDS no mundo esteve inicialmente atrelada à concepção de grupo de risco²⁴, sendo os/as/es homossexuais, os principais alvos do discurso preconceituoso que os/as/es acusavam de serem os/as/es vetores da doença que chegou a ser chamada de “peste gay” ou “câncer gay”.

Sobre esse processo de imbricamento entre a questão da AIDS e o imaginário sobre a homossexualidade, ressaltamos que

A relação estabelecida entre a epidemia e determinados ‘grupos’ antecede a uma descrição rigorosa da doença. Impondo-se como uma evidência através de relatos médicos e principalmente da imprensa, essa aproximação foi apresentada às vezes como uma relação causal. Sendo a definição dos ‘grupos de risco’ retomada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pelas autoridades francesas aquela desenvolvida pelo CDC americano (Centers of Disease Controls¹⁰), convém observar de que forma tal organismo isolou esses grupos. (POLLAK *apud* FERRARI SOARES, 2006, p. 54).

²⁴ Cabe refletir sobre a retomada dessa concepção de “grupo de risco” no contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus no mundo (Sars-CoV-2). A noção de “grupo de risco” acaba por reproduzir a ideia do que deve ser objeto de atenção, exclusão e/ou discriminação por parte do discurso médico e do discurso político que instaura sob condições em que um fenômeno biologicamente determinado (substrato material/biológico) provoca efeitos no domínio do social, político, econômico, cultural. Da mesma forma como hoje se fala em um “novo normal”, a epidemia do HIV/AIDS provocou transformações nas formas de vivenciar as relações de sexo e de afetividade.

Dessa forma, impõe-se aos/às/aes ativistas homossexuais no mundo, uma pauta de luta por visibilidade e desconstrução dos estereótipos e estigmas atribuídos socialmente aos gays como “vetores” do HIV ou, como instituído pelo discurso médico-epidemiológico, “grupo de risco”.

Nessa luta por visibilidade e contra a discriminação ao público LGBT, um grupo se destacou e continua se destacando, que é o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, e registrado como sociedade civil sem fins lucrativos, em 1983. Isso demonstra o processo de legitimação estatal das lutas das minorias sociais. O Estado, portanto, apropria-se da chancela do movimento, enquanto controla a existência/resistência desses movimentos, através de mecanismos jurídico-administrativos.

O referido grupo abraçou a pauta de diferentes campanhas relativas à causa homossexual, como a prevenção DST/HIV/AIDS e pela retirada da homossexualidade do Catálogo Internacional de Doenças (CID), o que veio a ocorrer apenas em 1990, pela OMS. E, no *site* da organização, aponta-se que o GGB atua como grupo guarda-chuva, que abarca outros grupos de defesa das minorias sexuais como o Centro Baiano Anti-Aids (CBAA), Grupo Gay Negro da Bahia Quimbanda Dudu, Associação de Travestis de Salvador (ATRAS).

O GGB sempre prestou um importante serviço para a comunidade LGBT, de modo que há 40 anos, sob a coordenação de Luiz Mott, o grupo cataloga e edita relatórios com os casos de mortes e agressões decorrentes de LGBTfobia no país. Esse trabalho é realizado em contraponto ao silêncio estatal relacionado aos crimes contra pessoas LGBTs.

Há, nas delegacias do país uma subnotificação e uma falta de preparo das autoridades policiais nos procedimentos adotados em relação a esses crimes, especialmente no atendimento às vítimas.

O referido relatório é feito com base nas notícias veiculadas nos diversos meios midiáticos (jornais, revistas, *sites* de notícias) e o trabalho é realizado de modo organizado por uma metodologia própria do grupo, idealizado pelo antropólogo Luiz Mott, fundador do grupo e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em 1995, foi fundada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), representando importante papel para a luta e fortalecimento dos movimentos sociais de defesa dos direitos das minorias sexuais. No *site* da organização encontramos a seguinte descrição:

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) é uma organização brasileira fundada em 31 de janeiro de 1995 com o objetivo e a missão de “promover ações que

garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero”.

A ABGLT foi criada por 31 grupos fundadores e é uma rede nacional mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior organização do gênero na América Latina e Caribe.

Em 27 de julho de 2009, a ABGLT recebeu o status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Com tal reconhecimento, a entidade poderá atuar na consultoria a governos, bem como perita técnica perante a ONU, colaborando com seus programas e objetivos.

A descrição anterior expressa a importância dessa associação para a luta LGBT no país. Isso marca, de certa maneira, um novo momento para o movimento LGBT, que é um momento de fortalecimento da institucionalização dos grupos representativos da luta LGBT. Essa institucionalização vem num momento de grande desenvolvimento de políticas neoliberais no país, quando a luta deveria se fazer mais forte para que as políticas públicas estatais não fossem esvaziadas de seu sentido, em respeito aos direitos humanos.

Além disso, nesse momento histórico do Brasil, os direitos expressos na Constituição Federal de 1988, precisavam ser efetivados. A luta LGBT passou, por muito tempo, a ser relacionada diretamente à luta anti-Aids. Dessa forma, esse período em que a ABGLT foi fundada, suas atividades foram financiadas especificamente para o enfrentamento ao problema do combate e prevenção ao HIV/AIDS.

É nesse contexto, em que a luta pela diversidade sexual e de gênero se imiscuía na luta antiaids, que a ABGLT foi fundada. Grupos de gays, lésbicas e travestis militavam e fortaleciam o movimento antiaids e, este movimento, já mais consolidado, ajudava ao mesmo tempo na estruturação dos grupos, incidindo sobre as suas agendas (ou o conjunto de pautas e demandas), formas de organização e de mobilização de recursos, na articulação com organizações internacionais. Incidia também na relação do movimento homossexual com o governo e o Estado que, pela primeira vez, passou a ser uma fonte de financiamento sistemática do movimento. Isso sobretudo quando começou a vigorar, em 1994, o projeto Aids I, que passou a disponibilizar uma quantidade (então) inaudita de recursos para o combate à epidemia e que tinha como um dos pontos centrais para a execução do projeto o financiamento das ONGs para realizar trabalhos de prevenção à epidemia e combate ao preconceito. Isso representou uma oportunidade política para o movimento custear gastos com ações coletivas, sedes, materiais, viagens, encontros, reuniões etc. (TOITIO, 2016, p. 63)

Conforme a observação de Toitio (2016) acima, constata-se que a epidemia de AIDS, a partir de 1983, vem constituir-se mais um divisor de águas na luta LGBT e na configuração dos próprios grupos de defesa LGBT.

Depois que os avanços nas pesquisas desconstruíram a noção de grupo de risco e deixou de associar homossexualidade a casos de infecção por HIV e AIDS, o movimento LGBT, no Brasil, passou a assumir uma luta mais ampla pela efetivação de direitos e garantias de outros direitos, como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a cirurgia de redesignação sexual para as pessoas trans, a adoção do nome social para a população trans e a mudança de do registro civil.

Com isso, as novas plataformas midiáticas assumiram uma luta de afirmação das identidades LGBTs, uma luta, de certo modo, contra os estereótipos de gênero e sexualidade, mas que acabaram, em alguns momentos, por reforçar esses estereótipos ou os espaços dos guetos.

Assim, com a difusão de novos espaços virtuais para a divulgação do movimento LGBT e suas bandeiras de luta, as identidades ficaram à mostra, por meio de materialidades imagéticas, fílmicas e múltiplas. Nesse espaço, onde ocorre a inscrição dos sujeitos no simbólico e na história, perde-se o controle sobre os dizeres e a unidade de um movimento dá lugar ao pluralismo e à diversidade.

No decorrer dessas memórias que percorremos, a relação entre a mídia e as formas de manifestação dos sujeitos militantes, sujeitos de direito, sujeitos do discurso não é uma relação pacífica, haja vista que nem mesmo a relação no interior desses movimentos é pacífica. As contradições se mostram presentes, assim como divergências políticas e ideológicas determinam a forma como esses/as sujeitos assumem suas lutas ou se identificam dentro de uma dada formação discursiva. Nesse espaço de agitações e contradições, divergências e convergências, os sujeitos se inscrevem nos espaços que vão dos guetos ao virtual, dos “armários” às ruas.

Nesse sentido, analisar o discurso sobre as sexualidades periféricas ou sobre as minorias sexuais implica em analisar como a historicidade desses discursos determinam as formas de manifestações, de fazer política e de designação desses sujeitos.

Para ter uma visão mais panorâmica e didática do desenvolvimento histórico do movimento LGBT no Brasil e da relação estabelecida entre a mídia e esse movimento, procuramos esquematizar num quadro sinótico abaixo, esse movimento instável e intenso entre as instâncias. O objetivo desse quadro não é ser reducionista com a história, nem estabelecer uma cronologia engessada do movimento LGBT no Brasil, mas a possibilidade de ser didático e estabelecer uma divisão mais nítida entre os momentos históricos do movimento LGBT e os efeitos nos dizeres sobre/dos/as/es homossexuais, ou seja, os dizeres de si e sobre si, desses/as sujeitos determinados/as/es pelo desenvolvimento da história de luta.

Quadro 1 – Desenvolvimento histórico do Movimento LGBT no Brasil – 2019

Continua

	MOMENTO HISTÓRICO DO MOVIMENTO	ESTADO DA MÍDIA FACE AO MOVIMENTO	ESTADO DOS SUJEITOS NO/PERANTE O MOVIMENTO
Décadas de 1960 a 1970	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos dos estereótipos; • Surgimento de confrarias e agremiações sem caráter de militância, espaços de diversão para expressões culturais e artísticas ligadas ao transformismo e à quebra dos rígidos padrões de gênero e sexualidade; • Configuração dos guetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • As menções aos/às/aes homossexuais eram sempre feitas de modo pejorativo e relacionadas à criminalidade, desordem e atentado à moral e aos bons costumes da época. • Reprodução de estereótipos; • Demarcação dos guetos. • Na imprensa alternativa: estabelecimento de um discurso de configuração de identidades estereotipadas, divulgação de eventos artísticos e culturais e coluna social para a divulgação de fatos banais (fofocas) relacionadas ao meio gay. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se assumia uma preocupação com as questões relacionadas à política sexual. • Não havia uma pauta de luta bem definida quanto aos direitos das minorias sexuais; • Clandestinidade, repressão, moralismo e necessidade de se esconder; • Legitimação de estereótipos e guetos.
Anos de 1978 a 1981	<ul style="list-style-type: none"> • A “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro; • A constituição do grupo SOMOS de afirmação homossexual; • Processo gradual de abertura política; • Fortalecimento de grupos de defesa de minorias sociais (movimentos sociais de operários/as/es, negros/as/es, feministas, homossexuais etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da imprensa alternativa; • Observam-se algumas mudanças nos dizeres sobre a homossexualidade na chamada grande imprensa ou imprensa hegemônica; • Surge em 1978, o Lampião da Esquina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevalece as divergências político-ideológicas entre os/as/es membros/as/es dos movimentos; • Conflitos de interesses entre os movimentos sociais; • Contradições e busca de caminhos para os movimentos sociais; • Essa realidade de contradições e divergências dentro dos movimentos provoca conflitos e crises nas subjetividades desses sujeitos que são divididos pela história e pelas relações sociais de classe, sexo e raça.
Ano de 1983 a meados da década de 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Eclosão da epidemia de AIDS 	<ul style="list-style-type: none"> • A grande imprensa contribui com o estigma da população gay como vetor do HIV/AIDS; • A imprensa alternativa busca explicações e a prevenção. • No primeiro caso registrado de AIDS no Brasil, em 1983, já não circulava o Lampião da Esquina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os/As/Es homossexuais buscam explicações para a epidemia. • O medo passa a controlar os atos sexuais; • Os sujeitos são determinados pela conjuntura do medo e da busca por prevenção; • Os/As/Es homossexuais sentem a necessidade de se livrarem do estigma do HIV/AIDS.

Conclusão

	MOMENTO HISTÓRICO DO MOVIMENTO	ESTADO DA MÍDIA FACE AO MOVIMENTO	ESTADO DOS SUJEITOS NO/PERANTE O MOVIMENTO
Década de 1990 até meados da década de 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de prevenção contra o HIV/AIDS; • Financiamento do Estado neoliberal para as campanhas; • O boom das ONGs que trabalham com a questão LGBT atrelada às questões de saúde; • Foi criada a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), em 1995. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os jornais alternativos perdem espaço; • A grande imprensa ainda não sabe lidar com a expansão das expressões sexuais; • A sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) começa a se tornar pequena e insuficiente para abarcar as diversas possibilidades de sexualidade e a imprensa precisa acompanhar essas transformações, mas nem sempre acompanha; • A mídia televisiva continua reforçando estereótipos, em novelas, programas humorísticos, telejornais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os sujeitos homossexuais começam a compreender que as formas de prevenção contra ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) podem tirá-los/as/es da imagem de pessoas doentes perante a sociedade; • Em 1990, a retirada da homossexualidade no catálogo internacional de doenças favorece a luta pela afirmação homossexual no país; • Os sujeitos começam a pensar uma luta mais expressiva e mais politizada junto à sociedade como um todo.
Ano de 2005 à atualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de novas tecnologias de informação; • A internet possibilita mais instrumentos de luta e espaços de resistência/dominação/reprodução; • A quebra da patente dos medicamentos para tratamento contra HIV/AIDS surte efeitos positivos no número de mortes provocadas pela doença; • A noção de grupo de risco é substituída por comportamento de risco e com isso, os homossexuais vão conseguindo se livrar do estigma de serem os/as/es transmissores/as/es principais do HIV/AIDS; • Os sujeitos passam a se expressar com mais liberdade nos espaços virtuais e conseguem romper com padrões de gênero dentro dos seus grupos com reflexo em toda a sociedade, embora esta continue conservadora. 	<ul style="list-style-type: none"> • A grande mídia alterna entre a reprodução de estereótipos e a transgressão a determinados padrões; • Os espaços virtuais oferecem, como mídia, um lugar de fluidez e de possibilidades maiores para as expressões dessas minorias sexuais; • O YouTube possibilita, assim, que o sujeito LGBT possa se expressar e conquistar <i>likes</i>, <i>deslikes</i>, comentários e compartilhamentos, ou seja, novas formas de interação. 	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento LGBT se expande, a sigla também se expande e as novas formas de expressão surgem nos espaços virtuais e na chamada grande mídia.

3.3 A constituição do *corpus* de análise

Para apresentar e caracterizar o *corpus* discursivo desta pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre o suporte teórico que embasa a noção de *corpus*, considerando que tal conceito sofreu modificações no decorrer do desenvolvimento da AD francesa, notadamente nas três épocas²⁵ em que esta disciplina/teoria se apresenta.

Um *corpus* discursivo pode ser compreendido como um complexo de sequências discursivas que refletem um determinado estado das condições de produção (COURTINE, 2009). Deve-se ressaltar, também, que o *corpus* inicialmente, em especial no desenvolvimento da chamada Análise Automática do Discurso (AAD), era delimitado por critérios ligados à necessidade de se cumprir com as exigências da exaustividade, da representatividade e da homogeneidade.

No entanto, os critérios da exaustividade e da homogeneidade foram superados, tendo em vista a compreensão da heterogeneidade discursiva e o funcionamento do discurso em relação à determinada formação discursiva, que se estabiliza/desestabiliza. Sendo assim, a delimitação do *corpus* constitui um primeiro gesto de leitura e análise sobre o objeto de estudo.

A respeito da heterogeneidade discursiva, Indursky (2013, p. 239, grifo da autora) assim afirmou: “Entendemos que **um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos**”. Corroborando tal afirmativa, entendemos, também, que devemos buscar os sentidos que se constituem a partir do discurso do outro. Essa compreensão passa, necessariamente, pelo conceito de heterogeneidade mostrada e constitutiva, cunhada por Authier-Revuz (2004) e reiterado por Pêcheux (2010).

Assim, com base nos critérios fornecidos pelas condições de produção do discurso em análise, deve-se configurar um “campo discursivo de referência”, que serve de parâmetro sob o qual serão selecionadas as materialidades a serem analisadas e que, segundo Indursky (2013), “se define como um tipo específico de discurso, como, por exemplo, o discurso político, ou, ainda, o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um *corpus empírico*” (INDURSKY, 2013, p. 60, grifo da autora).

²⁵ Sobre essas três épocas da AD Francesa, cf. A Análise do Discurso: três épocas (1983). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. Neste artigo, o autor discorre sobre os principais aspectos que caracterizam a AD em três períodos distintos, quais sejam, a “AD1 – como exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural”; “AD-2: da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual” e, por fim, a AD – 3 como “a emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas”.

Assim, tomamos como “campo discursivo de referência”, o discurso sobre os homossexuais no que diz respeito, especificamente, ao discurso da opressão e da resistência. Dessa forma, a delimitação do *corpus* discursivo deve buscar um discurso de caráter político, a partir do arquivo de um periódico que, ao longo de suas trinta e oito edições, divulgou os processos de opressão e de resistência dos sujeitos homossexuais.

Esse trabalho de visibilização desenvolvido pelo **Lampião da Esquina** teve reflexos em situações que se manifestaram/manifestam fora do espaço do referido periódico, tendo em vista que o Boletim do Grupo Gay da Bahia, surge da necessidade de suprir uma lacuna deixada pelo **Lampião da Esquina**, após sua extinção, bem como materialidades, como as sequências discursivas (SD1, SD2) analisadas nas páginas acima, e em outras materialidades que, nesta pesquisa, servem como suporte para categorias, conceitos e elementos relacionados ao *corpus*, que precisam ser analisados para a efetivação do escopo desta tese. Portanto, consideramos que, em nosso **campo discursivo de referência**, temos dois domínios discursivos, que se materializam no arquivo do **Lampião da Esquina**, bem como nas sequências que foram extraídas de momentos posteriores ou exteriores ao próprio jornal.

Eis a importância das condições de produção para o processo de estruturação de um *corpus* em AD, a de configurar um plano ou estado histórico-ideológico que orientará a configuração do *corpus* discursivo. Esse processo é fundamental, pois, determina a um dado campo de pesquisa um caráter interpretativo, ou seja, a partir da delimitação do *corpus*, o/a/e analista busca a objetividade, colocando em proeminência as exigências de seu próprio objeto, no que diz respeito aos objetivos da análise.

Nesse sentido, a escolha desses elementos deve ser feita com base em critérios determinados, haja vista se tratar de um conjunto de sequências discursivas, entendidas por Courtine (2009, p. 55) como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, e ao mesmo tempo possuidora de uma noção vaga, tendo em vista toda a complexidade que o termo pode abarcar.

3.4 Campo discursivo de referência

3.4.1 **Lampião da Esquina** (1978-1981)

O primeiro campo discursivo de referência, de onde extraímos sequências discursivas é o jornal **Lampião da Esquina**. Essa escolha não poderia ter sido diferente, tendo em vista que esse periódico testemunhou e relatou, em suas páginas, o surgimento do movimento

LGBTQIA+ no Brasil. No entanto, como já ressaltamos anteriormente, o movimento, que ali surgia, tinha um corpo político coletivo mais focado numa pauta de luta homossexual, o que não nos autoriza a desconsiderar agremiações e as próprias expressões individuais da homossexualidade como atos de resistência, de modo que tal desconsideração seria injusta para a história do movimento.

O jornal **Lampião da Esquina** teve sua primeira edição no ano de 1978. Embora tenha sido antecedido por outras publicações de menor escala, este periódico teve um papel fundamental na consolidação de um movimento de afirmação homossexual que surgia naquele momento. Assim, nosso propósito agora é de destacar quais foram as condições materiais que permitiram a publicação e circulação do **Lampião da Esquina** entre os anos de 1978 e 1981.

A partir dos anos de 1960, começaram a surgir no Brasil publicações direcionadas a um público homossexual. Essas mídias impressas receberam o nome de “imprensa alternativa nanica”, tendo em vista haver um público-alvo mais restrito e especialmente por ser veiculada em espaços mais *undergrounds* e específicos, além de ter um número reduzido de tiragens. O primeiro periódico com essa característica foi o jornal **O Snob** (1963-1969).

No entanto, com o golpe civil-militar de 1964 e o endurecimento do discurso autoritário do Estado, mais especificamente com a instauração do Ato Institucional nº 05 (AI-5), o movimento de afirmação homossexual encontrou fortes obstáculos para sua consolidação e as expressões sexuais que iam de encontro com a heteronormatividade padrão tinham que se manifestar em espaços reduzidos, como os chamados “guetos”.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o incipiente movimento gay foi adquirindo gradativamente mais força, como já mencionamos, principalmente com as influências advindas dos Estados Unidos, do movimento intitulado *Gay Power*, que seguiam de forma mais radical aos preceitos constantes na pauta de luta do movimento afro-americano naquele mesmo país.

Assim, no final da década de 1970, aproveitando-se do arrefecimento do regime militar, do processo de abertura política que se anunciava, um grupo de artistas, jornalistas e intelectuais resolveram criar o jornal **Lampião da Esquina**.

O surgimento do Lampião faz parte do inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira. O Lampião da Esquina foi o primeiro, em nível nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar. (RODRIGUES, 2014, p. 90)

Esse cenário era composto pela constituição do grupo SOMOS. Não por acaso, o **Lampião** se constituiu como um veículo de difusão das ideias e manifestações desses

homossexuais, contando com a força da coletivização. Sendo assim, o **Lampião** surgiu com um caráter panfletário, o que não poderia ser diferente, tendo em vista que se tornava um importante espaço para dar voz às minorias, especialmente, aos que expressavam uma sexualidade diferente da considerada “normal”.

Não obstante, o momento de abertura política vivenciado por todos/as/es no Brasil, em nível mundial, a crise energética iniciada em 1973, nos EUA, impôs ao mundo a necessidade de ajustes econômicos fortes. No Brasil, a fatia do chamado milagre econômico, reivindicada pela classe média, não foi distribuída, o que gerou o acirramento de uma crise e, conseqüentemente, da luta de classes.

Interessante notar que, historicamente, nos momentos de crise e de acirramento da luta de classes, esta tende a ser apagada, ressaltando-se com isso, a ilusão da centralidade do sujeito. Assim, discutir sexualidade era discutir liberdades individuais, motivo pelo qual essa pauta não era assumida pelos grupos de esquerda, por considerar uma luta menor, pequeno burguesa. Ao mesmo tempo, essas liberdades individuais reivindicadas pressionavam por um Estado Democrático de Direito, que pudesse garantir a liberdade de consumo e de direitos.

Pêcheux (2009) criticava essa centralidade do sujeito e o apagamento do efeito ideológico em **Semântica e Discurso**, ao propor uma teoria não subjetivista da subjetividade, por considerar as relações sociais, a primazia da objetividade como ponto de partida para a apreensão do real.

Dupla face de um mesmo erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como ideias e não como forças materiais e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas “constituem os indivíduos em sujeitos”, para retomar a expressão de L. Althusser. (PÊCHEUX, 2009, p. 120).

Assim, entre 1978 e 1981, o **Lampião da Esquina** trouxe à luz discussões não apenas sobre a sexualidade, mas de forma interseccional, sobre a relação entre sexo e classe social, expressões de sexualidade e de negritude, opressões e resistências. Ao dar espaço e voz aos movimentos que estavam situados nos guetos, o **Lampião** semeava a manifestação cultural, social e política que se desenvolvia na época, orientados pelas lutas individuais que refletiam uma luta coletiva.

Dessa forma, é importante frisar que no número zero do jornal, a apresentação da linha editorial traz um texto-manifesto, que procura apontar a intenção de provocar e transgredir a uma ordem vigente.

O número zero chamava-se apenas Lampião. A partir do número 1, o cabeçalho do jornal traria o nome Lampião da Esquina. O Conselho Editorial do jornal foi formado por onze pessoas: os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean-Cleud Bernadet; o antropólogo Peter Fry; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; e o cineasta e escritor João Silvério Trevisan. (RODRIGUES, 2014, p. 93).

O formato do jornal permitia a publicação de textos que iam desde a notícia policiaisca até textos literários como poemas, contos e crônicas de temática homossexual. Além disso, o jornal, na maior parte de suas edições contava com seção de coluna social.

O jornal aparece com sete seções: “Opinião” (o equivalente ao editorial); “Ensaio”; “Esquina” (seção com artigos e notas variadas); “Reportagem”; “Literatura”; “Tendência” (seção cultural que se divide em “Livros”, “Exposição” e “Peça”); e “Cartas na Mesa”. A partir do número cinco é publicada uma nova seção, “Bixórdia”, de fofocas em geral. (RODRIGUES, 2014, p. 93).

Os espaços ou seções do jornal permitiam uma diversidade de opiniões dentro do que era tido como coerente com a linha editorial, muito embora possamos compreender que o que se entende por conselho editorial é o que se instaura pela heterogeneidade. Sendo assim, comporta também as contradições dos sujeitos que falam por meio do jornal alternativo. Essas contradições serão mais acirradas na medida em que o jornal se desenvolve em seus três anos de atividades.

Havia naquele momento, 1978-1981, uma busca por afirmação de um grupo, por isso, a denominação e o ato de se enunciar como “gay” ou “bicha”, passava por uma concepção política do que representa ser homossexual e, principalmente, as determinações de classes sociais, que estabelecem, sobremaneira, a forma como esses homossexuais se autodenominavam. Diante disso,

Os editores do Lampião adotam todas as denominações, chulas ou não, para designar o comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo e mudam a grafia da palavra “gay” para “guei”, uma forma de abrigar um termo que começa a se impor como sinônimo de homossexual masculino ou feminino.

[...]

Durante os seus três anos de vida, o Lampião da Esquina buscou delimitar essas identidades. Da “bicha louca” ao “gay macho”, o jornal percorreu vários caminhos. (RODRIGUES, 2014, p. 94)

Cabe ressaltar que essa diversidade de denominações também reflete a inexistência, naquele momento histórico, de uma discussão aprofundada em torno das denominações consideradas politicamente corretas pelo movimento de afirmação homossexual. Por esse

motivo, o movimento ainda não abrangia a luta pela visibilidade de outras expressões sexuais, de modo que este pudesse ser chamado de LGBT, até porque, essa sigla ainda não era utilizada, pois se considerava que as diferentes expressões sexuais eram espectros da homossexualidade.

Assim, a palavra homossexualismo/homossexualidade, muitas vezes, era usada no plural para abarcar as diferentes expressões como a das/os travestis e transexuais.

Não custa lembrar, também, que, no período de vigência do **Lampião da Esquina**, a homossexualidade era tratada pela sociedade por meio do discurso médico, religioso, jurídico-legal, sempre como doença, pecado e desordem, respectivamente. Devido a essa imagem-padrão da homossexualidade, o próprio jornal sofreu com inquéritos instaurados e processos que o acusava de atentar contra “a moral e os bons costumes” de uma sociedade machista e heteronormativa.

Logo, a luta que se firmava nos coletivos homossexuais era uma luta contra toda visão hegemônica de sociedade. Os/As/Es homossexuais resistiam/resistem ao que se coloca como conservador, ao tempo em que nessa luta, muitas vezes, eles/as/es caem nos estereótipos próprios dessa sociedade conservadora.

Considerando, então, este “campo discursivo de referência”, nossa proposta é de compreender como o movimento social de luta pelos direitos das pessoas LGBTs determinava, enquanto objetividade, o movimento discursivo que se configurava no **Lampião da Esquina**. Há também nessa relação os movimentos da história, de modo que o surgimento do movimento LGBT, a partir do grupo SOMOS e do **Lampião da Esquina**, deu-se por meio de condições de produção que favoreceram tais projetos e organizações.

3.4.2 A seleção das sequências discursivas

Para a seleção das sequências discursivas seguimos um processo que leva em conta a relevância política, de militância da materialidade.

Nesse sentido, no que diz respeito ao caráter político de estabelecimento de lugares de fala e de manifestos sobre o emergente Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), as sequências extraídas do **Lampião da Esquina**, partem necessariamente do olhar do periódico sobre a tensão entre os sujeitos da esfera pública e privada, no tocante ao discurso do político e do individual.

De início, tomamos o editorial “Saindo do gueto”, que faz parte da edição inaugural do periódico. O editorial, no caso do **Lampião**, a “Opinião”, possui características bem delimitadas e que trazem em si contradições. Nesse sentido,

[...] o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana (MELO, 2003 p. 104).

Dessa forma, embora o **Lampião** se constitua como uma rica materialidade, precisamos adotar critérios de seleção das sequências discursivas a comporem o *corpus* para análise. Assim, selecionamos, também, textos que representem diferentes momentos do jornal, como segundo critério delimitador, buscamos, dentre os textos, aqueles que fossem mais representativos dos momentos que fizeram parte da história do Brasil e de retomada de posições políticas pelos sujeitos no arrefecimento da ditadura civil-militar brasileira.

4 TRANSGREDINDO GUETOS E “ARMÁRIOS”: LUGARES E NÃO LUGARES DOS SUJEITOS LGTB

Falar de sexualidades implica em falar de identificações de gêneros dos sujeitos históricos a determinadas expressões sexuais. As diferentes formas de expressões da sexualidade, bem como as identidades e discursos que circulam sobre tais formas refletem as contradições e instabilidades dos lugares sociais destinados aos distintos grupos que compõem a sociedade.

Numa sociedade marcadamente desigual, cuja divisão de classes determina diferentes formas de existência, os sujeitos ao se afirmarem LGTBs precisam assumir uma função perante a lógica do capital.

Discutir sexualidade, como qualquer outro objeto nesta sociedade, demanda uma análise rigorosa de suas determinações estruturais. Organicamente vinculada a categorias ontológicas dessa sociabilidade, como família e divisão sexual do trabalho, a sexualidade é um campo prenhe de mediações materiais e ideológicas, que atingem a cada ser social individualmente, como, também, permeiam antagonismos, explorações e apropriações no âmbito das relações sociais estruturantes. Em outras palavras, a sexualidade está presente em todo o tecido social, bem como na individualidade de cada ser social (CISNE; SANTOS, 2018, p. 12).

Com base nesse pensamento e na necessidade de se realizar mediações fundamentais para a análise das sexualidades nos espaços midiáticos, analisaremos, a seguir, as materialidades selecionadas, a partir das temáticas que as convergem.

4.1 Espaços de expressão e resistência – um lugar na mídia e na sociedade

Desde o surgimento dos primeiros grupos de homossexuais para expressarem sua sexualidade, de modo seguro e escondido, houve a necessidade de formas de comunicação, meios de transmissão das informações e manifestações artísticas e culturais diversas. Nesse contexto, vimos que a primeira confraria gay a surgir no Brasil, oficialmente, é a Turma OK, que produzia tabloides como o **Okeizinho**, e ainda possibilitou o surgimento de diversas publicações como **O Snob**, **Darling**, **Gente Gay**, **Entender** etc.

Entretanto, nos jornais de grande circulação, da grande mídia²⁶ do jornalismo impresso e a da mídia televisiva, a imagem dos/as/es homossexuais estava sempre atrelada a de uma pessoa que vivia nos espaços da criminalidade, a convicção de que o “homossexualismo” era sinônimo de pecado, doença e desordem levava essas mídias a reproduzirem falas, oficiais ou não, públicas ou privadas, carregadas de preconceito e estigmatização.

A partir de 1978, com o surgimento do MHB, particularmente com a instituição de um movimento de militância, o Grupo SOMOS de afirmação homossexual, destaca-se o veículo responsável pelo fortalecimento deste movimento, então emergente, o jornal **Lampião da Esquina**, cujo primeiro editorial intitulado “Saindo do gueto” afirma uma posição política de militância e questiona o imaginário produzido em torno da homossexualidade. Trata-se do editorial, incluso na seção “Opinião”, da edição inaugural do jornal, a edição de número zero.


A proposta de um jornal alternativo para dar voz a um movimento de afirmação homossexual é realizada de forma ousada e transgressora. Não obstante as contradições próprias desse e de tantos outros movimentos de minorias, o editorial, lançado em abril de 1978, apresenta elementos necessários à compreensão do momento histórico, ressaltando com isso o caráter histórico-social dos sujeitos que compõem o Conselho Editorial, bem como da própria luta a que eles/as/es levantavam a bandeira naquela formação social dada e naquele contexto específico.

Analisaremos algumas sequências extraídas desse editorial, problematizando por meio de questões que se impõem pela natureza do objeto, tendo em vista ser o editorial um gênero que reflete a heterogeneidade e a contraditoriedade inerentes aos sujeitos que o compõe.

²⁶ Tomamos como entendimento de grande mídia, veículos de informação e entretenimento que possuem espaço hegemônico de poder na sociedade. Atualmente, as emissoras de televisão, rádio e os meios de jornalismo impresso pertencem a um pequeno grupo de famílias, são verdadeiros oligopólios que detém parcela majoritária da mídia televisiva e impressa.

Figura 7 – Editorial de apresentação do **Lampião da Esquina** intitulado “Saindo do Gueto”, em sua edição de número zero, em abril de 1978

OPINIÃO



LAMPIÃO

Saindo do Gueto

Conselho Editorial: Adão Acosta, Aginaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

Coordenador de edição: Aginaldo Silva

Editores: Darcy Penteadó, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata.

Colaboradores: Agildo Guimarães, Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Iapoti Araújo, Billy Acjolly, Luis Canabrava (Rio); José Pires Barrozo Filho, Paulo Augusto (Niterói), Amylton Almeida (Vitória), Glaucio Matoso (São Paulo), Gilmar de Carvalho (Fortaleza); Caio Fernando Abreu (Porto Alegre).

Arte: Ivan Joaquim, Mem de Sá

LAMPIÃO é uma publicação de Lampião, Editora de Livros, Revistas e Jornais.

Endereço: Caixa Postal 41031, ZC-09 (Santa Teresa), Rio de Janeiro – RJ

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional. em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando — ao “assumir” — a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convêm à sua perpetuação e ao seu funcionamento.

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital, seu

sexo não é aquele que ele desejaria ter.

Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende sofrer a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.

A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema — do qual se tornam apenas “bobos da corte” —, declaram-se por ledó engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir** e **ser aceito** — o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

Para isso, estaremos mansamente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados — dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (distarçado) de pânas.

Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erigir bandeiras que o estigmatizem, que ele não é um eleito nem um maldito, e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor — que a nossa preferência sexual possa interterir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

O Conselho Editorial

Fonte: Grupo Diversidade, 2020.

No primeiro parágrafo, encontramos um questionamento que vai permear todo o editorial: “Mas um jornal homossexual, para quê?”. A finalidade do periódico, questionada no texto leva o/a leitor/a/e a um caminho de transgressão a uma imagem posta, imposta, aceita e defendida por muitos/as/es homossexuais. Com isso, na luta por direitos, questiona-se a identidade a ser aceita ou recusada. Eis que a resposta vai-se tecendo como bandeira:

SD3 – Nossa resposta, no entanto, é esta: **é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele.** O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência homossexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator

capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 2, grifo nosso).

Em “é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele”. Sair do gueto é sair do espaço reservado aos/as/es homossexuais, espaço que retoma a memória discursiva da exclusão das minorias. A identificação desses sujeitos inseridos nos guetos é tão forte que no texto, o “gueto” é descrito a partir do sujeito e suas ações e características por meio de palavras negativizadas como: vive – sombras; prefere – noite; encara – maldição. Há, no gueto, a personificação do que é antigo, conservador, excludente, mal, algo que deva ser destruído.

Os guetos são espaços que carregam a historicidade da exclusão, da segregação. Assim, ao falarmos de gueto assumimos no plano interdiscursivo o que é retomado como espaço de estigmatização e opressão de minorias. Para o sociólogo Loïc Wacquant (2004), os guetos se constituem como instrumentos bifacetados que, ao tempo em que cercam, controlam as minorias. Nesse sentido,

[...] o gueto revela-se como um dispositivo sócio-organizador composto de quatro elementos (estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional) que emprega o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social. O gueto não é uma “área natural”, produto da “história da migração” (como Louis Wirth defendia), mas sim uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano. A articulação do conceito de gueto possibilita o desvelamento da relação entre “guetização”, pobreza urbana e segregação, assim como o esclarecimento das diferenças estruturais e funcionais entre guetos e aglomerações étnicas. Esse proceder também possibilita que realcemos o papel do gueto como matriz e incubador simbólico da produção de uma identidade maculada, indicando que seu estudo seja feito por analogia a outras instituições voltadas para o confinamento forçado de grupos despossuídos e desonrados como o campo de refugiados, a reserva e a prisão (WACQUANT, 2004, p. 155).

Assim, os guetos são espaços de segregação e exploração, lugares que possuem funcionamento dentro do sistema capitalista, mas cuja origem remota ao período de muito antes do domínio da Alemanha nazista. Há registros de guetos formados para a segregação de judeus no Marrocos, no século XIII. Entretanto, na Alemanha nazista chegou a existir cerca de 400 guetos para cercar os/as/es judeus/judias/judees e explorar suas possibilidades econômicas.

Os escritos de Wacquant (2004) são importantes para compreendermos que os guetos não devem ser vistos de modo reducionista e devem ser devidamente diferenciados de organizações étnicas livres e autônomas. Devemos destacar, ainda, que ao falar de gueto como “incubador simbólico de produção de uma identidade maculada”, o sociólogo fornece elementos para o entendimento de que os guetos tratados no editorial do **Lampião**, são espaços estabilizadores de identidades, por meio da reprodução de um imaginário naturalizado de

homossexuais animalizados/as/es. Espaços herméticos da diferenciação social e sexual, constituindo-se dessa forma, como processo de fragmentação social.

No entanto, precisamos avançar nessa discussão para compreendermos a função desses guetos no sistema capitalista e heteropatriarcal. Num período de repressão em que a instituição familiar precisava ser higienizada de sujeitos que transgrediam a ordem moral da sociedade, os guetos funcionavam como espaços de exclusão, em que, a Estado cabia a vigilância e a domesticação dos corpos. Dessarte, os sujeitos que estavam inseridos/as/es nos guetos, entretanto, relacionavam-se entre si e constituíam suas expressões próprias e suas formas de identificação enquanto coletividade.

Além disso, mais uma vez os/as/es LGBTs, na história de seu movimento, recuperam ou retomam a memória discursiva da segregação e da diáspora, seja dos/as/es judeus ao ressignificarem os guetos, seja da etnicidade africana dos nagôs, para ressignificar vocábulos pertencentes ao dialeto pajubá²⁷, usado na comunidade LGBT.

Por isso, ao discutir a teoria feita por Wacquant (2004) sobre os guetos, Weitman (2004) assevera a necessidade de se distinguir os guetos, enquanto espaços de segregação forçada, dos guetos metafóricos, como aqueles cuja segregação se dá por forte processo de identificação entre os sujeitos. Assim, entendemos os guetos, tal como exposto pelo editorial do **Lampião**, como um gueto metafórico, cuja especificidade se encontra no funcionamento da linguagem e nas formas de expressão desses sujeitos, que embora estejam segregados/as/es da sociedade, encontram nesses espaços periféricos um terreno propício para a mobilização.

A respeito dessa importância dos guetos e, de certa forma, contrapondo-se ao que o editorial do **Lampião** propõe, Edward MacRae ([1933] 2018) assinala que

Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde acaba afetando outras áreas da sociedade (MacRAE, 1983 [2018], p. 57-58).

²⁷ Há formas de expressão específicas dos meios LGBTs e ao conjunto lexical e enunciativo, em cujas formas específicas identificamos o dialeto pajubá, que ressignifica alguns léxicos oriundos do iorubá para a expressão LGBT.

Os guetos podem representar os espaços privados sujos e escondidos, como também, os espaços públicos escuros e isolados. Algumas questões, no entanto, fazem-se importantes de serem pensadas: como esses sujeitos foram parar nos guetos? Quais os espaços deverão ser ocupados por esses sujeitos ao saírem dos guetos?

No processo histórico de estigmatização dos/as/es homossexuais, especialmente a partir do desenvolvimento de uma sociedade patriarcal, ser homossexual representava/representa tudo o que vai de encontro ao que se coloca como “natural” numa sociedade pautada pela binariedade e pela oposição indissolúvel entre homem/mulher, masculino/feminino. Portanto, à luz da sociedade, homens e mulheres devem exercer seus respectivos papéis na reprodução social e na produção material capitalista, o que está à margem dessas relações de produção/reprodução deve ocupar espaços também marginalizados.

Todavia, o conceito de gueto foi, com o tempo, ressignificado e as suas determinações tornaram-se mais explícitas. Dessa forma,

Desde meados da década de 1990, o que se conhecia como o “gueto” homossexual começa a se transformar num mercado mais sólido, expandindo-se de uma base territorial mais ou menos definida para uma pluralidade de iniciativas, que não deixam de comportar um circuito de casas noturnas, mas que também envolve, hoje, o estabelecimento de uma mídia segmentada, festivais de cinema, agências de turismo, livrarias, canais de TV a cabo, inúmeros sites, lojas de roupas, entre outros (FRANÇA, 2007, p. 232).

No decorrer do tempo, com a luta do movimento LGBT, os espaços públicos e privados ocupados pelos sujeitos homossexuais, especialmente os/as/es que foram gradativamente saindo dos guetos, foram os espaços ditados pelo próprio mercado, pelo capital: os do consumo e dos direitos individuais de se sentir pertencidos/as/es a uma sociedade de classes, desde que haja a compreensão de que suas realizações são individuais, deixando de ser “somos” para corroborarem com a ilusão de que “eu sou”, como no atual efeito de empoderamento²⁸.

Há, assim, um efeito ideológico que mascara as determinações desse sujeito, pois conforme elucida Pêcheux:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

²⁸ Na concepção de atribuir poder para que, por meio dele, a pessoa possa lutar contra as opressões.

Assim, há um não dito, que produz na sequência em destaque, um efeito de não pertencimento ao espaço historicamente reservado aos/as/es homossexuais, mas que também apaga o modo de inserção desses sujeitos em outros espaços, produzindo também outros sentidos de homossexualidade e de sociabilidade.

O silenciamento quanto às determinações do mercado, do capital é mantido. Dessa forma, a luta pelos direitos dos/as/es homossexuais não é pensada para fora do/a/e indivíduo/a/e, para uma processualidade histórica determinante.

Ainda sobre espaços de resistências, as existências reais, concretas dos sujeitos homossexuais foram percebidas no decorrer da história no interior desses guetos que, inicialmente, foram objeto de refutação por parte do jornal. Os guetos, nos quais os sujeitos estavam inseridos, sempre foram espaços de significação para as expressões sexuais das pessoas que não podiam se expressar nas ruas, nas escolas, nas instituições públicas.

Por isso, além do deslocamento de sentidos do significante “gueto”, há na história do jornal retomadas a um sentido político de gueto que fora abandonado no editorial de estreia do periódico. MacRae (2018) descreve o gueto como um ambiente “semiclandestino e marginalizado em que se davam as vivências da homossexualidade” e acrescenta que

Este era o contexto geral em que se dava a militância política e envolvia diretamente um número muito maior de pessoas. O gueto existia em algumas das grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo e consistia tipicamente numa área central onde certos bares, saunas, discotecas, banheiros públicos e parques serviam como ponto de encontro para homossexuais. (MacRAE, 2018, p. 44).

Nesses espaços novas formas de designação eram empregadas, além de “bichas” e “sapatões”, isso remete a um processo de designação que atribui aos sujeitos novos nomes para enquadrar novos comportamentos, motivo pelo qual o uso do conceito de “expressões sexuais periféricas” é feito por nós, para destacar diferentes formas de designação, considerando diferentes posições assumidas pelo sujeito em dada Formação Social e momento histórico.

Assim, MacRAE (2018, p. 45) ainda assevera que,

Na década de 1960, nas áreas do gueto, novos termos começavam a circular para nomear figuras sociais cada vez mais comuns e aceitas, como entendido e entendida ou gay. Designavam pessoas que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, sem necessariamente manifestar os atributos estigmatizados atribuídos comumente às bichas e às sapatonas. Esta nova terminologia inovava também em não ser de natureza pejorativa. (MacRAE, 2018, p. 4).

Dessa forma, corrobora-se com o entendimento de que os lugares chamados de gueto, embora fossem refutados pelo editorial inaugural do **Lampião da Esquina**, constituía-se como espaço de significação dos sujeitos e das pautas políticas que ali surgiam.

4.2 Acontecimento discursivo, classes e expressões sexuais periféricas

Coadunar a publicação do **Lampião da Esquina** com o conceito de acontecimento discursivo exige uma discussão teórica necessária, que se refere à relação entre acontecimento discursivo e classe social. Além disso, é importante também discutir o que se define por acontecimento discursivo.

Pêcheux (2012, p. 17) situa o acontecimento discursivo “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Esse ponto de encontro tem a força de provocar rupturas nos dizeres de dada Formação Discursiva (FD). Assim, para que possamos diferenciar um acontecimento discursivo de um acontecimento enunciativo, usamos o deslocamento e a ruptura como critérios de caracterização daquele conceito.

Nesse sentido, vale destacar que

o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado “no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” (p. 17). Dito diferentemente: o acontecimento discursivo é que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso. Um acontecimento discursivo estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica. (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 195).

Ao inaugurar uma nova estabilidade, o acontecimento discursivo também pode instaurar novos modos de designação dos sujeitos inseridos na FD, bem como novas formas de subjetivação. Assim, precisamos analisar se o jornal **Lampião da Esquina** se constitui um acontecimento discursivo ou se apenas seu primeiro editorial “Saindo do gueto” provoca essa ruptura nos dizeres sobre a homossexualidade.

Numa ordem de “dessexualização” dos espaços públicos e da política, a fundação do grupo SOMOS e a publicação do jornal **Lampião da Esquina** fazem parte de um processo de politização das sexualidades. Dessa forma, os discursos sobre a homossexualidade em 1978 se constituem na tensão entre o individual e o coletivo, entre os guetos e a sociedade heteropatriarcal. São nesses pontos de tensão entre saberes e poderes que o discurso sobre a

homossexualidade é constituído, circula e é formulado a partir da heterogeneidade de um movimento social dinâmico.

Essa constituição tensa entre o sujeito individualizado e a politização das sexualidades determina pontos de deslocamentos, rupturas e retomadas no desenvolvimento do movimento LGBTQIA+, especialmente no Brasil, país em que a formação social e histórica remete a um processo de colonização, golpes e autoritarismos, sob os ditames do capitalismo tardio, heterossexista, conservador e patriarcal.

Quando analisamos o gueto, como espaço de significação, entendemos que os sujeitos que participavam e pertenciam ao chamado gueto, enfrentava a dicotomia gueto/espço de fora do gueto (sociedade conservadora patriarcal). Essa dicotomia determinava, por sua vez, a relação entre público e privado. Nesse quadro dicotômico e fragmentado, os sujeitos homossexuais politizados, ao enunciarem de fora do gueto, colocavam-se num lugar de poder e de saber que contestava o gueto. No entanto, era no gueto que as vivências e experiências das sexualidades dissidentes aconteciam.

Por isso, a história do movimento LGBTQIA+ precisa ser contada por quem estava dentro do gueto, fora do gueto e no trânsito entre esses espaços de enunciação. Pois, ao tempo em que o editorial “Saindo do gueto” era publicado, o MHB necessitava ir em busca desse gueto para fazer a política de base, necessária ao movimento.

Assim, o gueto é silenciado e a enunciação vinda do gueto é, inicialmente, interdita pelo discurso da militância homossexual. Para efeitos de análise consideramos então duas Formação Discursivas (FD): a FD da expressão individual da sexualidade (FD-EIS) e a FD da militância homossexual (FD-MH).

Sobre o que se chama de movimento social é preciso ressaltar que houve outras manifestações coletivas de expressões sexuais no Brasil, anteriores a 1978, entretanto, o grupo SOMOS e a militância a ele atrelada diferencia-se por características como: estrutura, objetivos, ações e fronteiras de luta política. Assim,

Tomando como referência o vasto campo da sociologia política, pode-se afirmar que o movimento social consiste em um tipo específico de ação política coletiva, datada historicamente e com características próprias de repertório, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades, variando os contornos mais precisos do conceito a depender das teorias e perspectivas adotadas pela análise (GREEN *et al.*, 2018a, p. 11).

Nesse sentido, a militância política pelos direitos civis aos/às/aes homossexuais lidava com uma forma de constituição que era definida pela tensão e pela fragmentação dos espaços enunciativos. Para emergir um sujeito homossexual militante fazia-se necessário tirá-lo do

gueto, constituir novos espaços do dizer, de modo que a negação do gueto representava a afirmação de espaços a ocupar e no silenciamento dos lugares de expressão.

Retomando à SD3, temos um discurso pertencente à FD-MH que rompe com um espaço de significação e se coloca na oposição ao sujeito da FD-EIS, operando no plano do que Orlandi ([1992] 2007) compreende como relação entre o silêncio e as vozes sociais:

Poder-se-ia falar do modo como a censura funciona do lado da opressão. Mas isso não tem nenhum mistério: proibem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos.

No entanto, há um aspecto interessante a observar em relação a esse mecanismo da censura. Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos 'lugares', ou melhor, proibem-se certas 'posições' do sujeito.

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação (ORLANDI, 2007 [1992], p. 76).

Com isso, o sujeito do discurso da FD-MH fala de um lugar de militância que coletiviza as pautas dos sujeitos pertencentes à FD-EIS, mas ao tempo que politiza, apaga as expressões de identificação desses sujeitos aos guetos, armários e demais espaços de identificação e de subjetivação.

Cabe ressaltar que o acontecimento discursivo da publicação do editorial do **Lampião da Esquina** se caracteriza pela nova discursividade instaurada em torno da relação indivíduo e coletividade, no rompimento com o imaginário da homossexualidade até então pregado pelos meios sociais-midiáticos, ou seja, novos espaços de significação e subjetivação dos sujeitos, o que não significa que não haja momentos de retomadas desses discursos no plano interdiscursivo.

Há também uma relação que precisa ser estabelecida entre as FDs em análise e as classes sociais a que os sujeitos pertencem. As diferenças entre classes determinam diferentes discursos sobre a homossexualidade, mesmo dentro de uma mesma FD. Assim,

O mundo homossexual continuava e continua muito diverso; o modelo hierárquico persiste e a dicotomia ativo/passivo ainda é corrente no gueto e é muito difundida pela mídia. Mesmo em ambientes homossexuais, a bicha pintosa e as travestis continuam a ser discriminadas. Surgem diferenças muitas vezes relacionadas às classes sociais. Enquanto nos setores mais populares continuam a se manter as classificações antigas, na classe média começa a predominar o modelo igualitário e os homens que se veem como gays frequentemente se empenham em destacar características tradicionalmente consideradas masculinas, em suas maneiras de se comportar e na sua ostentação de músculos desenvolvidos, bigodes e barbas, por exemplo (MacRAE, 2018, p. 46).

Assim, as classes sociais determinam diferentes formas de designação dos sujeitos homossexuais sobre si e sobre o outro. Dentro de cada FD também as relações de classes determinam as contradições, de modo que os sujeitos da militância homossexual pertencem a diferentes classes e basicamente, os editores do **Lampião da Esquina** pertenciam a uma classe média alta que circulavam entre artistas, intelectuais e jornalistas experientes.

Por conseguinte, adotamos a noção de “expressões sexuais periféricas” para falarmos de formas de subjetivação/identificação atravessadas por relações de classe e determinantes de contradições e rupturas dentro de dada FD. Configura-se, nesta tese, como um conceito resultante das análises.

A concepção acerca das expressões periféricas reflete a classe social a que os sujeitos pertencem, de modo que o discurso dominante, conforme Pêcheux (2009 [1975]) é o discurso da classe dominante. Com isso, os sujeitos são determinados a se designarem como bichas, gays, entendidos/as/es, homossexuais, em consideração a expressões de sua classe e de sua sexualidade.

Ressalta-se, ainda, que essas expressões não, necessariamente, significam a resistência, isto é, podem reproduzir o modelo padrão, normativo e normalizado pela sociedade capitalista, cujos mecanismos de cooptação desse sujeito constituem-se no imbricamento entre sujeito de direito e sujeito de consumo.

As expressões sexuais periféricas, no entanto, configuram o lugar da marginalização, da discriminação e da rotulação de sujeitos que, separados por categoria, são alijados dos espaços de poder e de decisão da sociedade. Além disso, os discursos desses sujeitos sofrem com o silenciamento por parte do Estado, das políticas públicas e das instituições sociais que prestam serviços de natureza pública.

Por sua vez, as expressões sexuais periféricas resultam de processos de identificação dos sujeitos com determinadas FD e, em se tratando, das sociedades contemporâneas, essas identidades representam a síntese entre tensões, no campo discursivo, entre silêncio e resistência; opressão e resistência e individualidades e coletividades. Dessa forma, “[...] a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 76).

Ademais, as formas de expressão da sexualidade podem refletir processos de desidentificação dos sujeitos a determinadas FDs, de modo que silenciam e censuram os seus espaços de constituição e de pertencimento. Tais formas como aquelas em que os sujeitos

encobrem seus desejos pela necessidade de se adequarem aos padrões conservadores da sociedade.

Na contemporaneidade, as expressões sexuais vêm adquirindo um caráter fluído, de modo que os sujeitos têm rompido com as barreiras da binariedade e não aceitando se conformar a uma determinada expressão. Assim, esses sujeitos reivindicam para si, outras denominações como “não binários”, mas mantém a necessidade de se identificarem para a legitimação de suas identidades face à sociedade.

4.3 A invisibilização/silenciamento dos/as/es homossexuais operários/as/es

Ainda sobre as relações de classe imbricadas às expressões sexuais, reconhecer-se enquanto trabalhadores/as/es, dominados/as/es e oprimidos/as/es exige do sujeito consciência de classe, ou seja, para além de suas expressões, esses sujeitos estão inseridos em uma sociedade fragmentada, dividida em classes. Nas SD1 e SD2 analisamos o discurso materializado na qualificação “trabalhadores/as/es homossexuais”, como colocado na faixa exposta na passeata em prol do 1º de maio de 1980. Conforme dissemos anteriormente, houve uma cisão no grupo SOMOS entre os/as/es homossexuais que apoiavam a causa operária e os/as/es que acreditavam que o MHB deveria se ocupar apenas das causas relativas às sexualidades, sem entrar no mérito da política mais ampla, especialmente da política partidária.

Nesse espectro das dualidades públicas, nas lutas coextensivas, apresentamos a SD4²⁹.

²⁹ Decidimos por ampliar as imagens das edições digitalizadas do jornal em análise para que possibilite a melhor visualização dos textos verbais e não verbais.

Figura 8 – SD4 – Primeira página da edição nº 14 do **Lampião da Esquina** (jul. 1979)



Fonte: Grupo Dignidade, 2020.

A 14ª edição do **Lampião da Esquina** traz na capa a foto de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, então sindicalista metalúrgico, na época liderou a primeira grande greve do ABC Paulista. Como manchete têm-se o seguinte enunciado: **SD5** - “Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?”. Na SD4, o verbal e o não verbal dialogam com os/as/es interlocutores/as/es do periódico pelos sentidos da militância política-sindical. A imagem que serve como plano de fundo, com cor azul, socialmente atribuída ao gênero masculino, aos homens, retrata militantes

carregando Lula pelos braços, há também trabalhadores com gestos de mãos empunhadas para cima. Grande parte dessa primeira página é ocupada pela representação do principal entrevistado da edição.

No enunciado da **SD5** “Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?”, há uma interlocução com os/as/es trabalhadores/as/es, que naquele ano participaram da grande greve e também há a retomada de uma memória do cinema italiano, de conteúdo político, com o título “A classe operária vai ao paraíso” (1971), longa-metragem italiano, dirigido por Elio Petri. Cabe destacar a metáfora do paraíso usada no título da reportagem, como referência ao título do filme do cineasta italiano. Além disso, há uma relação de similaridade entre o roteiro do filme citado e a imagem construída em torno do líder operário, Lula, o principal entrevistado pelos/as/es jornalistas³⁰.

A metáfora do paraíso é retomada como uma sociedade justa, igualitária, diametralmente oposta à noção de inferno, no discurso religioso. No paraíso dos/as/es trabalhadores/as/es, supõe-se a conquista de direitos, a não exploração do trabalho, a divisão igualitária dos meios de produção, a emancipação humana e a justiça social. A conquista desse paraíso se dá por meio de um processo de luta revolucionária.

No entanto, o deslocamento do sentido religioso de paraíso, remete aos sujeitos que estejam aptos pelo discurso da normalização, da normatização e da naturalização dos sexos, a ocuparem/conquistarem esse paraíso. Por isso, o título dialoga com a classe operária. Há um destinatário específico para a pergunta “...e o paraíso, nada?”. Depois das greves, das lutas, da repressão, que paraíso é esse? Não chegaram a ele por quê?

Nessa interlocução, as respostas silenciam as determinações do capital, tanto na fala sobre os sujeitos e seus corpos sexuados, quanto na luta política “asséptica” de questões de uma política sexual, o espaço do político é um espaço de incertezas. O espaço político, funciona, assim, como um espaço de enunciação excludente, sectário e marginalizado.

Ao contrário do que se espera de uma matéria com movimento sindical, especialmente com Lula, que mais adiante seria um dos/as/es fundadores/as/es do PT, o uso da cor azul se destaca em detrimento da, geralmente usada, cor vermelha.

³⁰ O filme italiano “A classe operária vai ao paraíso”, de 1971, tem como narrativa central, a história de Lulu, um operário considerado padrão pelos seus chefes e que se colocava a favor do patrão, não aceitando fazer parte da luta sindical que se delineava em torno de seu local de trabalho, com seus colegas operários. Até que Lulu sofre um acidente na fábrica em que trabalhava, perdendo um dedo, e, depois de ser demitido e ignorado pelos patrões, alia-se aos seus companheiros de classe e inicia a luta por melhores condições de trabalho.

Abaixo da manchete, a linha fina destaca **SD6** – “Lula fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”, nessa sequência as palavras assumem um tom mais bruto, em consonância com as fotos em close do rosto do sindicalista. Os termos selecionados são apresentados dentro de um campo semântico esperado pelas falas da classe operária da época.

É importante lembrar que, em 1979, quando a entrevista foi realizada e a edição do jornal publicada, as noções de feminismos, sexualidades e lutas de pautas identitárias ainda encontravam resistência nas causas políticas mais amplas. Para muitos militantes da época, a discussão sobre homossexualidade(s)³¹ não poderia estar em evidência, em detrimento da luta de classes. Dessa forma, para a análise dessas sequências discursivas devemos destacar as condições restritas de produção.

A questões ligadas aos feminismos e às sexualidades eram discutidas principalmente no ambiente universitário. Na classe média brasileira predominava os padrões conservadores da família tradicional, nuclear, patriarcal³². As visibilidades e representatividades do MHB enfrentavam estereótipos negativos e até mesmo os movimentos políticos de esquerda não incluíam em suas pautas opressões de gênero e de sexualidades, por entenderem que havia uma luta maior, que deveria ser o foco, que é a luta de classes.

Somamos mais duas sequências discursivas relacionadas à temática em análise. Na **SD7**, a seguir, temos um trecho mais resumido da entrevista dada por Lula ao **Lampião da Esquina**, em que ele fala de forma objetiva o que pensa sobre cada palavra ou sobre a pergunta sugerida pelos/as/es jornalistas.

³¹ O termo “homossexualidades”, no plural, remete a um tempo em que predominava a falta de definições mais precisas às chamadas sexualidades dissidentes ou, como desenvolvemos neste trabalho, “expressões sexuais periféricas”.


³² Diga-se de passagem, esses padrões ainda são pregados na sociedade brasileira atual.

Figura 9 – SD7 – ABC do Lula

ABC DO LULA

A grande imprensa tem falado muito no Lula do ABC. Nós, do LAMPIÃO, resolvemos "invertir" (bem ao nosso estilo) a jogada, e propusemos o ABC do Lula, que foi respondido pelo próprio com a objetividade e a clareza de quem está certo do que diz.

ABERTURA — virá quando o povo quiser.
BIONICOS — são uma vergonha nacional.
COMPRA DA LIGHT — é o cúmulo da falta de patriotismo.
DEMOCRACIA — é o que falta na nossa terra.
ELEIÇÕES DIRETAS — é o fato que já é tardio aqui no Brasil.
FEMINISMO — eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer.
GREVE — é a arma mais importante da classe trabalhadora.
HOMOSSEXUALISMO NA CLASSE OPERÁRIA — não conheço.
INTERVENÇÃO — coisa que não deveria existir sequer em qualquer legislação brasileira.
JORNALISMO ALTERNATIVO — é uma coisa necessária.
LULA — um trabalhador como outro qualquer.
MULTINACIONAIS — é como se fosse uma praga de gafanhotos.
NOVA CLT — tá tão velha como aquela que foi feita em 40.
ORGANIZAÇÃO DO NOVO PTB — não vai vingar.
PELEGUISMO — é uma praga aqui no Brasil.
QUESTÃO DA CONSTITUINTE — se não tiver a participação do povo, será apenas mais uma Constituinte.



REVOLUÇÃO DE 64 — eu acho que pelo menos no princípio não era tão ruim quanto é hoje.
SEGURANÇA NACIONAL — eu acho que deveria existir, mas com critérios.
TUTELA SINDICAL — uma doença que não tem cura aqui no Brasil.
UNIVERSITÁRIOS NA POLÍTICA — são tão importantes como qualquer outro setor da sociedade.
VIOLÊNCIA POLICIAL — eu acho que é pelo baixo salário dos policiais e por sua má formação.
"X" DA QUESTÃO SALARIAL — negociação coletiva.
ZONA DE ATUAÇÃO SINDICAL — atuação política e reivindicatória.

Fonte: Grupo Dignidade, 1979.

Na SD7, o extrato da entrevista é exibido dentro de um box, uma caixa de texto com bordas definidas e acima o título em negrito **ABC do Lula**. Ao operar com este jogo de palavras, os sentidos remetem à região do ABC Paulista, *locus* de grande confronto entre a classe operária e os/as/es detentores/as/es dos meios de produção, especialmente naquele ano de 1979, e o ABC no sentido de cartilha, o “Be a Bá” do sindicalista, o dizer que normatiza e é normatizado sobre questões sociais latentes. Vale destacar, que como sindicalista metalúrgico, a fala do Lula é compreendida como uma fala de autoridade, tendo em vista o movimento grevista que era por ele liderado.

Dessa forma, mobiliza-se o imaginário do homem heterossexual, cis, provedor, líder e articulador, ditando as regras e estratégias de ação e configurando a imagem do sujeito padrão que ocupa os espaços de poder.

Todas as imagens do Lula são apresentadas, na reportagem, com uma expressão séria, austera, demonstrando força e a virilidade necessárias para fortalecer o imaginário de liderança masculina.

Duas falas precisam ser destacadas da **SD7** acima:

“FEMINISMO – Eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer”.

“HOMOSSEXUALISMO NA CLASSE OPERÁRIA – não conheço.”.

Cabe destacar que essas palavras foram pronunciadas em 1979, como já dissemos, as questões de gênero, tais como feminismo e homossexualidade, eram vistas de forma dissociada das outras estruturas de opressão tais como classe e raça.

No entanto, opera-se nos dizeres acima sobre feminismo e homossexualismo³³ um silenciamento que fala pelo/a/e outro/a/e e apaga o/a/e outro/a/e. Assim, quando Lula diz que feminismo é “coisa de quem não tem o que fazer”, tal formação discursiva nos remete à memória da domesticação dos corpos, de modo que esse “fazer” é determinado pela divisão sexual do trabalho.

Além disso, o uso da relativa “quem” não define o gênero, mas a noção de feminismo tem gênero bem definido. Com isso, o silenciamento das relações desiguais de gênero apaga, também, uma pauta de luta das mulheres. Dessa forma, perguntamos: que fazeres são esperados de quem não deveria estar lutando? No domínio do discurso que circula por uma Formação Ideológica do trabalho, o silenciamento da divisão sexual do trabalho, implica numa contradição constitutiva da FD e essa contradição está imbricada a formas de opressão no interior de FDs de oprimidos/as/es.

Nesse sentido, temos a resposta “Não conheço” à pergunta sobre homossexualismo na classe operária. Desconhecer não está em relação direta com o “inexistir”, no entanto, o desconhecimento relaciona-se às coisas a saber e ao que não se quer ou não se deve saber. Nas relações de poder, esse não saber pode implicar no “não reconhecer a existência”.

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através de palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isto

³³ Optamos por manter a grafia tal como consta na materialidade, por se tratar de um registro histórico das designações dos sujeitos homossexuais sobre si.

acontece tanto nos segredos da esfera familiar “privada” quanto no nível “público” das instituições e dos aparelhos de Estado (PÊCHEUX, 2012 [1983], p. 55).

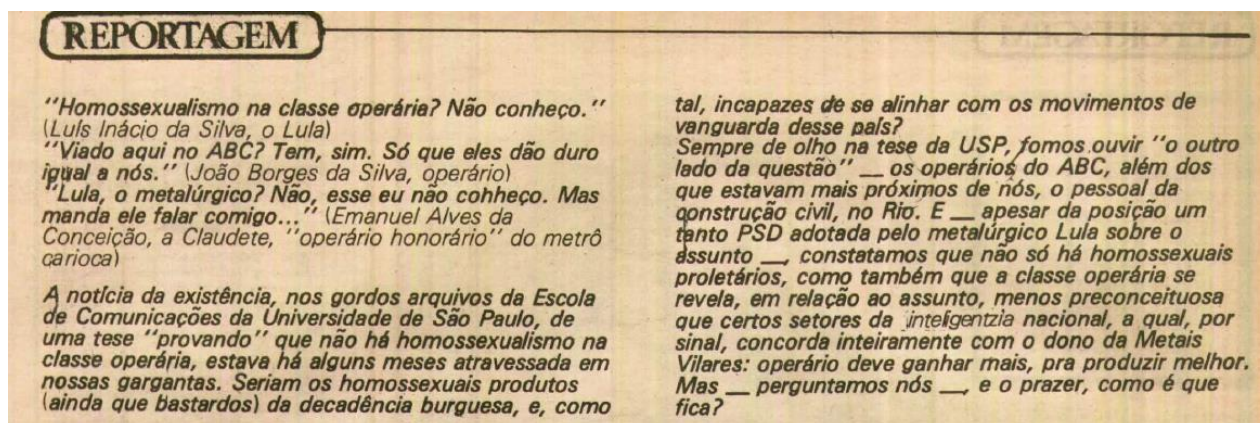
Daí, quando o sujeito enuncia “Não conheço”, na relação desse dizer com o não dizer, podemos analisar possíveis paráfrases como “Não sei”; “Não importa saber”; “Não devo saber”; “Não interessa conhecer”. Nesse movimento parafrástico, os dizeres relacionam-se com o poder saber, de modo que quem assume uma posição de liderança de um movimento, seleciona o que interessa ou não para a constituição de uma pauta de luta.

No silêncio que se processa na classe operária, em torno da existência e da luta pelos direitos de pessoas LGBTQIA+, encontra-se espaço para mais outras opressões, inclusive da exploração do trabalho e das posições subalternas ocupadas pelas pessoas LGBTQIA+ que pertencem à classe dominada.

É na busca pela afirmação de uma identidade e pelo reconhecimento de direitos civis de um Estado capitalista, que esses sujeitos, cujas expressões sexuais periféricas são desconhecidas, ignoradas e silenciadas, fazem ressoar suas vozes por meio de uma linguagem própria, por vezes, com tons de humor e ironia. Na mesma reportagem, operários/as/es e travestis foram entrevistados/as/es e, dentre tantas vozes, destacamos algumas que, na reportagem trazem a marca das contradições e de diferentes posições assumidas pelos/as/es entrevistados/as/es.

Na figura a seguir, temos falas de diferentes sujeitos que ocupam também diferentes posições. Há um destaque para a fala do Lula, em seguida, ouve-se um operário e, por fim, uma travesti, identificada pelo seu nome de registro, depois pelo nome social, acompanhado de seu lugar de trabalho e fala.

Figura 10 – Trechos de entrevistas da reportagem “Alô, alô operário: e o paraíso, nada?”



Fonte: Grupo Dignidade, 2020.

Da figura anterior podemos extrair mais duas sequências discursivas, além de uma parte da SD7, já analisada:

SD7 – “Homossexualismo na classe operária? Não conheço”. (Luís Inácio Lula da Silva, o Lula);

SD8 – Viado aqui no ABC? Tem, sim. Só que eles dão duro igual a nós”. (João Borges da Silva, operário);

SD9 – “Lula, o metalúrgico? Não, esse não conheço. Mas manda ele falar comigo...” (Emanuel Alves da Conceição, a Claudete, “operário honorário” do metrô carioca).

Nas sequências em destaque, há um deslocamento, não apenas na posição dos sujeitos, mas em seus processos de identificação. De um lado, temos a fala de um líder sindicalista que diz desconhecer homossexuais na classe operária; de outro lado, uma travesti identificada como Claudete, que também diz não conhecer o líder metalúrgico, Lula. No entanto, acrescenta em sua fala uma ordem que o referido sindicalista fale com ela.

Entre duas falas que desconhecem a presença do outro, temos um enunciado atribuído a João Borges da Silva, operário, que reconhece, dentro da classe operária, a existência de homossexuais (citados por ele como “viado”), mas que, na oração seguinte, ele caracteriza: antes de serem homossexuais são trabalhadores (“Só que eles dão duro igual a nós”). Assim, os dizeres sobre a homossexualidade nas sequências anteriores oscilam entre o desconhecimento ou não reconhecimento da existência do/a/e outro/a/e e a categorização de um homossexual que trabalha.

Nas sequências, então, há um pré-construído, uma anterioridade e exterioridade que produz os sentidos de classe, anteriores aos sentidos de homossexualidade. Para os sujeitos ouvidos, em suas posições de trabalhadores/as/es, a orientação sexual está no lugar de uma subjetividade que não deve ser destacada.

Na **SD9**, mesmo identificada como Claudete, a pessoa ouvida, foi denominada de “operário honorário”, entre aspas e no masculino. O uso do recurso das aspas provoca um efeito de ironia pelo jornal que defende a causa homossexual e pode causar o estranhamento nos processos de identificação, mas resulta de uma predominância do discurso da homossexualidade masculina, da invisibilidade das pessoas que se enquadram na categoria T (transexuais, travestis, transgêneros).

O efeito de ironia dessa sequência, processa-se a partir do que não é dito sobre o trabalho desempenhado pela travesti, operário é uma marca que recebe aí uma qualificação de honorário, o qual recebe a honra por ter realizado com maestria, brio, atividade laboral legitimada socialmente, isto é, o que conserva a “honra” de um ofício que não mais exerce. Há, portanto, um deslocamento de sentidos provocado pela mudança de uma FD a outra. Uma FD da classe operária em contraposição a uma FD da periferia da classe operária, do que está à margem dos espaços de trabalho e produção de mercadorias, visto que Claudete, cuja expressão sexual periférica é de um sujeito travesti, teve seu nome social, seu corpo e sua sexualidade invisibilizados pela concepção heteropatriarcal de operariado. Desse modo, sua forma de subjetivação/identificação foi violentada, como acontece constantemente com LGBTs, pelas relações de opressão de gênero.

Eis que a alienação do trabalhador produz o estranhamento acerca de sua própria classe, o trabalho alienado produz a falta de consciência de classe. Nessa perspectiva, os sujeitos que produzem para a riqueza do/a/e patrão/patroa/patroe desconhecem a existência de quem também está apartado/a/e dos meios de produção.

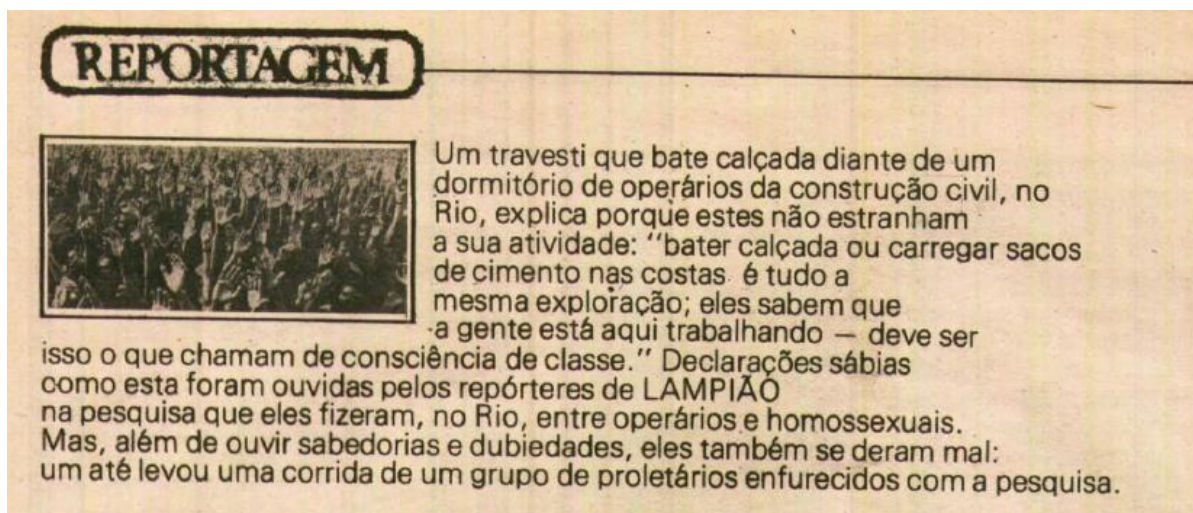
Dessa forma,

[...] na sociedade de classes, o trabalho alienado faz com que aos trabalhadores caiba não apenas a miséria material, mas também a eles é negado o acesso ao desenvolvimento humano mais genérico de seu tempo, pois sua atividade cotidiana e seu vínculo com a sociedade se faz pelo trabalho alienado (LESSA; TONET, 2011, p. 94).

Sobre esse confronto e tensão no interior de uma Formação Ideológica, acerca do trabalho exercido pelos sujeitos LGBTs, em grande parte, nas vielas, nas ruas, nos guetos, resultado da negação desses corpos nos espaços públicos e privados hegemônicos, constituindo a periferia do capitalismo, analisamos a fala de uma travesti que “batia calçada”³⁴ em frente a um alojamento de trabalhadores/as/es da construção civil.

³⁴ Expressão que se refere ao trabalho de prostituição.

Figura 11 – Trecho da reportagem “Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?”



Fonte: Grupo Dignidade, 1979.

A fala da travesti citada na imagem acima é nossa **SD10**, tal como vemos a seguir:

SD10 – (Rua do Lavradio, entre a Rua dos Arcos e Avenida Chile no Rio. De um lado, o sobrado também conhecido por “casa de Irene”, onde moram dezenas de travestis. Do outro, um dos maiores dormitórios de uma empreiteira da construção civil. Onze horas da noite, sexta-feira. Os travestis, na porta do sobrado, já deram início à batalha. Do outro lado, sentados no meio fio da calçada, uma fila de operários. Os travestis³⁵, empenhados em ganhar dinheiro, não olham nenhum momento para eles – observam os carros que, lentamente, passam pelo local. Já os operários não tiram os olhos dos travestis.)

Os peões? É tudo gente boa, malandra. Ficam do outro lado, com esse olho comprido pro lado da gente, mas não perturbam. ‘De vez em quando chega um aí, às quedas de bêbedo, mas nem se toca com agente. Sabe de uma coisa? Deve ser isso o que chamam de consciência de classe: eles são trabalhadores, não é? Sabem o que é trabalhar. No fundo, eles entendem que esse é nosso trabalho; tanto faz, ficar carregando saco de cimento ou batendo perna na calçada. A exploração é a mesma. Aliás, por falar em exploração, quanto é que teu jornal vai me pagar pela entrevista, queridinha?

(A-bi-ga-il (“cuidado pra não errar”), moradora no sobrado da Rua do Lavradio) (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 14, jul. 1979, p. 11).

Na **SD10**, apresentada anteriormente, chama a atenção a divisão, dentro de espaços periféricos, entre categorias de trabalhadores/as/es, ambas vítimas de exploração dos corpos e de seus tempos de trabalho/vida. As existências desses sujeitos estão descritas por um processo

³⁵ Por se tratar de uma transcrição (citação direta) mantivemos o termo no masculino, tal como se usava na época. Hoje adota-se de modo politicamente correto o uso de travesti no feminino “a travesti”, por se tratar de uma categoria da identidade de gênero.

metonímico de espaços divididos, fragmentados, mas ocupados por corpos sexuados e alienados da produção e apropriação da riqueza.

Enquanto o trabalho das travestis que “batem calçada” é de selecionar seus/suas/sues clientes, expõem-se como mercadorias aos olhos de quem quer pagar pelos serviços sexuais, os operários estão fora de seus postos de trabalho e olham para as travestis. Segundo a reportagem, há um respeito pelo espaço do/a/e outro/a/e e pela fala da travesti Abigail, todos/as/es pertencem a uma mesma rua e o respeito pelo espaço do/a/e outro/a/e tem a ver com a consciência de classe.

Na figura abaixo, quem assina a reportagem cita o conhecimento acadêmico sobre homossexualidade e classe operária, de modo que a suposta pesquisa da USP (Universidade de São Paulo) conclui que não há homossexuais na classe operária. Contrapondo-se a esse conhecimento científico e acadêmico, a reportagem mostra personagens reais, descreve guetos, transcreve falas de pessoas sobre a homossexualidade e os dizeres transitam entre o reconhecimento da existência de LGBTs na classe operária e o silenciamento sobre esses sujeitos de expressões sexuais periféricas.

Aqui, ainda não se fala em consciência política, no sentido de institucionalização de movimentos de luta por direitos. Nesse caso, há uma luta por sobrevivência nos espaços de opressão, tendo em vista, que mesmo com o respeito dos “vizinhos” operários a Rua do Lavradio é apenas a metonímia de um espaço de significação, de vivências de sujeitos alienados ao trabalho, alijados dos meios de produção e fragmentados pela lógica capitalista. Mesmo que haja a consciência de classe, tal como foi dito pela Abigail, aquele é o espaço escuro do gueto, da marginalização e de resistências silenciadas pelos processos de opressão.

Figura 12 – SD11 – Destaque da foto de Lula



Fonte: Grupo Dignidade, 1979.

Como se vê nessa imagem, o líder sindical Lula, posa para uma foto em que seu corpo fica em evidência, abaixo na legenda pode-se ler: “Lula: além de tudo um símbolo sexual?”. Ao lado da imagem, uma fala do referido sindicalista, em destaque “E tem aquela história de luta de classes”. Há um contraponto entre a posição de descanso de Lula com o teor político de sua frase destacada ao lado. Essa contradição se processa também no histórico de luta de greve e de conflitos enfrentados por ele durante aquele ano de 1979.

A foto retirada do acervo de um outro grupo jornalístico, junto à legenda que lhe foi atribuída, ressalta os estereótipos de masculinidade e virilidade como objeto de desejo por parte do público homossexual do periódico. O imaginário de um homem operário, que naquele momento histórico declara desconhecer o “homossexualismo” na classe operária, ao tempo em que silencia as relações sociais de sexo, simboliza um corpo sexuado.

Assim, a política e o desejo são mobilizados em um jogo entre o verbal e o não verbal, provocando a diluição de sentidos que se instauram na dicotomia entre o individual e o coletivo, entre o corpo e a sociedade, sujeitos desejantes e sujeitos de classe. Isso resulta da retomada de uma memória de construção da virilidade pela força e pela posição de poder e dominação, mesmo que essa dominação seja como liderança dentro da classe dominada. Portanto, as fronteiras entre as FD-EIS e FD-MH não são instáveis, há deslizamentos de sentido entre os sujeitos politizados e sujeitos cujos estereótipos são construídos na contradição entre dominante e dominado.

4.4 Do sujeito politizado ao sujeito estereotipado – identificações e designações nas páginas do jornal

No decorrer dos três anos em que o jornal **Lampião da Esquina** circulou, as capas, manchetes e demais textos abordaram uma pauta que ia do político ao escrachado, da discussão intelectualizada, acadêmica, militante aos textos populares, jocosos e sensacionalistas.

Essa linha editorial atendia às expectativas de editores/as e leitores/as do periódico. Na medida em que o país sentia os efeitos do arrefecimento da ditadura civil-militar, com a abertura política, a expansão dos guetos e a liberação sexual, o jornal ia se adequando a um público que pedia corpos nus, sexo e indicações de lugares de “pegação”, eventos sociais que possibilitassem a liberdade da expressão homossexual.

Percorrendo as manchetes e chamadas das capas do **Lampião da Esquina**, percebemos as perspectivas adotadas no decorrer das trinta e oito edições, bem como diferentes formas de designação dos sujeitos homossexuais. Há um uso recorrente do termo “guei”, uma forma de aportuguesar ou “brasileirar” a palavra “gay”, usada como referência aos homossexuais masculinos, principalmente.

Mas outras designações podem ser notadas no decorrer das páginas arquivadas do **Lampião**, como: entendido/a, boneca/s, bicha/s, viado/s. O uso desses termos varia de acordo com o tom atribuído ao texto, do popular escrachado ao tom jornalístico impessoal.

Em ensaio publicado na edição nº 02, de 25 de julho de 1978, com o título “Estão querendo convergir. Para onde?”, João Silvério Trevisan, o autor, relatou que, “Na semana de Convergência Socialista, em São Paulo, a palavra ‘homossexual’ só foi pronunciada uma única vez: o presidente da Mesa apenas sussurrou-a e quase se engasgou, como se dissesse um palavrão” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, jul. 1978, p. 9). Mais adiante, no mesmo ensaio, o autor destaca que no referido evento, houve reações negativas à pauta de luta homossexual, até que após interdições dos/as/es participantes mais conservadores/as/es da reunião, um/a/e homossexual toma a palavra e ler uma moção de apoio à causa homossexual.

SD12 – Já nas reuniões preparatórias, a inclusão de **um homossexual** na mesa, ao lado de representantes de outras “minorias” provocou protestos; um determinado grupo, inclusive, ameaçou retirar-se caso isso se efetivasse. Resultado: **os homossexuais** acabaram não presentes à mesa. Mas tudo se complicou quando, durante a semana, **uma bicha atrevida** pediu a palavra e leu uma moção em defesa dos direitos **dos homossexuais** [...]. É verdade que houve reações de simpatia na assembleia, que estava cheia de artistas; mas teve gente que se retirou dizendo que viera participar, antes de mais nada, de uma reunião de machos. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, jul. 1978, p. 9).

Os sujeitos envolvidos no citado episódio são tratados de modo indefinido. Na referida sequência, os determinantes do termo homossexual produzem sentidos de ausência, negação e indefinição. A afirmação da homossexualidade no intradiscurso é condicionada pelas interdições do dizer da homossexualidade e pela separação/distanciamento entre o sujeito político e o sujeito do desejo, efeito do interdiscurso sobre o eixo intradiscursivo. Após a ocorrência de “um homossexual” – indefinido, genérico, não nomeado, o autor usa o artigo definido “o” para determinar “os homossexuais”, seguida da indicação de ausência “acabaram não presentes à mesa”.

O evento político refletiu a presença-ausência da homossexualidade nas instâncias de decisão, nos espaços de poder político na sociedade. Pois, mesmo que houvesse a participação de homossexuais no encontro da Convergência Socialista, sua presença era apagada pela negação e pela fala autoritária do homem hétero. Há, também, a negação dos desejos como constitutivos dos sujeitos e a negação dos direitos.

Em meio à opressão da censura, um participante do evento, toma a palavra (resistência) e lê para todos/as/es os/as/es presentes, uma moção de defesa aos direitos dos/as/es homossexuais. A esse sujeito que resiste foi dada a denominação de “bicha atrevida”. Temos, então, um movimento

SD12.1 – “A inclusão de um homossexual na mesa, ao lado de representantes de outras minorias’ provocou protesto”

(OPRESSÃO PELA NEGAÇÃO)



SD12.2 – “Resultado: os homossexuais acabaram não presentes à mesa”

(OPRESSÃO PELA AUSÊNCIA)



SD12.3 – “Mas tudo se complicou quando, durante a semana, uma bicha atrevida pediu a palavra e leu uma moção em defesa dos direitos dos homossexuais”

(RESISTÊNCIA)

Dividimos a sequência discursiva 12 para analisar melhor o movimento de sentidos nas designações da homossexualidade, contidas no relato do episódio político em tela. O discurso materializado em **SD12.1** e **SD12.2** são discursos opressores, mas essa opressão se dá de modos diferentes e também transita por diferentes formações discursivas.

Os discursos materializados nos dizeres sobre a homossexualidade, citados no esquema acima, produzem diferentes designações para os sujeitos, de modo que os que são silenciados

ou estavam ausentes nos debates do referido evento político, são tratados de forma genérica e indefinida, enquanto que o sujeito que resiste à opressão/negação/silenciamento é apresentado como “bicha”. Com isso, há uma tensão que se processa entre o mesmo e o diferente, assim, enquanto o “mesmo” retoma a memória da designação política, científica, médico-legal, desliza para o sentido da resistência com a designação “bicha”. Daí,

[...] todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2012a, p. 36).

Dessa forma, as designações retomam a memória do politicamente aceitável, do dizível, contrapondo-se à ruptura da resistência, da presença onde se quer a ausência. Portanto, as formulações em torno de diferentes designações de homossexualidade jogam com os deslizamentos de sentido. Isso é reflexo das contradições constitutivas do discurso, em que a memória afeta as formulações dos dizeres.

Os sujeitos do discurso envolvidos no episódio coexistem em uma Formação Ideológica do Trabalho (FId-T), tendo em vista ser um evento da Convergência Socialista e ter como pautas de discussão as opressões sofridas pela classe trabalhadora, especialmente as repressões ocorridas em um momento de ditadura civil-militar.

No entanto, essa Formação Ideológica do Trabalho se desenvolve como uma estrutura complexa, que permite a constituição de sujeitos e sentidos por diferentes Formações Discursivas (FDs). Denominamos, então, duas FDs coexistentes à FId-T: uma FD da Esquerda Conservadora (FD-EC) e uma FD da Esquerda Interseccional (FD-EI).

O processo de identificação dos sujeitos homossexuais pode ocorrer em qualquer das FDs, de modo que, nas condições de produção estritas do surgimento e consolidação do então Movimento Homossexual Brasileiro, havia pessoas, que mesmo se relacionando com outras do mesmo sexo, não se identificava com essa designação de homossexual e, até mesmo aceitava a não interseccionalidade entre a política sexual pela defesa de direitos dos/as/es homossexuais com uma política dita mais ampla, pautada predominantemente pela questão de classe.

Assim, o sujeito da resistência é designado como “bicha atrevida”. Há uma determinação da resistência a partir da definição de um lugar de atrevimento, um lugar da fala que se atreve a existir entre os opressores da causa homossexual.

Dessa forma, a designação do sujeito que lê a moção no ato como “bicha atrevida” instaura outros sentidos a partir do silenciamento da homossexualidade. Ao censurar a participação de representante dos/as/es homossexuais, os/as/es militantes que se identificavam com a FD-EC propiciaram um ato de resistência por parte do sujeito que se identificava com a FD-EI. Nessa perspectiva, destacamos que

A censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio, entretanto como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos.

[...]

Nesse espaço intermediário constituído pelo silêncio, esse sujeito trabalha sua relação com o dizível. É o silêncio que torna possível o movimento da subjetividade em sua relação (sua distância) com o discurso estabelecido. São outros sentidos que ganham existência nesse silêncio. Ou seja, ao silêncio imposto pela censura, ele responde com o silêncio dos “outros” sentidos que ele constitui em uma outra região. (ORLANDI, 2007 [1992], p.85).

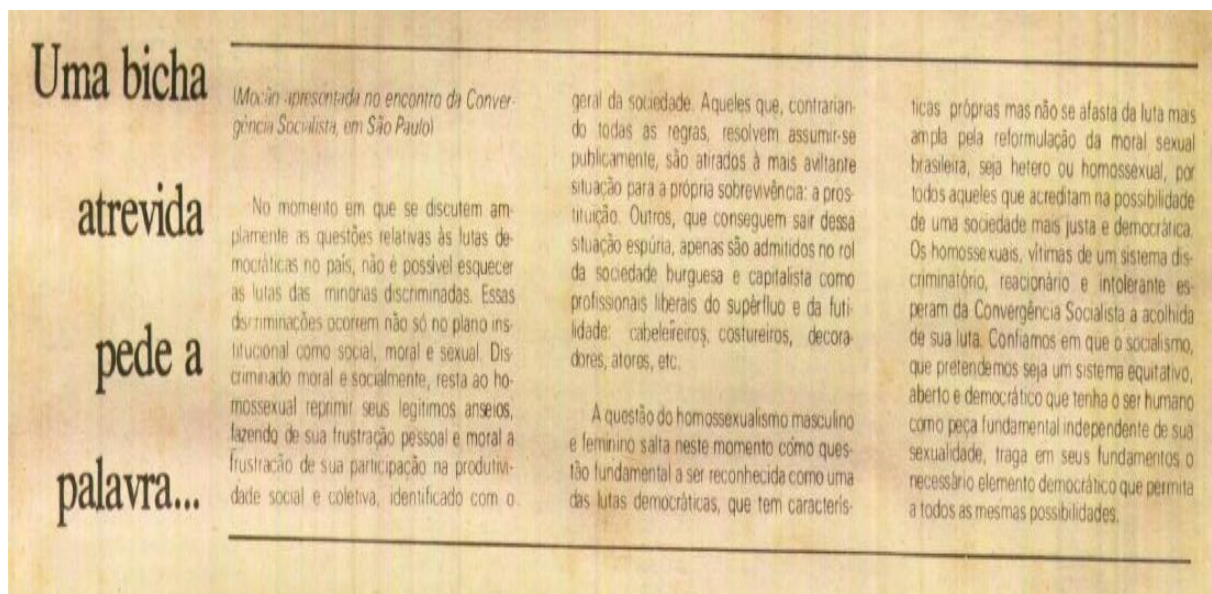
Cabe ressaltar que as contradições são constitutivas da dominação ideológica, de modo que ao analisarmos um discurso que pertence a uma ideologia da classe dominada, encontramos formas de opressão provocadas por evidências forjadas pela ideologia dominante.

Assim, a ideologia dominada não pode ser pura e simplesmente “a ideologia da classe dominada”, simétrica à ideologia dominante: precisamos falar de ideologias dominadas, no plural, já que só pode haver aí uma única ideologia dominante, em um momento histórico dado. É precisamente nisso que a questão da ideologia vem se colocar à do Estado: a existência das ideologias dominadas é indissociável das contradições inscritas na dominação ideológica da classe dominante, que marcaremos aqui através da seguinte tese: a ideologia dominante jamais domina sem contradição. (PÊCHEUX, 2015, p. 14).

Nesse aspecto, é importante destacar o papel da ideologia no processo de dominação/opressão dos sujeitos, bem como na reação a esse processo, por meio da resistência. Tanto a opressão quanto a resistência refletem nas designações que os sujeitos fazem sobre si e sobre outros que se identificam com a causa e com determinada FD.

No tocante à moção lida pela “bicha atrevida”, destaca-se a inscrição do sujeito homossexual num lugar de institucionalização, nos domínios discursivos relativos aos espaços de poder, experimentados pelos sujeitos de direito. A moção ressalta a necessidade de reconhecimento da luta homossexual, na esfera da política de esquerda e, também, a denúncia de uma repressão sexual, interditos aos corpos e aos sujeitos de expressões sexuais periféricas.

Figura 13 – Moção em defesa dos direitos dos homossexuais³⁶



Fonte: Grupo Dignidade, 2020.

Podemos observar o destaque dado na página 9, da referida edição do **Lampião da Esquina** à formulação “Uma bicha atrevida pede a palavra”. Disso, precisamos analisar o sintagma verbal “pede a palavra”, em que se mobilizam sentidos de permissão, como sempre ocorre nos rituais das plenárias em que é solicitada à mesa a palavra. Em meio à resistência, uma “bicha atrevida” pede a permissão para falar, mas não fala o que se espera, é lida uma moção, gênero textual de protesto em nome de um coletivo. Nesse franqueamento da palavra que não se esperava, há um subtendido de que a palavra tem dono/a/e e todos/as/es nós sabemos que na sociedade heteropatriarcal quem assume a posse da palavra é o macho, hétero, cis, branco, que ocupa sempre os lugares de poder de decisão.

³⁶ Transcrição do referido texto para melhor leitura do arquivo disponibilizado:

(Moção apresentada no encontro da Convergência Socialista, em São Paulo)

No momento em que se discutem amplamente as questões relativas às lutas democráticas no país, não é possível esquecer as lutas das minorias discriminadas. Essas discriminações ocorrem não só no plano institucional como social, moral e sexual. Discriminado moral e socialmente, resta ao homossexual reprimir seus legítimos anseios, fazendo de sua frustração pessoal e moral a frustração de sua participação na produtividade social e coletiva, identificado com o geral da sociedade. Aqueles que, contrariando todas as regras, resolvem assumir-se publicamente, são atirados à mais aviltante situação para a própria sobrevivência: a prostituição. Outros, que conseguem sair dessa situação espúria, apenas são admitidos no rol da sociedade burguesa e capitalista, como profissionais liberais do supérfluo e da futilidade: cabeleireiros, costureiros, decoradores, atores, etc.

A questão do homossexualismo masculino e feminino salta neste momento como questão fundamental a ser reconhecida como uma das lutas democráticas, que tem características próprias, mas não se afasta da luta mais ampla pela reformulação da moral sexual brasileira, seja hétero ou homossexual, por todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade mais justa e democrática. Os homossexuais, vítimas de um sistema discriminatório, reacionário e intolerante, esperam da Convergência Socialista a acolhida de sua luta. Confiamos em que o socialismo que pretendemos seja um sistema equitativo, aberto e democrático que tenha o ser humano como peça fundamental independente de sua sexualidade, traga em seus fundamentos o necessário elemento democrático, que permita a todos as mesmas possibilidades.

Ainda a respeito da moção, devemos destacar a **SD13**, segundo a qual

SD13 – Aqueles que, contrariando todas as regras, resolvem assumir-se publicamente, são atirados a mais aviltante situação para a própria sobrevivência: a prostituição. Outros, que conseguem sair dessa situação espúria, apenas são admitidos no rol da sociedade burguesa e capitalista como profissionais liberais do supérfluo e da futilidade: cabeleireiros, costureiros, decoradores, atores, etc. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, jul. 1978, p. 9).

Nessa sequência, demarcam-se as fronteiras entre os lugares assumidos pelos/as/es homossexuais nos domínios da profissionalização, do trabalho e da exploração da mão-de-obra. Há uma negativização desses lugares, através de marcas da exploração, no plano do intradiscursivo: “são atirados a mais aviltante situação”; “situação espúria”; “profissionais liberais do supérfluo e da futilidade”. Além disso, a negativização dos ofícios remete aos não-ditos dos espaços que deveriam ser ocupados pelos sujeitos para serem valorizados pela sociedade capitalista e burguesa que além de excluir, determina o que deve ou não ser valorizado.

As pessoas “atiradas” nesses espaços marginalizados e periféricos são estereotipadas por seus ofícios e ocupações. Nesse aspecto, há um imaginário social que legitima estereótipos da homossexualidade, inclusive essas imagens ainda são reproduzidas na contemporaneidade, não obstante a superação de muitas barreiras sociais, por uma parcela da população LGBTQIA+ que ocupa espaços de consumo. Desse modo, a invisibilização do sujeito homossexual como trabalhador, desloca-o para o gueto, o “armário”, no processo de sociabilização.

Sobre as Formações Imaginárias, determinadas ideologicamente aos sujeitos de expressões sexuais periféricas, temos de destacar que

[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição. (ORLANDI, 2012a, p. 40).

Dessa forma, na AD pensa-se nas posições ocupadas pelos sujeitos do discurso, tendo em vista que essas posições significam nas relações sociais, além de retomarem a uma memória, um já-dito. Por isso, as Formações Imaginárias em torno dos sujeitos de expressões sexuais periféricas resultam em posições, no discurso, que refletem as relações de exploração capitalista, de modo que a tomada de espaços de poder e decisão, bem como do poder de consumo, provocam outros sentidos e outras posições, dentro de um movimento, como o LGBTQIA+, ou seja, o capital se apropria de pautas identitárias para produção e consumo de

mercadorias e os sujeitos experimentam de um efeito de empoderamento ao pedirem a palavra e usarem da palavra na enunciação pública das sexualidades.

Ainda sobre o papel do imaginário na construção das identidades e, por consequência, das pautas identitárias, corroboramos a reflexão de Orlandi (2012a, p. 41) quando diz que é “assim que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia”.

As identidades, são, desse modo, resultados de relações sociais de conflitos, desigualdades e subordinações. Decorrente desse fato, no desenvolvimento de um movimento social como o LGBTQIA+, as pautas de luta são dinâmicas, bem como a constituição das identidades, ou seja, num lugar em que a fala de poder se concentra no homem cis, a homossexualidade masculina assume a hegemonia dos discursos sobre as sexualidades dissidentes. Isso sempre foi objeto de conflito dentro do movimento, ainda mais na contemporaneidade, em que se ressalta a fluidez dessas identidades.

Com isso, como destacamos ao longo desta tese, as perspectivas teóricas da interseccionalidade, consubstancialidade-coextensividade buscam uma análise que leve em consideração o entrecruzamento dinâmico de relações sociais de sexo, com relações sociais de raça, gênero e classe. Assim, tomamos como fundamento a primazia da objetividade sobre a subjetividade. Nesse sentido, dizemos que a resistência dos sujeitos constitui-se a partir das relações sócio-históricas que os determina e da dominação capitalista, cuja estrutura, as resistências forjadas nas individualidades não têm como romper. Nesse aspecto, vale destacar a conclusão de Orlandi (2012b, p. 234) sobre a resistência, segundo a qual, “há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir”.

Diante do que foi exposto, cabe notar que no decorrer das trinta e oito edições do **Lampião da Esquina**, o periódico precisou adequar sua linha editorial a um imaginário sobre os sujeitos homossexuais resistentes ao discurso conservador. Assim, a publicação passou a contar, cada vez mais, com espaços para colunas sociais, indicações de espaços para badalações e “pegação gay” e exibição de corpos masculinos nus.

Esse percurso discursivo que vai de uma posição sujeito que pretendia ser o porta-voz de um movimento de saída dos guetos e armários, até a configuração de novos guetos e “armários”. Isso porque as vivências homossexuais eram permitidas nos espaços privados, portanto, eram nesses espaços onde se concretizava o consumo e as expressões encontravam liberdade.

As manchetes do jornal **Lampião da Esquina** foram se tornando explícitas, na medida em que ocorria a abertura política e o próprio jornal teve os inquéritos contra ele, arquivados. Assim, as capas das edições passaram a dividir espaços entre chamadas de conteúdo político, com denúncias e comportamentos sociais dos sujeitos que circulavam nos guetos.

Nesse mesmo período, o Grupo SOMOS ia perdendo força devido a divergências internas e conflitos que se davam entre representantes de cada uma das categorias da sigla LGBT que se expandia. Com isso, podemos considerar que os anos de 1980 e 1981 representam não apenas uma mudança de fase do movimento homossexual brasileiro, como as dificuldades, cada vez maiores, de se manter o funcionamento de um periódico como o **Lampião da Esquina**.

Durante seus três anos e meio de vida, o jornal não perdoou aqueles que, de alguma forma, eram homofóbicos e as notas de desagravo eram constantes. Já no final de sua existência, o jornal começou a publicar nus masculinos, o que durante muitos números tentou evitar, como se a presença do nu tirasse a seriedade do jornal. (RODRIGUES, 2018, p. 240).

Como se constata no excerto anterior, o jornal foi adequando seus conteúdos para atrair público e assinantes, as vozes de diferentes identidades LGBT foram transpostas para as páginas do periódico, com textos que iam do caráter acadêmico, filosófico, sociológico, até o escracho, a ironia e o vulgar.

O jornal tentou atingir a um público muito diverso e com muitas particularidades. A identidade do seu público pode ser percebida pela diversidade de assuntos que o jornal abarcou. Tratava de bichas, gueis, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologistas etc. a proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito, foi desenvolvida no **Lampião da Esquina** por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Nessa perspectiva, o jornal procurava muito mais por uma identificação com aquele que o lê do que afirmar uma identidade monolítica. (RODRIGUES, 2018, p. 240).

Essa diversidade de conteúdos possibilitou um interesse mais amplo pelo jornal, de modo que não apenas o público homossexual lia os seus números, mas todos/as/es aqueles/as/es que se interessavam pelas discussões sociais e políticas que eram desenvolvidas nas páginas do periódico.

Basta tomarmos como sequências discursivas três capas do **Lampião da Esquina**, produzidas em diferentes momentos de sua atividade para analisarmos essa mudança de linha editorial.

Figura 14 – Capa da edição de nº 19, ano 2, dez. 1979 – Lampião da Esquina



Figura 15 – Edição nº 27, ano 3, ago. 1980 – Lampião da Esquina



Fonte: Grupo Dignidade, 1979.

Figura 16 – Edição nº 37, ano 3, jul. 1981 – Lampião da Esquina

LAMPIÃO
da esquina

Ano 3/Nº 37 Cr\$ 60,00 ● Leitura para maiores de 18 anos

VIADO GOSTA DE APANHAR?
Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas



A QUESTÃO QUEI INVADE O TEATRO
NILDO PARENTE e ROBERTO LOPES em "AS TIAS"

HOMOSSEXUAL SE AFOGA APÓS FOTOGRAFAR GAROTO NU!



ENQUETE: O que o SENHOR faria se visse SEU MARIDO beijando outro HOMEM?

Fonte: Grupo Dignidade, 1979.

Das materialidades acima, extraímos sequências discursivas que trabalhem a tensão entre o sujeito politizado e o sujeito estereotipado, bem como a tensão entre o público e o privado e os seus reflexos nas expressões sexuais periféricas.

Da figura 14, temos:

SD14 – “Anistia apoia homossexuais – vítimas da OPRESSÃO SEXUAL agora são presos políticos”;

SD15 – “como *era* gostoso meu torturador”;

Da figura 15:

SD16 – “Mais tesão menos encucação – (o papa vaselina, troca-troca, SBPC, partidos políticos, Frei Betto, ativismo, violação de homossexuais: tudo no mesmo saco de gatos);

SD17 – “Bichas e lésbicas na SBPC”;

SD18 – “Enfim: o nu frontal!”

A figura 16 nos fornece as seguintes sequências:

SD19 – “Viado gosta de apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas”;

SD20 – “Homossexual se afoga após fotografar garoto nu!”;

SD21 – “O que o SENHOR faria se visse SEU MARIDO beijando outro HOMEM?”;

SD22 – “A questão guei invade o teatro”

Nas SDs anteriormente apresentadas, a homossexualidade se reveste de um caráter mais amplo, quando afirmado nos espaços da política, da arte e da ciência, mas a interdiscursividade das sexualidades dissidentes constituem a memória dos desejos, das transgressões ao que é socialmente posto como central, no discurso da normalização/normatização das expressões sexuais.

Nas **SD14** e **SD15**, o sujeito homossexual é submetido ao crivo classificatório do discurso jurídico-legal, tornando-se, assim, sob a categoria de presos políticos, a serem anistiados, um tratamento legal dado às vítimas de opressão sexual. Segundo Cowan (2014):

Nos anos que vieram depois de 1968, quando conservadores dentro e fora do regime reagiram às mudanças verdadeiras e percebidas (protestos estudantis e civis, normas de gênero e sexo em fluxo, o advento – real ou imaginado – da contracultura) ideólogos e forças de segurança viam vínculos muito gerais entre homossexualidade, desvios de gênero e protesto social e político. Até nas alturas de repressão mais dura – “anos de chumbo”, durante os quais forças governamentais demoliram a esquerda armada – policiais suspeitaram que houvesse entre supostos “atentos à moral e aos bons costumes” e a produção cultural e organização política da esquerda. (COWAN, 2014, p. 42).

Destarte, para a direita autoritária e repressora, havia uma identificação entre o movimento LGBT e o movimento político partidário. Enquanto isso, na chamada esquerda, os dizeres sobre a homossexualidade produzia sentidos de contradição, conflitos, ou seja, não havia o consenso, os discursos não eram conciliatórios e, nem poderiam ser, tendo em vista o momento histórico de efervescência política, ideológica e teórica.

Na **SD15**, o sujeito joga com o sentido da ironia, toca na ferida de uma memória de dor, de violência estatal, de repressão. Os sentidos deslizam para os desejos “proibidos” e velados que expõem os algozes. No enunciado “Como era gostoso meu torturador”, há uma marca gráfica que destaca o verbo ser como um adendo um acréscimo, tal como podemos ver na figura 14. Essa marca gráfica, de um risco que acrescenta a palavra que falta no dizer, produz um efeito de correção, revisão, adendo, mas permite também retomar a uma anterioridade/exterioridade, a um já-dito, o que faltava no enunciado se torna presente por um movimento de retorno que se faz reestruturação do intradiscorso.

“Como gostoso meu torturador” – (sentido do prazer, do ato sexual, da reação à tortura)

“Como *era* gostoso meu torturador” – (mobiliza pela retomada do pré-construído, o ser gostoso)

Ambos os enunciados articulam dor e prazer, sentidos que perpassam o corpo dos sujeitos sexuais. Nas narrativas de torturas relatadas pelas pessoas ouvidas na ocasião da Comissão Nacional da Verdade (2013)³⁷, falava-se em torturas que eram feitas de forma mais brutal quando se sabia ou se deduzia a homossexualidade do/a/e torturado/a/e. O sadismo dos torturadores era algo repetido em todas as narrativas da referida comissão.

³⁷ Diversas audiências públicas em Comissões da Verdade foram realizadas no intuito de reconstruir memórias da repressão política e sexual na ditadura civil-militar brasileira. Dentre elas, Green; Quinalha (2014) destacam a primeira “...com o tema ‘Ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBT’, foi realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 26 de novembro de 2013, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [...]. Por sua vez, a segunda audiência intitulada ‘Ditadura e Homossexualidade no Brasil’ foi realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a Comissão da Verdade paulista e em parceria com o Memorial da Resistência, no dia 29 de março de 2014.

No jogo discursivo que mobiliza dor e prazer, a ironia se faz presente, o “deboche” tão utilizado pelo jornal durante sua existência, não questiona a tortura ou o torturador, mas a intenção deste como sujeito do desejo e corpo sexuado. Assim, ao satirizar o torturador usa-se da sátira como arma de luta, punição e castigo pelo ato violento.

Nas **SD16** e **SD17**, os sentidos são constituídos pela tensão entre o prazer e o poder-saber do meio científico e acadêmico.

SD16 – “Mais tesão menos encucação” é um chamado ao desfrute dos prazeres, em detrimento das discussões filosóficas, políticas, sociológicas que disputavam a arena ideológica naquele momento. Além disso, a afirmação é seguida por uma enumeração de termos que estavam nos debates em diferentes FDs, tais como “o papa vaselina, troca-troca, SBPC, partidos políticos, Frei Betto, ativismo, violação de homossexuais: tudo no mesmo saco de gatos”. A chamada da matéria jornalística antecipa a convergência de diferentes assuntos sob o prisma da diversidade sexual, das expressões sexuais nos espaços universitários.

Havia um desgaste entre todos/as/es que faziam o movimento LGBT em seu início, em lutas interseccionais, nos conflitos também interseccionais, que fomentavam as discussões e heterogeneidade do movimento. Diante desse complexo ambiente de luta pelas liberdades individuais, pelos direitos dos/as/es homossexuais, muitos/as militantes queixavam-se de não usufruir das conquistas, dos prazeres e de seus desejos. A política então ocupava o centro das discussões e a teorização sobre os sexos catalogava as práticas, rotulava os sujeitos, como ainda é feito nos espaços acadêmicos.

O enunciado principal da sequência vem como uma ordem “Mais tesão menos encucação”, não quantifica, embora estabeleça proporcionalidades inversas entre os elementos tesão/encucação. É um enunciado que se processa na dualidade de diferentes posições que podem ser assumidas pelo sujeito do discurso. Dessa forma, “tesão” e “encucação”, embora esteja numa mesma superfície linguística, não estão em um mesmo plano de ações. Constituem-se como escolhas diante de uma realidade posta.

Há, no entanto, um não-dito, que se institui na margem de liberdade de escolha desses sujeitos. A opção entre “tesão” (nível do prazer) e “encucação” (nível do envolvimento político-prático) pode ser, em determinadas condições dos sujeitos uma escolha que represente vida ou morte, (re)existência ou opressão.

Ainda nessa **SD16**, o uso dos parênteses marca a delimitação do espaço de um efeito metonímico, de modo que os elementos postos dentro dessas marcar de pontuação representam recortes ou partes que falam pelo todo, portanto, coexistindo num mesmo enunciado as práticas sexuais (papa vaselina/troca-troca), as práticas religiosas (Frei Betto), o domínio do Estado

repressor e autoritário (violação dos/as/es homossexuais), o domínio do institucional (SBPC, partidos políticos) e o domínio da resistência (ativismos).

Para o sujeito enunciativo, todos esses domínios coexistem, são coextensivos e determinam o que, de modo geral, será definido como “tudo no mesmo saco de gatos”, aquilo que está preso, que está capturado pelas condições sócio-históricas de lutas rendidas, ditadura enfraquecida (período de abertura política) e instituições se reconstruindo.

Na **SD17**, junto com a designação de bichas e lésbicas há um espaço ocupado, de modo que temos o enunciado “Bichas e lésbicas na SBPC”. Ao tempo em que a **SD17** lança a notícia de que LGBTs estavam ocupando espaços em evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), importante evento científico-acadêmico do país, em outra sequência discursiva, **SD22**, “A questão guei invade o teatro” (chamada presente na capa da última edição do **Lampião da Esquina**).

Importante destacar que na **SD17** a preposição “na” (contração em + a), indicar lugar, espaço, mas não, necessariamente, pertencimento. Sabe-se que historicamente, os espaços institucionalizados não são ocupados pelos dizeres explícitos da sexualidade. Enunciar-se como homossexual/lésbica constitui-se como lugar de luta e conflitos pela palavra.

Como analisamos anteriormente, o próprio jornal tinha noticiado, em um evento político (Semana da Convergência Socialista em São Paulo), que “uma bicha atrevida pede a palavra”. Pedir a palavra ou tomar a palavra tem sentidos diferentes, assim como ocupar e invadir. Nos discursos acadêmicos, as subjetividades eram (e ainda são por muitas áreas e departamentos) como temas menores, questões pequenas, que não devem ser discutidas em determinados espaços (pre)ocupados com questões maiores, mais amplas.

Essa contradição entre subjetividades e objetividades são constitutivas da fragmentação dos espaços em que as expressões sexuais periféricas encontram oposição dos sujeitos que ocupam o poder de decisão e exploração na sociedade capitalista.

As pautas das lutas LGBT nem sempre foram convergentes com os objetivos acadêmicos/universitários, não obstante o movimento LGBT ter encontrado, no Brasil, apoio de diferentes vozes das universidades³⁸. Os estudos de gênero e sexualidades foram, durante muito tempo, restritos ao meio acadêmico, mas com a expansão do debate sobre as expressões

³⁸ Sobre essa confluência de discursos entre as pautas identitárias e a universidade, podemos citar a Teoria Queer que surge dessa convergência nos EUA, em 1990, e que adquiriu assento significativo no Brasil a partir de trabalhos como o de Colling (2015) e Bento (2017).

sexuais na sociedade e como objeto de políticas públicas, a discussão sobre o papel da mulher e das pessoas LGBTQIA+ assumiu importância.

A quantidade de pesquisas, eventos científicos e demais trabalhos acadêmicos tem crescido nos últimos tempos para responder a demandas da própria sociedade. Por isso, que a inserção de gays e lésbicas num evento como a 32ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida de 6 a 12 de julho de 1980, sediada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob o tema “Ciência e educação para uma sociedade democrática”, e a tomada da palavra por essas pessoas representa um fato importante para o desenvolvimento de uma pauta mais ampla de debates, a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Esse diálogo proporcionado numa “arena” de pensamentos e orientações políticas, teóricas e ideológicas contribuiu e continua contribuindo para o fortalecimento do movimento LGBTQIA+ no Brasil. E o jornal **Lampião da Esquina** tornou-se testemunha de momentos como esse.

Na mesma página em que destaca a participação de “bichas” e lésbicas na SBPC, o **Lampião da Esquina** exibe a chamada que é nossa **SD18** “Enfim: o nu frontal!”. Rompendo assim com o tabu da nudez masculina, que até bem pouco tempo não era exibido em telas de cinema (ao contrário do nu frontal feminino), nas séries televisivas, ou demais produtos midiáticos. Durante muito tempo, o audiovisual censurou o nu frontal masculino, mesmo que houvesse a nudez masculina, ela era mais interdita que a nudez feminina.

O nu frontal masculino vem anunciado, na **SD18**, como algo muito esperado pelo público da revista. Além disso, essa novidade representa a restrição do/a/e interlocutor/a/e, de modo que o periódico se dirige, principalmente, a um leitor gay masculino. Com isso, reforçam-se os estereótipos e o imaginário de virilidade e dos corpos desejados, a partir de padrões estéticos diversificados.

O imaginário acerca do corpo viril masculino funciona, para um periódico, na lógica da venda, da valorização de um produto midiático, especialmente, em um tempo em que as sexualidades dissidentes eram tão veladas e censuradas. O próprio fato de comprar um número do **Lampião da Esquina** em uma banca de revista já despertava a reprovação e o sentimento de vergonha para muitos/as/es.

Compreende-se na maioria das vezes a virilidade como a afirmação de uma potência, a perpetuação de uma dominação. tal fato não é falso se aceitarmos ver nisso a consequência de algo primordial, antropológicamente essencial: na virilidade, o que conta, é tanto a obsessão da impotência como o exercício da potência. O fantasma da impotência ronda as figuras, as práticas, as afirmações viris. Na origem, então, haveria um medo, tanto quanto um poder. Um

temor revertido em poder, uma obsessão negada nas formas, que podem ser brutais e agressivas, às vezes assassinas, de uma dominação (COURTINE, 2013, p. 568).

Dessa forma, Courtine (2013) ressalta o poder da relação imaginária com a virilidade. Esse imaginário possibilita o efeito de dominação que os corpos viris têm sobre os desejos. Assim, o corpo viril vende e sua imagem é vendida mais que notícia, mas como potência. Essa potência, por sua vez, relaciona-se ao medo da perda dessa potência, dessa dominação que atravessa a história das sociedades pautadas no patriarcalismo.

O caráter discursivo das imagens, no caso em análise, das fotografias de nu frontal de corpos masculinos deve ser ressaltada pela força da representação e do imaginário, de modo que a captura de um momento, o recorte de uma situação tem a força de registro que se quer permanente na memória das virilidades e das masculinidades desejadas. Nesse aspecto vale destacar que,

[...] a representação em AD se opõe ao mimetismo e ao espelhamento entre mundo e figura, como se fosse possível copiar a face natural dos objetos sem que houvesse a impressão de um olhar particular. Dessa forma, a representação pela imagem, seja fotográfica ou plástica, é sempre uma construção discursiva, pois, assim como, na linguagem verbal, onde o real é o impossível de dizer tudo (Gadet e Pêcheux 2000), na imagem, também, o real é o impossível, é o impossível de se representar tudo por completo e na sua exatidão. É como nos diz Lacan, o real só é apreendido, imaginariamente, pelo simbólico, é o sentido que reveste a imagem de representação, isso já é uma simulação (FERNANDES, 2017, p. 238).

Por conseguinte, podemos constatar que as imagens de nu frontal no **Lampião da Esquina** provocam os sentidos da pornografia, para além do erotismo velado. Esses sentidos estão imbricados aos sentidos de corpo como objeto, como produto, mercadoria. De modo que o tempo biológico se sobressai às transgressões ao tempo histórico atualizando uma memória de virilidade e masculinidade que domina, mas cujos sentidos também deslizam para o uso desses corpos.

Nesse aspecto, Guimarães (2016, p. 47) destaca a distinção entre o discurso pornográfico e o discurso erótico, de modo que “podemos classificar o erotismo como um jogo de insinuação, visto que ele se dá pela via do ‘mostra mais esconde’. Ao contrário do discurso pornográfico, no discurso erótico não encontramos a exibição explícita dos órgãos sexuais ou do ato sexual”. Essa distinção é importante para nossa análise, tendo em vista que, na sociedade capitalista, a pornografia é tratada como mercadoria.

Por fim, cabe analisar as sequências extraídas do último número do jornal **Lampião da Esquina**. Trata-se do número 37, que circulou em julho de 1981.

SD19 – “Viado gosta de apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas”;

SD20 – “Homossexual se afoga após fotografar garoto nu!”;

SD21 – “O que o SENHOR faria se visse SEU MARIDO beijando outro HOMEM?”;

As sequências citadas exploram um conteúdo cotidiano, inusitado, explícito dos sujeitos e seus comportamentos. As pautas políticas deram lugar aos indivíduos singulares, com suas questões íntimas. As sexualidades deixaram de ser vistas como identidades de reflexos políticos e interseccionais e passaram a ser tratadas como o ato sexual ou os prazeres e desejos individuais.

Esse movimento no conteúdo editorial do **Lampião da Esquina** reflete seu fim e o possível esvaziamento, naquele momento histórico as pautas de luta do movimento LGBT, mais tarde, esse movimento assumiria contornos de campanha contra a estigmatização dos/as/es homossexuais como grupo de risco de infecção pelo HIV/AIDS.

Os/As/Es militantes homossexuais que haviam reivindicado um lugar de liberdade em suas expressões sexuais, conquistaram o direito a voz em significativos espaços públicos politizados, a atenção de pesquisadores/as/es e intelectuais dos importantes meios acadêmicos. No entanto, com a descentralização do movimento homossexual brasileiro (MHB), em especial, com o enfraquecimento do grupo SOMOS, no eixo Rio-São Paulo, o jornal **Lampião da Esquina** encontrou dificuldades em manter suas atividades.

Havia, principalmente, uma dificuldade de ordem financeira, tendo em vista que o periódico não tinha anunciantes e a publicação dos seus exemplares, muitas vezes, sustentava-se com recursos dos próprios editores/as/es. Além disso, a equipe editorial passava por conflitos no que diz respeito à linha editorial, às pautas e aos conteúdos a serem veiculados no jornal. Inclusive, a publicação de ensaios fotográficos de homens nus era objeto de discussão entre os/as/es editores/as/es, até que os/as/es favoráveis a esse tipo de conteúdo conseguissem realizar esse propósito.

As formas de designação aos/às/aes homossexuais continuaram dentro de um mesmo espectro semântico que o jornal sempre utilizou, como “viado”, “bicha”, “guei” e homossexual. Na última capa, ainda há um uso irônico do termo “senhor”, graficamente destacado em caixa alta, provocando sentidos de sátira à sociedade patriarcal e matrimonial, com papéis sociais definidos como marido/esposa.

Há, no enunciado da **SD21**: “O que o SENHOR faria se visse SEU MARIDO beijando outro HOMEM?”, uma subversão da ordem heteropatriarcal provocando efeitos de

estranhamento a partir do destaque dado aos termos no masculino. Uma antecipação ao que hoje temos como união homoafetiva e que, na época, era impensável dentro dos padrões jurídicos da sociedade de família nuclear tradicional.

No discurso em análise, o sujeito interlocutor é um homem moldado por uma sociedade que normatiza e normaliza os sexos e os gêneros. Essa mesma sociedade determina como elementos de sucesso a constituição de uma família nuclear, com papéis bem definidos, imbricados à divisão sexual do trabalho e às imagens constitutivas de masculinidades e feminilidades. A consideração dos critérios rígidos e binários de gênero na sociedade contemporânea é que provoca o efeito de humor e ironia no enunciado da sequência **SD21**.

Os termos graficamente destacados com letras maiúsculas são “SENHOR”, “SEU MARIDO”, “HOMEM”. A última chamada de matéria disposta na última capa do jornal **Lampião da Esquina** subverte a ordem socialmente imposta aos gêneros e expressões sexuais. Também, chama a atenção para a existência e resistência homossexual no tocante às possibilidades de afetividade e, ainda, contribui para tocar em pontos nevrálgicos da sociedade conservadora, satirizando tais papéis.

A exposição da homoafetividade, das relações afetivas e íntimas rompe com as barreiras impostas pelo moralismo. O enunciado da **SD21** joga com sentidos de transgressão e inverte a lógica do que ainda é imposto como “normal”. Os sujeitos afetados pela ideologia patriarcal, mesmo em uma FD identificada às causas homossexuais, legitima as instituições patrimonialistas do direito burguês ao consolidar formas de consumo como instrumento de inserção e ascensão social, mas também de conceitos como o matrimônio, com o sentido de propriedade do/a/e companheiro/a/e, no sentido reproduzido em “SEU MARIDO”.

A transgressão da ordem patriarcal não exime o sujeito homossexual de adequar-se aos ditames do capital no que se referem às relações sociais de sexo, às relações afetivas e conjugais. E, assim, demarcamos a posição defendida, nesta tese, de que nas chamadas “expressões sexuais periféricas”, os sujeitos rompem com determinadas FDs, mas reiteram posições marcadamente determinadas pela ordem capitalista, de modo que se enunciar como sujeito homossexual pode levar tais sujeitos a posições de resistência como de legitimação de estereótipos construídos para silenciar as opressões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu quero saber quem é que foi o grande otário
 Que saiu aí falando que o mundo é binário
 Hein?
 [...]
 Então olha só, doutor!
 Saca só que genial
 Sabe a minha identidade?
 Nada a ver com x*** e p**!
 Viu?

Bem que eu te avisei!
 Vou mandar a real
 Sabe a minha identidade?
 Nada a ver com genital!

Linn da Quebrada (Pirigoza, 2020)

Os estudos sobre a sexualidade, durante muito tempo foram pautados unicamente por uma perspectiva binária. Essa orientação teórica/ideológica em torno das sexualidades tem seu funcionamento pertinente ao modo de produção capitalista, haja vista a divisão sexual do trabalho, de uma família hetero que reproduza as ideologias dominantes, a manutenção da classe trabalhadora, a exploração da mão de obra sem que haja qualquer despesa para os/as/es donos/as/es dos meios de produção, que não seja a relacionada estritamente ao necessária à produção.

Esse estudo, desde sua primeira seção de fundamentação, ocupa-se do imbricamento entre relações sociais de sexo e processos discursivos, de modo que este pressupõe a articulação entre história, língua e ideologia e aquele se constitui como uma das relações de opressão estruturantes da exploração capitalista. Portanto, nossa seção 2 tratou de conceitos basilares para as análises que foram expostas nas partes seguintes desta tese.

Na seção 3, tivemos a oportunidade de analisar as condições de produção do discurso analisado. Esse discurso de opressão e resistência materializou-se em nosso *corpus*, datado de 1978 a 1981, mas se mantém por meio de atualizações da memória discursiva, do repetível, de uma anterioridade-terioridade que se estabiliza nos dizeres sobre os/as/es homossexuais. Isso porque, os estereótipos de homossexualidade foram construídos na base do patriarcalismo, do machismo e do heterossexismo. Dessa forma, temos a constituição de guetos, “armários” e inscrições do preconceito no simbólico (como o termo “viado” e o número 24 que persistem no

imaginário da categorização das chamadas sexualidades dissidentes, ou como adotamos no trabalho, das expressões sexuais periféricas).

Ao analisarmos sequências extraídas do editorial de inauguração do Lâmpião da Esquina, “Saindo do gueto”, concluímos que o gueto é espaço de significação, por isso, sair do gueto não significa desconstruí-lo, mas olhar de fora. Esse olhar exterior para a homossexualidade dos/as/es outros/as/es e para esses espaços de expressão homossexual produz efeitos de estranhamento em sujeitos que passam a se reconhecer politicamente como militantes.

Assim, o retorno ao gueto, para mobilizar homossexuais para a luta por direitos, tornou-se inevitável, porque as relações sociais de sexo estão, coextensivamente, imbricadas nas relações de classe, bem como nas relações sociais de raça. A marginalização dos guetos é processo de exclusão dos desejos e de privatização dos espaços de livre expressão de sujeitos desejantes. Quando o público é dessexualizado, nos dizeres de Quinalha (2018), as expressões sexuais periféricas são transferidas para longe do olhar do Estado, das políticas públicas e da sociedade. É o silenciamento que evita, para a sociedade conservadora, a incômoda relação com sujeitos que rompem com a ordem binária, patriarcal e tradicional burguesa.

Podemos perceber, portanto, que as condições de produção do discurso sobre os/as/es homossexuais, no que tange à opressão e à resistência, revelam determinações sociais, políticas, econômicas, históricas que libertam e apagam as expressões da homossexualidade. Desse modo, ao resistirem, os sujeitos militantes homossexuais também segmentam, fragmentam e legitimam as contradições entre o que deve ou não ser objeto de pauta da luta homossexual.

Com isso, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) é construído com base em posições também conservadoras que dividem os sujeitos em categorias: como as posições assumidas nas relações, ativo/passivo, a feminilização dos corpos gays e a masculinização dos corpos lésbicos. Então, as expressões desses sujeitos vão ser legitimadas ou não por um poder dizer ou um poder agir. Ao passo em que os homossexuais masculinos cis usam as palavras de ordem, as invisibilidades tomam conta do movimento.

Temos, assim, a tensão discursiva que se instaura entre o sujeito do discurso político e o sujeito do discurso individual, das subjetividades e desejos individualizados. Essa tensão é histórica e política, ela se apresenta nas contradições constitutivas do real sócio-histórico. Assim, o Estado capitalista se sustenta dessas contradições e constitui a forma-sujeito da normalização e da normatização das sexualidades. O sujeito homossexual é, portanto, historicizado a partir dos paradigmas binários de gênero e sexualidade, de modo que, ao ocupar

o lugar do centro, o binário determina a patologização e a marginalização de outros sentidos de sexualidade.

Ainda na seção 2, de fundamentação, trabalhamos com a história do movimento LGBT brasileiro, mas nos limitamos a um recorte dessa história apenas aos anos iniciais, tendo em vista que nosso *corpus* de análise teve sua atividade em período que coincide com a fundação do Grupo SOMOS de afirmação homossexual, bem como o fim do periódico representa uma reestruturação nesse mesmo movimento.

Não obstante o momento de ditadura civil-militar, a qual Quinalha (2018) situa como ditadura hétero-civil-militar, o fim da década de 1978 representa uma perspectiva de enfraquecimento da política ditatorial e o Brasil começa a experimentar algumas evidências de abertura política. Sabemos que o processo de democratização, no entanto, é longo e deve ser visto de modo permanente pela sociedade, ou seja, é preciso lutar pela democracia constantemente, porque os domínios do poder político e econômico no país convergem na determinação da dominação capitalista.

Dessa forma, alguns/algumas/algumes homossexuais de classe média, levantaram a voz contra a opressão e a repressão sexual, influenciados/as/es pelos movimentos estadunidenses como o *Black Power* e *Gay Power*, episódios que ficaram marcados por terem sido significativos, como a Rebelião de *Stonewall* (New York, 1969), foram muito importantes para incentivar a construção de um movimento de luta aqui no Brasil. Estávamos, entretanto, em um momento de arrefecimento da ditadura civil-militar e politização de discussões que tocavam nas feridas das opressões sofridas pelos/as/es latino-americanos/as/es em suas experiências de autoritarismo.

Por isso, aqui no Brasil, havia uma disputa pela centralidade de algumas opressões em detrimento de outras, de modo que nos espaços da política, a discussão de gênero e sexualidade era vista como um problema pequeno-burguês que não deveria ser objeto de preocupações por parte da esquerda, que pretendia se ocupar de uma luta maior e prioritária, a luta de classes.

Ainda não havia uma perspectiva teórica ou da prática política que vislumbrasse a articulação entre as diferentes estruturas opressões da exploração capitalista. A palavra, nas assembleias e demais reuniões gerais, deveria ser tomada com gritos e “atrevimentos”. Eram constantes os apagamentos das pautas identitárias nos debates políticos. O conservadorismo, o machismo e o heterossexismo ainda impunham determinações nas ações da esquerda. E isso era um grande obstáculo a ser superado pelo emergente MHB.

Além das tensões e conflitos exógenos ao movimento, o MHB ainda enfrentava fissuras em sua estrutura de luta e identidades. A necessidade de dar voz a outras expressões sexuais era

cada vez mais urgente. Gays, lésbicas, travestis e bissexuais disputavam, num mesmo movimento, espaço e voz. Essa fragmentação leva à dissidência de lésbicas e à invisibilidade das travestis. Todas essas expressões eram abarcadas pelo conceito de homossexualidade(s) no plural. Assim, temos a oportunidade de lançar um olhar para esse momento e pensar nos efeitos de sentido da fragmentação e da pluralidade. Participar de um mesmo movimento de luta pode representar para determinados grupos seu apagamento.

Essa história se repete, hoje como identidades fluidas de uma sigla que se expande. Por isso, o **Lampião da Esquina**, nosso *corpus* de análise, representa o espaço da voz e da expressão homossexual, num tempo em que as expressões sexuais periféricas ocupavam constantemente as páginas policiais. O **Lampião** permitiu o protagonismo de sujeitos da arte, das universidades, da política, dos movimentos sociais, enfim, sujeitos cuja orientação sexual era vista como o elemento que calava suas vozes.

Esse lugar de tomada da palavra, de expressão dos desejos e de suas convicções políticas e societárias, representava, para as pessoas LGBT, uma conquista de fundamental importância. Mas, embora as tiragens fossem maiores que outras publicações de temática da diversidade sexual, o público que tinha acesso ao jornal era um público restrito. Primeiro, um/a/e leitor/a/e que poderia acessar as bancas de jornais; segundo, um/a/e leitor/a/e que pudesse adquirir tal publicação, sem que sofresse qualquer tipo de sanção moral por parte da sociedade.

As vozes que encontraram expressão no **Lampião da Esquina** foram vozes que ecoaram na história, vozes de resistência, mas também de estigmatização. Todo o alcance do referido periódico tornou desafiadora a tarefa de delimitar um *corpus* de análise. Porque o trabalho da memória nos arquivos da diversidade sexual é incessante. O próprio arquivo do **Lampião**, construído num projeto de digitalização, está na base da dinamicidade da história, tendo em vista que os/as/es militantes de hoje não podem ou não querem apagar o passado de luta e de resistência, especialmente, nesse efeito de desconstrução dos dizeres sobre as sexualidades.

Por isso, precisamos conhecer os modos de enunciação das sexualidades transgressoras, pelos testemunhos da época, para que nossa contemporaneidade de lutas, avanços e rupturas seja pautada naquilo que se faz necessário ressignificar, tal como as designações, tomadas como afirmação de uma identidade e retiradas do léxico das opressões.

Nas nossas análises procuramos estabelecer um critério para recortes de materialidades e seleção das sequências discursivas. Esse critério é o de priorizar materialidades que expusessem as fronteiras entre a politização das sexualidades e a sexualização das políticas.

Muito mais que um jogo de palavras, esses dois movimentos tratam dos lugares de tensão na processualidade dos discursos políticos sobre os sujeitos e suas expressões sexuais.

Dessa forma, constituído o *corpus* discursivo, as análises foram apresentadas seguindo a ordem das edições do **Lampião da Esquina**, não com a intenção de tomar a história como ordem cronológica, mas na tentativa de perceber como os sentidos eram deslocados entre a opressão e a resistência, entre ação e reação e, ainda, entre contestação e adequação aos valores e à lógica capitalista. Do editorial, em forma de manifesto, “Saindo do Gueto” à última chamada de capa “O que o SENHOR faria se visse SEU MARIDO na cama com outro HOMEM?” há um lapso não apenas de tempo, mas de Formações Discursivas.

No entanto, nem sempre podemos estabelecer uma cronologia em um *corpus*, porque os dizeres se repetem, passado e presente não se estabelecem de forma transparente, e podemos enxergar essa opacidade em textos vanguardistas no início do periódico e textos que refletem a retomada de preocupações íntimas e subjetivas. É a primazia das microrrelações sobre a objetividade. As desigualdades e subordinações marcadas na sociedade oprimida sendo colocadas em plano secundário. Assim, a profundidade dos debates coextensivos é deixada de lado em virtude da necessidade de se adequar aos ditames do consumo, do prazer e da explicitação das sexualidades.

Dessa forma, a relevância deste trabalho encontra-se na análise do discurso sobre a homossexualidade, tomando como *corpus*, uma materialidade que fora objeto de estudos outrora, mas que aqui é analisado sob o viés da teoria do discurso de base materialista, mais especificamente, do materialismo histórico-dialético, de modo que as contradições sócio-históricas, constituintes do real, são apreendidas, ou melhor, deparamo-nos com esse real.

Colocamos, então, como relevantes em nossa análise, o conteúdo político das sexualidades e das enunciações sobre a homossexualidade. Os lugares de expressão dessas homossexualidades também foram objetos de nossas análises. Deparamo-nos com as tensões de um tempo constitutivo do movimento LGBT no Brasil para fundamentarmos melhor nossa reflexão sobre o momento atual de retomada e intensificação do discurso conservador e homofóbico.

Nosso trabalho, entretanto, encontrou limitações, resultantes da multiplicidade dos sujeitos, do conceito fluido das identidades em lutas e da dificuldade na delimitação de fronteiras de um movimento social em expansão. Tais obstáculos, no entanto, tornam o debate necessário, bem como o olhar do/a/e pesquisador/a/e que não deve impor um caminho de delimitação do objeto de pesquisa, mas de respeito à história e à dinamicidade deste.

Com certeza, muito ainda precisa ser discutido, analisado e publicado sobre a questão das sexualidades que sofrem preconceito e discriminação por uma perspectiva heterossexista que se adequa de modo conivente ao sistema capitalista, com divisões rígidas de padrões de feminilidade e masculinidade. O próprio movimento LGBT se vê na reprodução desses paradigmas que determinam as imagens de homens e mulheres, suas posições sociais e suas funções na engrenagem produtiva do capital.

Logo, na relação dos sujeitos homossexuais com os discursos de opressão e de resistência, o que se reitera é a contradição constitutiva de uma sociedade dividida em classes, cujos espaços também se fragmentam entre o central e o periférico, entre o núcleo e a margem. Portanto, essa fragmentação de lugares de existência, produz efeitos ideológicos de que a luta deve ser assumir o centro, assumir as posições de sujeitos de direito e sujeitos do consumo para afirmar suas existências diante de relações cada vez mais desiguais.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e acontecimento discursivo. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014. ISSN: 2176-1485. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148514432>.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam os normais: tensões entre o movimento LGBT e o ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. A Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. Robustez na cultura: mito viril e potência muscular. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 3.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes, 2018.

FERNANDES, Carolina. **O invisível e o invisível da imagem: uma análise discursiva da leitura e da escrita de livros de imagens**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

FERRARI SOARES, Alexandre Sebastião. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Letras)– Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1005591>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. Um olhar historiador para o trabalho com as formações discursivas: os palanques enunciativos. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

FRANÇA, I. L. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 227-255, 2007.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama *et al.* **Análise do Discurso: procedimentos e prática**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GAY *Sunshine Press.* Disponível em: http://www.leylandpublications.com/article_leyland.html. Acesso em: 27 jun. 20.

GOMES, Pascoal. Negros e homossexuais ‘disputam’ Zumbi. **Folha de São Paulo**. 19 maio 1995, Salvador. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/19/cotidiano/26.html>. Acesso em: 21 jun. 20.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

GREEN, James Naylor *et al.* (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018a.

GREEN, James Naylor. **Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Hebert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. Tradução de Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GRUPO Dignidade. Lampião da Esquina. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso: 13 jun. 20.

GUILHAUMOU, Jacques. **Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HASHIGUTI, Simone Tiemi; TAGATA, William Mineo. **Corpos, imagens e discursos híbridos**. Campinas: Pontes, 2016.

HENRY, Paul. A história não existe? *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 23-

IMAGEM. Bandeira LGBT. Disponível em: <https://www.elo7.com.br/bandeira-lgbt/dp/F4BFB0>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Org.). **O acontecimento discursivo no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007. (Coleção Na ponta da Língua, v.14).

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOTT, Luiz. **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora GGB, 2011.

NOGUEIRA, Leonardo *et al.* (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde: décima revisão**. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para Classificação de Doenças em Português, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto:** formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, ano II, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas (1983). Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 311-319.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PETRI, Elio; PIRRO, Ugo. A classe operária vai ao paraíso. Direção de Elio Petri. Produção de Ugo Tucci. Itália: New Line Cinema. 1971. 110min38s. Disponível em: <https://youtu.be/3Bpblq1FOo0>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PRADO, Caio. Não recomendado. Álbum **Variável Eloquente.** Independente, 2014.

PRADO, Caio. Não recomendado. Clipe Oficial. **Vimeo** (4min59s). Disponível em: <https://vimeo.com/278381272>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PUFF, Jefferson. LGBTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. **BBC Brasil.** 10 dez. 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguiacao_ditadura_rb. Acesso em: 10 dez. 2014.

QUEBRADA, Linn da. não sou filho... Brasil, 28 jun. 2020. Twitter: @linndaquebrada. Disponível em: <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1277322014139744256>. Acesso em: 23 ago. 2020.

QUEBRADA, Linn da. Pirigoza. Áudio-Vídeo Oficial. **YouTube** (2min52s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=15&v=7kZ4Xh0mhik. Acesso em: 23 ago. 2020.

RAMIL, Kledir. Androginismo. Os Almondêgas. Álbum **Circo de Marionetes**. Universal Music Ltda.: 1978. YouTube (2min34s).

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. In: GREEN, James Naylor *et al.* (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Souza; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (Org.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21. 2011.

SANTIAGO, Spartakus. A solidão do gay negro. **YouTube** (15min49s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-AsqVkC_yuk. Acesso em: 21 jun. 2020.

SANTIAGO, Spartakus. A solidão do gay negro – sobre autocrítica. **YouTube** (15min21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFakeZfJd4>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SBPC. 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 6 a 12 jul. 1980. **Ciência e educação para uma sociedade democrática**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/eventos/32ra/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção (Org.). **Inquietações de gêneros e sexualidades: leituras na contemporaneidade**. Porto Alegre: Unioeste: Evangraf, 2017.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VALVERDE, Brenda. 8 minutos e 46 segundos: um símbolo de protesto contra o racismo nos Estados Unidos. **El País**, 3 jun. 2020, 10:02 BRT. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/verne/2020-06-03/8-minutos-e-46-segundos-um-simbolo-de-protesto-contra-o-racismo-nos-estados-unidos.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, v.12, n. 18, 2017, p. 63-71. ISSN: 2594-8962. DOI: <http://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>.